PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU/MG
TERMO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO 022

A Prefeitura Municipal de São João do Manhuaçu/MG torna público a retificação da publicação realizada no dia 25 de abril de 2017, onde se-lê Processo 070/2017 Pregão 022/2017 para contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos destinado a Secretaria Municipal de Saúde. Credenciamento e abertura dos Licitantes: 08/05/2017 ás 09hs00min horas, leiá-se Processo 070/2017 Pregão 022/2017 para contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos destinado a Secretaria Municipal de Saúde. Credenciamento e abertura dos Licitantes dia: 15/05/2017 ás 09hs00min horas. Local: Rua Vereador Geraldo Garcia Malcate nº 100, Centro, CEP: 36.918-000, São João do Manhuaçu/MG. Informações pelo telefone (33) 3377-1200, das 13:00 às 16:00 horas. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima. **Pregoeira - ANA APARECIDA DOMICIANO**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2017
Nº DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 040/2017

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar, às 9 horas do dia 15/5/2017, pregão presencial com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa para prestação de serviços, sob demanda, de produção de eventos, envolvendo atividades de planejamento, coordenação, realização e acompanhamento dos serviços correlacionados. O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites **www.compras.mg.gov.br** e **www.almg.gov.br**, bem como na Gerência de Compras da ALMG, na Rua Martim de Carvalho, 94 - 5º andar, Bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte-MG - CEP 30.190-090, onde poderá ser retirado, no horário de 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R$ 0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2017.
Cristiano Felix dos Santos Silva, Diretor-Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIGÃO/MG

Torna público o Resultado do Processo Licitatório nº 000032/2017 - Tomada de Preço Nº 000001/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA EXECUÇÃO DE PASSEIOS E RAMPAS CONFORME PROJETOS E MEMORIAIS EM ANEXO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E TODO EQUIPAMENTO, MAQUINÁRIO NECESSÁRIO, PARA PERFEITA EXECUÇÃO DENTRO DAS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES, EM VÁRIAS RUAS E AVENIDAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO. Foi vencedora a empresa: CONSTRUTORA STONE LTDA - ME, no valor de R$ 138.474,02; CNPJ: 25.041.063/0001-17, venceu os itens 01, 02. Perdigão/MG, 27 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIGÃO/MG. Torna público a Homologação do Processo Licitatório nº 000032/2017, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA EXECUÇÃO DE PASSEIOS E RAMPAS CONFORME PROJETOS E MEMORIAIS EM ANEXO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E TODO EQUIPAMENTO, MAQUINÁRIO, NECESSÁRIO PARA PERFEITA EXECUÇÃO DENTRO DAS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES, EM VÁRIAS RUAS E AVENIDAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO. Foi vencedora a empresa: CONSTRUTORA STONE LTDA - ME, no valor de R$ 138.474,02, CNPJ: 25.041.063/0001-17, venceu os itens 01, 02.

Perdigão/MG, 27 de abril de 2017
Gilmar Teodoro de São José
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso de Licitação –Pregão nº 028/2017 – Processo nº 140/2017. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Pregão nº 028/2017 Registro de preço de material esportivo para atender a secretaria de esporte. Data e horário da sessão: 16/05/2017, às 13:00 horas. O edital completo encontra – se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br.
João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso de Licitação – Pregão nº 030/2017 – Processo nº 142/2017. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Pregão nº 030/2017 – Objeto: registro de preço para locação de máquinas, visando atender ao Programa Municipal de Atendimento ao Produtor Rural do Município de Espera Feliz. Data e horário da sessão: 12/05/2017, às 15 horas. O edital completo encontra – se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br.
João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso de Licitação –Pregão nº 029/2017 – Processo nº 141/2017. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Pregão nº 029/2017 Registro de preço para futuras aquisições de peças de veículos pesados sob tabela de desconto. Data e horário da sessão: 18/05/2017, às 16:00 horas. O edital completo encontra – se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br.
João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal.

SANTA JULIANA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ.: 16.693.616/0001-25

Balanço Patrimonial encerrado em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

ATIVO	2016	2015
CIRCULANTE	**760**	**764**
Bancos	130	138
Clientes	589	618
Outros Débitos	41	8
NÃO CIRCULANTE	**42.968**	**41.760**
Débitos Pessoas Ligadas	19	19
Imobilizado	42.949	41.741
TOTAL DO ATIVO	**43.728**	**42.524**

PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE	**238**	**377**
Impostos e Contribuições	238	377
NÃO CIRCULANTE	**24.436**	**18.137**
Créditos de Pessoas Ligadas	2.778	18.137
Patrimônio Líquido	**19.054**	**24.010**
Capital Social	36.098	14.440
Reservas de Capital	1.742	1.742
Lucros Acumulados	2.872	7.828
TOTAL DO PASSIVO	**43.728**	**42.524**

Demonstração do Resultado encerrado em 31/12/2016 e 31/12/2015
Em milhares de reais

	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	7.719	9.731
(-) Impostos Incidentes	212	355
Receita Operacional Líquida	7.507	9.376
Despesas (Receitas) Operacionais	934	1.124
Despesas Gerais e Administrativas	1.107	998
Despesas Tributárias	88	118
Despesas Financeiras	9	8
Receitas Financeiras	-	-
Outras Receitas Operacionais	270	-
Resultado Operacional	6.573	8.252
(-) Provisão Para Imposto de Renda	542	629
(-) Provisão Para Contribuição Social	204	242
Resultado Líquido do Período	5.827	7.381

A Diretoria. Azienda Sistemas Contábeis Ltda. - CRCMG 005954

Serviço do Registro de Imóveis - Comarca de Contagem
OFICIAL: João Marques de Vasconcellos
Rua Joaquim Camargos, 110 - Centro - Contagem - MG - CEP 32041-440 - Tel.: (31) 3398-1093

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO SR. LUIZ ANTÔNIO DE RESENDE E DA SRA. WALDA BEZERRA SANTOS RESENDE. O Oficial do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Contagem, MG, na forma da lei, etc., Faz saber a quantos este virem ou dele tiverem notícia, que cumprindo o disposto no Art. 26 da Lei 9.514/97, e a requerimento do credor do contrato n° 659823-4, garantido por alienação fiduciária, referente ao imóvel situado na Rua Tapijara, n° 870, apto. 302, bloco 870, Bairro Novo Eldorado, Contagem, MG, matriculado sob o n° 48.607, ficam intimados os devedores LUIZ ANTÔNIO DE RESENDE, CPF 359.736.096-34 E WALDA BEZERRA SANTOS RESENDE, CPF 041.418.666-44, em lugar incerto e não sabido, a cumprirem as obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos e não pagos. O valor deste(s) encargo(s), posicionado(s) em 12 de abril de 2017, correspondiam a R$ 6.049,90 (seis mil e quarenta e nove reais e noventa centavos), sujeito a atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança, somando-se, também, os encargos que se vencerem nesse período. Assim, ficam V.S. ªs intimados a comparecerem, preferencialmente, na agência detentora do financiamento, onde deverão efetuar a purga do débito acima discriminado, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias contados a partir da última publicação deste edital. O pagamento também poderá ser efetuado no Cartório de Registro de Imóveis de Contagem, utilizando-se para tanto, cheque administrativo ou visado, com cláusula "não à ordem" nominal ao credor fiduciário. O cartório está situado na Rua Joaquim Camargos, n° 110, Centro, Contagem, MG. O não cumprimento da referida obrigação garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário – BANCO BRADESCO S/A – nos termos do art. 26, § 7°, da Lei 9.514/97. Prenotação n° 445188. Contagem, 12 de abril de 2017. O Oficial, João Marques de Vasconcelos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2017

A Secretaria Municipal de Administração torna público que fará realizar, no dia 15/05/2017 às 14h00min, PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2017, cujo objeto é promover Registro de Preço, consignado em Ata, para aquisição de ferramentas manuais em atendimento à Secretarias Municipais de Obras, Meio ambiente e Administrações Regionais. O Edital na íntegra encontra-se disponibilizado no site: www.sabara.mg.gov.br, e no Protocolo da Prefeitura, localizado na Rua Comendador Viana, nº 119, mediante o pagamento das cópias reproduzidas no valor de R$ 13,24.

Sabará, 28 de Abril de 2017.
Hélio César Rodrigues de Resende
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2017

A Secretaria Municipal de Administração torna público que fará realizar, no dia 16/05/2017 às 09h00min, PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2017, cujo objeto é promover Registro de Preço, consignado em Ata, para aquisição, manutenção e recarga de extintores de incêndio, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração. O Edital na íntegra encontra-se disponibilizado no site www.sabara.mg.gov.br, e no Protocolo da Prefeitura, localizado na Rua Comendador Viana, nº 119, mediante o pagamento das cópias reproduzidas no valor de R$ 12,52.

Sabará, 28 de Abril de 2017.
Hélio César Rodrigues de Resende
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RIO MANHUAÇU ENERGÉTICA S.A.

CNPJ Nº 08.375.781/0001-00

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31/12/2016 E 2015 (Em MR$)

ATIVO	2016	2015
Circulante	5.324	5.284
Caixa e equivalentes de caixa	(6)	261
Contas a receber	4.936	1.415
Despesas antecipadas	50	32
Estoques	311	293
Impostos a recuperar	22	68
Empréstimos a receber	–	3.214
Outras contas a receber	11	1
Não circulante	45.415	48.956
Imobilizado	39.691	42.865
Intangível	5.724	6.091
Total do ativo	50.739	54.240

PASSIVO	2016	2015
Circulante	3.924	1.329
Contas a pagar	2.136	241
Impostos e contribuições a recolher	127	176
Dividendos a pagar	307	850
Outras contas a pagar	1.354	62
Patrimônio líquido	46.815	52.911
Capital social	10.312	12.312
Reservas de lucros	5.186	6.751
Ajuste de avaliação patrimonial	31.317	33.848
Total do passivo e do patrimônio líquido	50.739	54.240

Carlos Gustavo Nogari Andrioli - Diretor - CPF: 861.403.379-68
Antonio Fonseca dos Santos - Diretor - CPF: 393.159.839-04
Hamilton Ferreira da Silva - Controller - CRC: ISP-217225-O
Murilo Cantarino da Costa Siqueira Mendes - Contador - CRC: RJ-123027/O-0

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31/12/2016 E 2015 (Em MR$)

	2016	2015		2016	2015
Receita operacional líquida	8.376	9.945	**Resultado financeiro**	3	228
Custo de geração de energia	(5.139)	(6.192)	Receitas financeiras	54	229
Lucro bruto	3.237	3.753	Despesas financeiras	(51)	(1)
Despesas operacionais	(1.666)	(28)	**Lucro antes do IR e da contribuição social**	1.574	3.953
Gerais e administrativas	(1.619)	(4)	**Imposto de renda e contribuição social**		
Outras despesas operacionais	(47)	(24)	Corrente	(280)	(372)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.571	3.725	**Lucro líquido do exercício**	1.294	3.581

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2016 E 2015 (Em MR$)

		Reserva de lucros		Ajuste de	Lucros	
	Capital social	Legal	Dividendo Complementar	avaliação patrimonial	acumulados	Total
Saldos em 31/12/2014	12.312	1.489	3.403	36.379	–	53.583
Realização da avaliação patrimonial	–	–	–	(2.531)	2.531	–
Decisões AGO de 20.05.2015						
Declaração de dividendos complementares de 2014	–	–	(3.403)	–	–	(3.403)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	3.581	3.581
Constituição de reserva legal	–	179	–	–	(179)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(850)	(850)
Reserva de dividendos complementares	–	–	5.083	–	(5.083)	–
Saldos em 31/12/2015	12.312	1.668	5.083	33.848	–	52.911
Realização da avaliação patrimonial	–	–	–	(2.531)	2.531	–
Decisões AGO de 15/08/2016						
Redução de capital	(2.000)	–	–	–	–	(2.000)
Decisões da AGO de 01.04.2016						
Dividendos complementares de 2015	–	–	(5.083)	–	–	(5.083)
Lucro do exercício	–	–	–	–	1.294	1.294
Constituição de reserva legal	–	65	–	–	(65)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(307)	(307)
Reserva de dividendos complementares	–	–	3.453	–	(3.453)	–
Saldos em 31/12/2016	10.312	1.733	3.453	31.317	–	46.815

BROOKFIELD ENERGIA RENOVÁVEL MINAS GERAIS S.A.

CNPJ Nº 02.260.955/0001-03

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31/12/2016 E 2015 (Em MR$)

ATIVO	2016	2015
Circulante	2.617	3.217
Caixa e equivalentes de caixa	575	428
Contas a receber	1.110	1.236
Despesas antecipadas	362	1.032
Estoques	444	377
Impostos a recuperar	125	141
Outras contas a receber	1	3
Não circulante	35.843	37.311
Contas a receber	378	–
Depósitos restituíveis e valores vinculados	–	284
Impostos a recuperar	375	375
Investimentos	1	1
Imobilizado	35.089	36.651
Total do ativo	38.460	40.528

PASSIVO	2016	2015
Circulante	3.822	4.892
Contas a pagar	3.194	3.239
Impostos e contribuições a recolher	239	192
Dividendos a pagar	–	1.101
Outras contas a pagar	389	360
Não circulante	176	176
Provisões para contingências	176	176
Patrimônio líquido	34.462	35.460
Capital social	14.429	14.429
Reservas de lucros	10.559	10.559
Prejuízo do exercício	(252)	–
Ajuste de avaliação patrimonial	9.726	10.472
Total do passivo e do patrimônio líquido	38.460	40.528

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31/12/2016 E 2015 (Em MR$)

	2016	2015		2016	2015
Receita operacional líquida	7.663	16.826	**Resultado financeiro**	(23)	305
Custo de geração de energia	(6.740)	(15.138)	Receitas financeiras	84	336
Lucro bruto	923	1.688	Despesas financeiras	(107)	(31)
Receitas (despesas) operacionais	(1.600)	(97)	**Lucro antes do IR e da contribuição social**	(700)	1.896
Gerais e administrativas	(1.696)	(70)	**Imposto de renda e contribuição social**		
Outras receitas (despesas) operacionais	96	(27)	Corrente	(298)	(628)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(677)	1.591	**Prejuízo líquido do exercício**	(998)	1.268

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2016 E 2015 (Em MR$)

		Reservas de lucros		Ajuste de	Lucros	Total do
	Capital social	Reserva legal	Dividendo Complementar	avaliação patrimonial	acumulados	patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2014	14.429	1.155	15.691	11.218	–	42.493
Realização da avaliação patrimonial	–	–	–	(746)	746	–
Decisões AGOE de 10/03/2015						
Declaração dos dividendos complementares de 2011	–	–	(1.914)	–	–	(1.914)
Declaração dos dividendos complementares de 2013	–	–	(4.086)	–	–	(4.086)
Decisões ARD de 10/09/2015						
Declaração dos dividendos complementares de 2013	–	–	(2.000)	–	–	(2.000)
Lucro do exercício	–	–	–	–	1.268	1.268
Reserva legal	–	63	–	–	(63)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(301)	(301)
Reserva de retenção de lucros	–	–	1.650	–	(1.650)	–
Saldos em 31/12/2015	14.429	1.218	9.341	10.472	–	35.460
Realização da avaliação patrimonial	–	–	–	(746)	746	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(998)	(998)
Saldos em 31/12/2016	14.429	1.218	9.341	9.726	(252)	34.462

Carlos Gustavo Nogari Andrioli - Diretor - CPF: 861.403.379-68. **Antonio Fonseca dos Santos** - Diretor - CPF: 393.159.839-04
Hamilton Ferreira da Silva - Controller - CRC: ISP-217225-O. **Murilo Cantarino da Costa Siqueira Mendes** - Contador - CRC: RJ-123027/O-0

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS - R$)

VALLOUREC FLORESTAL LTDA.

INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA
NÚMERO 60.874.005/0001-75

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO	Nota explicativa	2016	2015 Reapresentado
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	187.376	171.819
Contas a receber de clientes e outros créditos a receber	5	16.871	8.834
Estoques	6	61.094	78.228
Impostos e contribuições a recuperar	8	29.306	21.311
Total do ativo circulante		**294.647**	**280.192**
NÃO CIRCULANTE			
Estoques	6	134	1.249
Impostos e contribuições a recuperar	8	7.302	7.804
Depósitos judiciais	9	16.221	15.086
Ativos mantidos para venda	7	30.999	32.974
Investimentos		-	20
Imobilizado	12	598.449	654.081
Ativos biológicos	11	303.296	306.758
Intangível		110	148
Total do ativo não circulante		**956.511**	**1.018.120**
TOTAL DO ATIVO		**1.251.158**	**1.298.312**

PASSIVO	Nota explicativa	2016	2015 Reapresentado
CIRCULANTE			
Fornecedores e outras contas a pagar	13	22.976	31.641
Empréstimos e financiamentos	14	19.369	13.800
Provisões	15	14.047	-
Total do passivo circulante		**56.392**	**45.441**
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	10	-	212.534
Empréstimos e financiamentos	14	120.228	136.669
Provisões	15	29.384	33.334
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	20.624	36.839
Total do passivo não circulante		**170.236**	**419.376**
TOTAL DO PASSIVO		**226.628**	**464.817**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16	864.000	644.606
Reservas de lucros		146.367	177.868
Contribuição da controladora		13.452	13.422
Ajustes de avaliação patrimonial		711	(2.401)
Total do patrimônio líquido		**1.024.530**	**833.495**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.251.158**	**1.298.312**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota explicativa	2016	2015
RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS E SERVIÇOS	17	209.194	254.178
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	18	(197.391)	(230.771)
LUCRO BRUTO		**11.803**	**23.407**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Variação do valor justo dos ativos biológicos	11-18	26.053	36.440
Gerais e administrativas	18	(18.159)	(17.954)
Despesas com vendas	18	(30.281)	(30.134)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	18	(3.454)	(4.369)
Depreciações (parte não incluída nos custos)	18	(205)	(278)
Resultado de bens mantidos para venda	7-18	1.428	(1.479)
Reversão (formação) de provisão para recuperabilidade de ativos biológicos	11-18	1.532	(26.975)
Reversão (formação) de provisões	18	(8.070)	(2.015)
Provisão de impairment	12-18	(25.214)	-
Baixa de reflorestamento	11-18	(23.623)	(126)
Outras receitas operacionais	18	8.295	2.043
		(71.698)	**(44.847)**
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E IMPOSTOS		**(59.895)**	**(21.440)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	19	12.157	12.392
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(47.738)**	**(9.048)**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente		(1.663)	(3.616)
Diferido		17.845	7.194
	21	**16.182**	**3.578**
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(31.556)**	**(5.470)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2016	2015
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(31.556)**	**(5.470)**
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Remensuração das obrigações de planos de benefícios definidos	1.657	(110)
Itens que serão reclassificados posteriormente no resultado		
Reserva de "hedge" de fluxo de caixa	1.510	(2.381)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	**(28.389)**	**(7.961)**

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota explicativa	2016	2015 Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Resultado do exercício		(31.556)	(5.470)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciações do imobilizado	12	31.890	49.787
Impairment do ativo imobilizado	12	25.214	-
Valor residual de baixa de ativo imobilizado	12	18.839	-
Amortização do intangível		38	67
Exaustão dos ativos biológicos	11	45.215	47.792
Baixa de ativo biológico	11	4.931	(33.126)
Ajuste a valor de mercado ativos biológico	11	(26.053)	(4.084)
Redução ao valor recuperável de ativo biológico	11	(1.532)	26.975
Resultado na baixa de ativo disponível para venda	7	(1.428)	1.479
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	14	9.246	11.479
(Reversão) constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(783)	(114)
Operações de Hedge encerradas no exercício		2.287	(3.607)
Provisões		12.607	(180)
Equivalência patrimonial		-	16
Plano de opções de ações		30	1.056
Perda com venda de investimento		-	208
Baixa de investimento		20	1.428
Imposto de renda e contribuição social		1.663	3.616
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(17.845)	(7.194)
		72.783	**90.128**
(Aumento) redução dos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes e outros créditos a receber		(2.260)	3
Partes relacionadas		(4.994)	6.682
Estoques		18.249	(3.736)
Impostos e contribuições a recuperar		(7.493)	(5.929)
Depósito judicial		(1.135)	(1.058)
		2.367	**(4.038)**
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores e outras contas a pagar		(9.465)	(11.463)
Partes relacionadas		800	(1.148)
Pagamento de juros		(6.899)	(3.100)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.663)	(3.865)
		(17.227)	**(19.576)**
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**57.923**	**66.514**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:			
Aquisição de imobilizado	12	(13.052)	(23.292)
Adições aos ativos biológicos	11	(19.099)	(48.821)
Adições ao intangível		-	(70)
Integralização de capital em investida		-	(214)
Mútuo com parte relacionada	10	-	113.729
Recebimento na venda de ativos disponíveis para venda	7	3.403	2.478
		(28.748)	**43.810**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:			
Captação de financiamento - terceiros	14	-	28.318
Aumento de capital	16	212.135	-
Pagamento de financiamentos	14	(13.219)	(21.978)
Pagamento a parte relacionada		(212.534)	(71.800)
		(13.618)	**(65.460)**
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**15.557**	**44.864**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		171.819	126.955
No final do exercício		187.376	171.819
		15.557	**44.864**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de Capital: Contribuição da controladora	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		**644.606**	**12.366**	**7.383**	**175.905**	**-**	**133**	**840.393**
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(5.470)	-	(5.470)
Benefícios pós emprego (CPC 33)		-	-	-	-	-	(110)	(110)
Efeitos hedge accounting		-	-	-	-	-	(2.381)	(2.381)
Resultado abrangente total do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**(5.470)**	**(2.491)**	**(7.961)**
Transferência para reserva de lucros		-	-	-	(5.470)	5.470	-	-
Plano de participação acionária		-	1.056	-	-	-	-	1.056
Ajuste equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	7	7
Total de contribuições e distribuições para os acionistas		**-**	**1.056**	**-**	**(5.470)**	**5.470**	**7**	**1.063**
Realização do custo atribuído		-	-	-	-	50	(50)	-
Outras resevas de lucros		-	-	-	50	(50)	-	-
Outras reservas		**-**	**-**	**-**	**50**	**-**	**(50)**	**-**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		**644.606**	**13.422**	**7.383**	**170.485**	**-**	**(2.401)**	**833.495**
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(31.556)	-	(31.556)
Benefícios pós emprego (CPC 33)		-	-	-	-	-	1.657	1.657
Efeitos hedge accounting		-	-	-	-	-	1.510	1.510
Resultado abrangente total do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**(31.556)**	**3.167**	**(28.389)**
Aumento de capital		219.394	-	-	-	-	-	219.394
Transferência para reserva de lucros		-	-	-	(31.556)	31.556	-	-
Plano de participação acionária		-	30	-	-	-	-	30
Total de contribuições e distribuições para os acionistas		**219.394**	**30**	**-**	**(31.556)**	**31.556**	**-**	**219.424**
Realização do custo atribuído		-	-	-	-	55	(55)	-
Outras resevas de lucros		-	-	-	55	(55)	-	-
Outras reservas		**-**	**-**	**-**	**55**	**-**	**(55)**	**-**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	16	**864.000**	**13.452**	**7.383**	**138.984**	**-**	**711**	**1.024.530**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS - R$)

VALLOUREC FLORESTAL LTDA.

INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA
NÚMERO 60.874.005/0001-75

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Vallourec Florestal Ltda. ("Empresa") é uma sociedade limitada localizada no Centro-Norte de Minas Gerais e tem como atividade principal a execução de projetos de reflorestamento de eucalipto, visando a produção de carvão vegetal, substancialmente para atendimento às necessidades da parte relacionada Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda., que após reestruturação societária passou a se chamar Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A. ("VSB").
Com base em suas projeções, a Administração entende que não há risco de continuidade operacional para a Empresa.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

2.2 – Adoção das práticas contábeis novas e revisadas
As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez em 2016:
Alterações ao CPC 27 e CPC 29 – "Agricultura: Plantas portadoras": trazem a definição de plantas portadoras e requerem que ativos biológicos que atendem à definição de plantas portadoras sejam contabilizados como ativo imobilizado de acordo com o CPC 27 ao invés do CPC 29.
Planta portadora é uma planta viva que:
- é utilizada na produção ou no fornecimento de produtos agrícolas;
- é cultivada para produzir frutos por mais de um período; e
- tem uma probabilidade remota de ser vendida como produto agrícola, exceto para eventual venda como sucata.

Vide a reconciliação na nota 2.2.1.

As novas normas e interpretações emitidas, as quais estão sob avaliação da Administração, são apresentadas a seguir:
- **CPC 47 –** Receita com contratos com cliente: exige de uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma revogará o CPC 17 – Contratos de construção e CPC 30 – Receitas a partir de 1º de janeiro de 2018;
- **CPC 48 –** Instrumentos financeiros: orienta sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização do "hedge". Esta nova norma será aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018;
- **Alterações no CPC 02 (R2)** ajustando o texto sobre a definição de taxa de câmbio à vista;
- **Alterações nos CPC 03 (R2) e CPC 32** esclarecendo sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento e sobre o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas que são aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2017.

2.2.1 – Reconciliação do ativo biológico para ativo imobilizado
Para fins de comparabilidade dos balanços patrimoniais, os efeitos das mudanças nos CPCs 27 e 29 estão demonstrados abaixo, caso tivessem ocorrido no final do exercício de 2015:

(Em milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2015 (originalmente apresentado)	Impacto da norma CPC27/CPC29 Revisado	31/12/2015 (reapresentado)
Total do ativo circulante	**280.192**	**-**	**280.192**
Imobilizado	293.939	360.142	654.081
Ativos biológicos	666.900	(360.142)	306.758
Total do ativo não circulante	**1.018.120**	**-**	**1.018.120**
TOTAL DO ATIVO	**1.298.312**	**-**	**1.298.312**

2.3 – Base de elaboração
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e pelos ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contra prestações pagas em troca de ativos.

2.4 – Uso de estimativas e julgamentos
A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração da Empresa efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil e valor residual do ativo imobilizado, provisão para recuperabilidade de ativos, provisão para ativos mantidos para venda, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 – Reconhecimento de receita
A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Vendas de produtos
A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Empresa transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Empresa não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

3.2 – Ativos mantidos para venda
Os ativos são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

3.3 – Ativos Biológicos
Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. A madeira colhida é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.
Em 01 de janeiro de 2016, a Empresa adotou as alterações no CPC 29 e passou a registrar planta portadora como ativo fixo ao invés de ativos biológicos, no ativo não circulante. (Vide nota 2.2)

3.4 – Instrumentos financeiros

3.4.1 Ativos financeiros
Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive valores a receber de clientes) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.
A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros
Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

3.4.2 Passivos financeiros
Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.4.3 Instrumentos financeiros derivativos
A Empresa possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio, conforme política definida para o Grupo. Certos instrumentos financeiros derivativos são designados como "hedge" de fluxo de caixa.
Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no encerramento do exercício.

"Hedges" de fluxo de caixa
A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como "hedge" de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial". Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.
Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de "hedge" é registrado no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é identificado. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de "hedge" resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente registrados em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo.

3.5 – Ativos e passivos circulantes
- Contas a receber e a pagar indexadas: as contas a receber e a pagar, indexadas em moeda estrangeira, estão atualizadas à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do balanço. As demais contas sujeitas à indexação encontram-se atualizadas de acordo com os índices estabelecidos contratualmente. Os ganhos e as perdas cambiais e variações monetárias são reconhecidos no resultado.

- Estoques: estão avaliados ao custo médio histórico de aquisição ou de produção e, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor de realização. Os ativos biológicos transferidos para o estoque são registrados pelo valor justo apurado nas datas de corte da madeira.

- Demais ativos e passivos circulantes: são apresentados pelo valor líquido de realização e liquidação.

3.6 – Ativos e passivos não circulantes
Imobilizado
O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.
Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.
Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Imóveis	12 - 30
Máquinas e instalações	10 - 25
Veículos	5
Equipamentos industriais e comerciais	3 - 10

Os bens que compõem o ativo imobilizado têm seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

3.7 – Provisões
As provisões são reconhecidas no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.8 – Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base na legislação vigente, considerando as adições e exclusões legais previstas. Sobre as adições temporárias que se tornarão dedutíveis quando realizadas e prejuízo fiscal, são constituídos créditos tributários diferidos. Também são constituídos débitos tributários diferidos sobre as exclusões temporárias, as quais serão tributadas quando cessarem as condições que atualmente afastam a tributação.
A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.
Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido.

3.9 – Benefícios a empregados
Os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas por se tratar de planos de contribuição definida.
Os demais benefícios definidos pós-emprego são contabilizados em atendimento ao CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, com base em relatório atuarial.

3.10 – Contribuição da controladora
O grupo Vallourec possui plano de pagamento baseado em ações, cujos benefícios se estendem a alguns executivos do Brasil.
O valor justo das opções de compra de ações da controladora Vallourec Tubos do Brasil S.A. concedidas a gestores relacionadas a metas de longo prazo, determinado na data da outorga, é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas do Grupo sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio, registrados como Contribuição da controladora.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Depósitos à vista	87	66
Aplicações financeiras	187.289	171.753
	187.376	**171.819**

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.
As aplicações financeiras estão classificadas substancialmente na categoria Referenciado DI dos fundos de investimentos. A valorização das cotas oscila diariamente de acordo com o critério da marcação a mercado. As carteiras dos fundos compõem-se substancialmente em Títulos Públicos Federais: LFTs e LTNs.
A rentabilidade ponderada foi de 97,9% do CDI em 2016 (98,9% do CDI em 2015). A taxa média de administração destes fundos gira em torno de 0,14% a.a em 2016 (0,17% a.a para 2015).

5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	2016	2015
Clientes nacionais	2.268	250
Clientes externos	174	-
Parte relacionada (nota explicativa 10)	10.820	5.826
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(519)	(1.302)
Contas a receber de clientes líquida	**12.743**	**4.774**
Despesas antecipadas	488	414
Outras contas a receber	3.640	3.646
Outras contas a receber	**4.128**	**4.060**
	16.871	**8.834**
Circulante	**16.871**	**8.834**
Não circulante	**-**	**-**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS - R$)

VALLOUREC FLORESTAL LTDA.

INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA
NÚMERO 60.874.005/0001-75

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contas a receber de clientes e outras contas a receber decorrem diretamente das operações da Empresa, sendo mensuradas pelo custo amortizado e estão registradas pelo seu valor original, deduzidas de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.
A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ocorreu conforme a seguir:

	2016	2015
Saldo no início do exercício	**(1.302)**	**(1.416)**
Constituição de provisão	(1.590)	(89)
Reversão de provisão	2.373	203
Saldo no fim do exercício	**(519)**	**(1.302)**

6 – ESTOQUES

	2016	2015
Produtos acabados	6.324	10.727
Produtos em elaboração	49.399	60.879
Matérias primas e materiais de consumo	870	1.212
Ferramentas, peças e materiais de manutenção	4.501	5.013
Adiantamentos a fornecedores	134	1.646
	61.228	**79.477**
Circulante	**61.094**	**78.228**
Não circulante	**134**	**1.249**

7 – ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Em 24 de outubro de 2008, a Vallourec Florestal Ltda. adquiriu da Serra do Cabral Agroindústria Ltda. "SCAI", a área rural correspondente a 47.103 hectares, do loteamento rural denominado "Glebas do Planalto", na região de Serra do Cabral, no município de Várzea da Palma, em Minas Gerais. Para viabilizar a transação, a vendedora vinculou a venda de 1.069 mil m3 de floresta de "Pinus" plantada na área negociada que atualmente a Vallourec Florestal Ltda. disponibiliza para a comercialização a terceiros.
As posições contábeis no encerramento dos exercícios estão demonstradas a seguir:

	2016	2015
Custo	42.279	47.049
Ajuste ao valor de realização	(11.280)	(14.075)
	30.999	**32.974**

	2016	2015
Receita pela venda	3.403	2.478
Custo	(4.770)	(3.478)
Resultado bruto	**(1.367)**	**(1.000)**
Ajuste ao valor de realização	2.795	(479)
	1.428	**(1.479)**

8 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2016	2015
ICMS a recuperar	10.282	7.994
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14.190	9.894
Impostos a recuperar s/ aquisição de ativo imobilizado	2.314	3.751
PIS / COFINS a recuperar	9.822	7.476
	36.608	**29.115**
Circulante	**29.306**	**21.311**
Não circulante	**7.302**	**7.804**

9 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2016	2015
ITR	12.879	11.969
Cesta básica	2.726	2.521
Ações cíveis e comerciais	175	175
Outros	441	421
	16.221	**15.086**

10 – PARTES RELACIONADAS

As operações com a controladora e com empresa do grupo foram realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

	2016					
	Ativo	Passivo		Operações		
	Cliente	Fornecedores	Adiantamentos	Venda	Compras	Receitas
Vallourec Tubos do Brasil S.A.	-	-	-	97.946	11.677	-
Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A.	10.820	2.215	-	103.999	-	11.005
	10.820	**2.215**	**-**	**201.945**	**11.677**	**11.005**

	2015					
	Ativo	Passivo		Operações		
	Cliente	Fornecedores	Adiantamentos	Venda	Compras	Receitas
Vallourec Tubos do Brasil S.A.	2.142	1.415	-	168.055	5.680	-
Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A.	3.684	-	212.534	81.544	-	14.107
	5.826	**1.415**	**212.534**	**249.599**	**5.680**	**14.107**

A Empresa efetuou a devolução do saldo no montante de R$211.852 (R$212.534 em 2015) de adiantamento com a parte relacionada Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A.

11 – ATIVOS BIOLÓGICOS

Os ativos biológicos da Empresa compreendem o cultivo e plantio de florestas de eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de carvão vegetal. Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa possuía 94.396 hectares de florestas plantadas (108.428 em 2015), desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento à legislação ambiental brasileira.
A Empresa reconhece seus ativos biológicos a valor justo conforme previsto na norma contábil CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, com adoção das seguintes premissas em sua apuração:

- Os maciços florestais de eucalipto são mantidos a custo histórico até o segundo ano e onze meses de plantio, correspondendo a trinta e cinco meses, em decorrência da equivalência aos preços de negociação praticados pelo mercado; e
- Quanto aos preços dos ativos biológicos, a partir do terceiro ano de plantio, são calculados com base nos preços de negociação no mercado, divulgados em publicação especializada e mensurados através da metodologia de fluxo de caixa descontado.

Os saldos contábeis e movimentação dos ativos biológicos no encerramento do exercício estão demonstrados a seguir:

	2016			
Movimentação do custo	**2015 Reapresentado**	**Adições**	**Baixas**	**2016**
Florestamento e reflorestamento em andamento	233.062	19.099	(41.266)	210.895
Ajuste a valor de mercado	274.077	26.053	-	300.130
	507.139	**45.152**	**(41.266)**	**511.025**

Movimentação da exaustão e redução ao valor recuperável	**2015 Reapresentado**	**Adições**	**Baixas**	**2016**
Florestamento e reflorestamento em andamento	(50.171)	(14.951)	36.335	(28.787)
Ajuste a valor de mercado	(123.235)	(30.264)	-	(153.499)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado	(26.975)	1.532	-	(25.443)
	(200.381)	**(43.683)**	**36.335**	**(207.729)**
	306.758	**1.469**	**(4.931)**	**303.296**

12 – IMOBILIZADO

	2016				
Movimentação do custo	**2015 Reapresentado**	**Adições**	**Baixas**	**Transferência Obras**	**2016**
Terrenos	112.413	-	-	107	112.520
Imóveis	3.166	2.383	-	7.485	13.034
Benfeitorias	40.900	2.957	-	20.576	64.433
Máquinas e instalações	101.315	2.121	-	45.566	149.002
Equipamentos industriais e comerciais	35.649	1.216	(281)	7.972	44.556
Obras e importações em andamento	86.407	5.349	-	(81.706)	10.050
Florestamento e reflorestamento - Planta Portadora	393.394	6.285	(41.090)	-	358.589
	773.244	**20.311**	**(41.371)**	**-**	**752.184**

Movimentação da depreciação	**2015 Reapresentado**	**Adições**	**Baixas**	**Transferência Obras**	**2016**
Imóveis	(1.274)	(343)	-	-	(1.617)
Benfeitorias	(11.548)	(2.806)	-	-	(14.354)
Máquinas e instalações	(50.155)	(10.897)	-	-	(61.052)
Equipamentos industriais e comerciais	(22.934)	(4.740)	131	-	(27.543)
Florestamento e reflorestamento - Planta Portadora	(33.252)	(13.104)	22.401	-	(23.955)
	(119.163)	**(31.890)**	**22.532**	**-**	**(128.521)**
Provisão de Impairment	-	(25.214)	-	-	(25.214)
	(119.163)	**(57.104)**	**22.532**	**-**	**(153.735)**
	654.081	**(36.793)**	**(18.839)**	**-**	**598.449**

A Empresa possui um ativo denominado Unidade de Peneiramento de Carvão - UPC, no qual foi constatada a necessidade de realização de *impairment* no valor de R$25.214 devido à ociosidade da planta e também devido a conjuntura atual de menor crescimento econômico.
Para alguns processos judiciais, a Empresa ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado no montante de R$4.209.
Em 2016 houve adição de imobilizado via aumento de capital no montante de R$7.259 através de transação não caixa.
Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com as suas operações e refletem adequadamente a vida útil econômica desses ativos.

13 – FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2016	2015
Fornecedores nacionais	8.620	15.804
Fornecedores no exterior	10	17
Partes relacionadas (nota explicativa 10)	2.215	1.415
Impostos e contribuições a recolher	2.741	4.114
Salários e encargos sociais	3.661	4.186
Adiantamentos recebidos de clientes	5.175	5.626
Outras obrigações	554	479
	22.976	**31.641**

14 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A segregação dos saldos de financiamentos existentes em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 está a seguir demonstrada:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS - R$)

VALLOUREC FLORESTAL LTDA.

INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA
NÚMERO 60.874.005/0001-75

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tipo de financiamento	Taxa	2016	2015
BNDES - FINAME / FINEM Custo Fixo	3,00%	9.930	12.362
BNDES - FINEM - Parte BRL	TJLP +1,4% a 2,8% a.a.	17.368	21.315
BNDES - FINEM - Parte USD	USD + Res. 635 BNDES + 1,8% a.a.	6.965	10.388
BNB - FNE	7,06% a 8,75% a.a.	105.334	106.404
		139.597	**150.469**
Passivo Circulante		**19.369**	**13.800**
Passivo Não circulante		**120.228**	**136.669**

As parcelas classificadas no longo prazo apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimentos	2016	2015
2017	-	13.500
2018	35.544	35.136
2019	24.569	24.283
2020 a 2023	60.115	63.750
	120.228	**136.669**

Os empréstimos estão garantidos por fianças bancárias contratadas junto aos Bancos Safra e Itaú no valor total de R$139.597 (R$150.469 em 31 de dezembro de 2015).
Os empréstimos possuem *covenants* relacionados à alteração de estrutura societária. A Administração entende estar cumprindo os referidos *covenants* na data das demonstrações financeiras.

15 – PROVISÕES

A Vallourec Florestal Ltda. mantém provisões fiscais, cíveis, comerciais, trabalhistas e previdenciárias. As provisões para riscos são constituídas levando-se em consideração a expectativa de perdas da Administração e de seus assessores jurídicos com respeito às ações em andamento, bem como nas autuações fiscais e previdenciárias sob defesa.
Adicionalmente, a Vallourec Florestal Ltda. concede participação nos resultados a seus funcionários, vinculada aos seus planos de ação e ao alcance de resultados por parte da Empresa e dos empregados.

	2016	2015
Contencioso fiscal	27.041	14.149
Riscos cíveis e comerciais	7.201	6.440
Riscos trabalhistas e previdenciários	3.190	4.588
Participação nos resultados e bônus variável	1.841	738
Provisões atuariais	3.686	6.939
Outros	472	480
	43.431	**33.334**
Passivo circulante	**14.047**	**-**
Passivo não circulante	**29.384**	**33.334**

As movimentações das provisões no exercício de 2016 foram da seguinte forma:

	2016	2015
Saldo Inicial	**33.334**	**33.353**
Formação	16.921	19.331
Reversão	(5.791)	(13.807)
Utilizações por pagamento	(1.032)	(5.543)
	43.431	**33.334**

Dentre as contingências tributárias registradas, as principais que se discutem são: ITR – Imposto Territorial Rural sobre valor da terra nua e os créditos extemporâneos de PIS/COFINS, relativos aos anos de 2008 a 2010, totalizando R$24.723, para as quais há depósito judicial no montante de R$12.545 (R$11.969 em 2015).
Quanto às provisões trabalhistas, resumem-se basicamente às verbas rescisórias e indenizatórias.

15.1 – Provisões atuariais e benefício pós-emprego
As provisões para jubileu, abono acordo coletivo e benefício pós-emprego são calculadas por atuário independente e relacionadas à expectativa de pagamentos a funcionários quando do atendimento de determinados períodos de tempo de serviço na Companhia.

Descrição dos planos
- **Plano assistência médica pós emprego:** consiste na concessão de bônus a inativos, a título de ajuda financeira para o custeio do plano de assistência à saúde oferecida aos empregados que se aposentaram, com pelo menos 54 anos de idade. Esse plano, foi fechado para novas inscrições em julho de 2010.
- **Jubileu:** o benefício refere-se ao pagamento de uma recompensa quando os funcionários da Companhia completam 25, 35 e 40 anos de serviços prestados.
- **Lump-Sum:** o benefício refere-se ao pagamento único aos funcionários que se aposentam na Companhia, vinculado ao tempo de serviço prestados destinado aos participantes do plano, cujo o salário de participação em 30 de setembro de 2015, seja inferior a R$5.201 (cinco mil, duzentos e um reais). Este benefício pode equivaler a, no máximo, cinco salários de participação, a depender do tempo de serviços prestado à Companhia.

Segue abaixo a posição atuarial dos planos da Companhia:

Provisões atuariais

	2016	2015
Assistência médica - pós-emprego	3.187	4.807
Jubileu	432	1.784
Lump-Sum	67	348
	3.686	**6.939**

A movimentação do passivo atuarial é como segue:

	2016	2015
Em 1° de janeiro	**6.939**	**2.662**
Incluídos no resultado		
Custo do serviço corrente	170	457
Juros financeiros	229	335
Crédito (débito) de serviço passado	(215)	4.039
(Ganho) / Perda atuarial outros benefícios	57	(499)
Ganho na redução de beneficiários	(557)	-
Outros	(158)	(154)
Incluídos em outros resultados abrangentes		
Remensurações do valor líquido do passivo	(2.511)	167
Outras movimentações		
Benefícios pagos	(268)	(67)
Em 31 de dezembro	**3.686**	**6.939**

Premissas atuariais utilizadas
As premissas atuariais utilizadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são demonstradas a seguir:

Hipóteses Econômicas	2016	2015
Taxa de desconto da obrigação atuarial	10,39%	17,96%
Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	10,39%	17,96%
Taxa anual de inflação a longo prazo	4,40%	10,16%

Hipóteses Biométricas	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT-83 M e	AT 83
	AT-2000 M.*	Segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	IAPB-57 Fraca Agravada 15%	Álvaro Vindas

*AT-83 M para admitidos até 30/04/2010 e AT-2000 M para admitidos após 30/04/2010

Análise de sensibilidade
Foi elaborada uma análise de sensibilidade do impacto financeiro sobre o valor das obrigações da Companhia, considerando ajustes de +/- 1 e +/- 2 pontos percentuais na taxa de desconto financeiro utilizada nos cálculos (5,74% ao ano). Os resultados estão apresentados nas tabelas a seguir:

Taxa de desconto	2016
3,74%	6.597
4,74%	5.831
5,74%	5.208
6,74%	4.696
7,74%	4.269

16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 2016 o capital social da Empresa foi aumentado em R$219.394 passando de R$644.606 para R$864.000. Com essa alteração o número de quotas passou para 864.000.000 (644.606.218 quotas em 2015) no valor nominal de R$1,00 cada, sendo 863.999.997 quotas pertencentes à Vallourec Tubos do Brasil S.A. e 3 quotas pertencentes à Vallourec Tubes.

17 – RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Venda de produtos	220.511	272.225
Devoluções e abatimentos	(680)	(990)
Impostos incidentes sobre vendas	(10.637)	(17.057)
	209.194	**254.178**

18 - DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	2016	2015
Despesas com salários e benefícios aos empregados	(81.156)	(86.078)
Despesas com frete	(48.332)	(51.215)
Exaustão dos ativos biológicos e redução ao valor recuperável	(56.787)	(74.767)
Provisão de Impairment	(25.214)	-
Baixa de reflorestamento	(23.620)	(126)
Depreciação e amortização	(18.821)	(16.601)
Despesas com serviços prestados	(9.942)	(17.922)
Despesa com combustíveis e energias	(8.144)	(10.322)
Materiais de consumo utilizados	(6.823)	(7.353)
Aluguéis e arrendamentos	(6.578)	(13.137)
Mercadoria para revenda	(5.196)	(31.749)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(3.454)	(4.369)
Despesas com viagens	(1.592)	(1.860)
Indenizações por acordo judicial	(1.122)	(1.382)
Resultado de ativos mantidos para venda	1.428	2.478
Compensação financeira - VSB	11.005	14.107
Variação a valor justo dos ativos biológicos	26.053	4.084
Outras receitas (despesas)	(10.794)	20.594
	(269.089)	**(275.618)**
Custo dos produtos e serviços vendidos	(197.391)	(230.771)
Receitas (despesas) operacionais	(71.698)	(44.847)
	(269.089)	**(275.618)**

19 - RESULTADO FINANCEIRO

	2016	2015
Rendimento de aplicações financeiras	27.404	25.509
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(14.499)	(13.164)
Outras	(748)	47
	12.157	**12.392**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS - R$)

VALLOUREC FLORESTAL LTDA.

INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA
NÚMERO 60.874.005/0001-75

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 – PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

Com o objetivo de proporcionar a seus empregados renda complementar à aposentadoria assegurada pelo INSS, a Vallourec Florestal Ltda. mantém junto à instituição de previdência privada um plano de complementação de aposentadoria de contribuição definida do tipo PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres.
O custeio do plano é suportado por contribuições mensais dos participantes limitadas a 6% do respectivo salário, conforme cálculo atuarial, complementadas por contribuições iguais da Vallourec Florestal Ltda.
As contribuições da Empresa no exercício de 2016 totalizaram R$372 (R$ 718 em 2015).

21 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.
Foram reconhecidos também, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.
O imposto de renda e a contribuição social estão a seguir demonstrados:

	2016	2015
Resultado antes do Imposto de renda e da contribuição social	(47.739)	(9.048)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(16.231)	(3.076)
Outras adições (exclusões), líquidas	49	(383)
Incentivos fiscais	-	(119)
	(16.182)	**(3.578)**

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

ATIVO	**2016**	**2015**
Contencioso fiscal	7.451	3.339
Provisão Recuperalidade de ativos imobilizados	8.651	9.172
Impairment de ativo imobilizado	8.573	-
Provisão Retif. Ativos mantidos p/ venda	3.835	4.785
Riscos cíveis e comerciais	2.448	2.190
Riscos trabalhistas e previdenciários	2.138	2.445
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	176	443
Atuarial	2.112	2.365
Outras	117	589
Provisões temporárias	**35.501**	**25.328**
Prejuízo fiscal não realizado	4.416	-
Imposto de renda e contribuição social	**39.917**	**25.328**
PASSIVO		
Efeito das Leis 11.638/07 e 11.941/09 - RTT	6.192	6.568
Ativo biológico	54.349	55.599
	60.541	**62.167**
	20.624	**36.839**

22 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Empresa participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias. Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

a) Risco de capital
A Empresa administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

b) Risco de liquidez
É de responsabilidade da Administração da Empresa gerenciar o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

c) Risco de taxa de juros
A Empresa está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados e aplicações financeiras vinculadas, principalmente, a variação do CDI. Entretanto a Administração do Grupo entende que os riscos, relacionados à taxa de juros, não são significativos.

d) Riscos cambiais
O fator de risco da taxa de câmbio da Empresa está relacionado ao empréstimo em moeda estrangeira, dólar, que ela possui com o BNDES. Estes riscos são avaliados e mitigados através de contratação de derivativos.

23 – ATIVOS SEGURADOS

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa possuía cobertura de seguro contra incêndio e riscos diversos para edifícios, máquinas, instalações e equipamentos, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

24 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 10 de março de 2017.

Curvelo, 10 de março de 2017.

DÊNIO LEONEL DA MATA
Superintendente Geral

MOACIR BATISTA DO NASCIMENTO FILHO
Superintendente Técnico

ROGÉRIO PERILLO DE CARVALHO
Contador CRCMG Nº 47.989/0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Quotistas e Administradores da Vallourec Florestal Ltda.
Belo Horizonte - MG

Opinião sobre as demonstrações financeiras
Examinamos as demonstrações financeiras da Vallourec Florestal Ltda. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vallourec Florestal Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
.

Belo Horizonte, 14 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

JOSÉ RICARDO FARIA GOMEZ
Contador
CRC-1SP 218.398/O-1 T/MG

HOSPITAL VERA CRUZ S/A
CNPJ/MF 17.163.528/0001-84 - NIRE 3130003873-4
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Convidamos os Senhores Acionistas do Hospital Vera Cruz S/A ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 05 de maio de 2017, às 10:00 horas, na Rua dos Timbiras, nº 3.156, 10º andar, Barro Preto, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.140-062, a fim de deliberar sobre: (i) aceitação da renúncia do Sr. Luciano Fialho de Pinho do cargo de Diretor Clínico e de Operações da Companhia; (ii) a eleição dos novos membros da Diretoria da Companhia; e (iii) a alteração e consolidação do seu Estatuto Social. Informamos aos Senhores Acionistas que todos os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas na Assembleia ora convocada, inclusive minuta do Estatuto Social a ser alterado, estão à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia, desde esta data. Belo Horizonte, 27 de abril de 2017.
André Simão Osório de Barros
Diretor Presidente e Administrativo Financeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ-MG
"O MUNICÍPIO DE UBÁ comunica a realização do **Pregão Eletrônico nº. 050/2017** – Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades da Farmácia Municipal. A abertura iniciará no dia 12/05/2017, às 12 horas, no site da Caixa Econômica Federal. (www.caixa.gov.br). **Pregão Presencial nº. 051/2017** – Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pão careca para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, assim como, sanduíches de pão com presunto e mussarela e leite pasteurizado para atender as necessidades da Secretaria Municipal do Ambiente e Mobilidade Urbana. A abertura iniciará no dia 12/05/2017, às 14 horas, no salão de reuniões da Prefeitura, situado na Praça São Januário, 238. Cópia completa dos editais disponíveis na internet no endereço www.uba.mg.gov.br - Outras informações tel. (32)3301-6109. E-mail compras@uba.mg.gov.br"

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
PENTÁGONO
CNPJ 17.343.682/0001-38
RELATÓRIO ANUAL DE AGENTE FIDUCIÁRIO
Encontra-se à disposição dos Srs. Investidores o relatório anual das emissões de Debêntures, Certificado de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio, e Notas Promissórias Comerciais em que a PENTÁGONO atuou como Agente Fiduciário, no exercício social findo em 31.12.2016, nos termos e forma do artigo 68, § 1º, b da Lei nº 6.404/76 e artigo 12, XVII, XVIII e XIX da Instrução CVM 28/83.
Este anúncio é de caráter exclusivamente informativo, não implicando em qualquer recomendação de investimento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG
Aviso de chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. O município de Serranópolis de Minas/MG torna público aos interessados a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2017, para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o período de maio/2017 a dezembro/2017, através de Dispensa de Licitação nos termos do inciso 1º do art. 14 da Lei Federal nº 11.947/2009, Resolução FNDE nº 04/2015 e art. 38 da Lei Federal 8.666/93. O recebimento da documentação e do projeto de venda ocorrerá até às 08:00 horas do dia 23 de maio de 2017, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas. Edital disponível no setor de licitação desta prefeitura, maiores informações (38) 3831-7113.
Serranópolis de Minas/MG, 28 de abril de 2017.
Elpídio Ribeiro Neto – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG
Torna público que designou nova data para realização do Pregão nº 013/2017 – Processo nº 061/2017, cujo objeto é o registro de preço para futuros serviços de confecções de formulários impressos conforme modelos disponibilizados. Data e horário da sessão: 12/05/2017, às 16 horas. Licitação destinada a ME e EPP.
João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal.

Aviso de Sessão – O **Município de Contagem**, através da Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, informa data para a realização do **Pregão Presencial Nº 016/2017** - cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR DESCONTO PERCENTUAL (%), CONSTANTES NA TABELA CMED DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS – PREÇO DE FÁBRICA (PF) E PREÇO MÁXIMO DE VENDA AO GOVERNO, EMITIDA PELA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS – CMED/SECRETARIA EXECUTIVA /AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA – EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONTAGEM/MG – Data:** 12 de maio de 2017 às 09h00min – **Local:** Av. Gal. David Sarnoff, 3.113 – Cidade Industrial – Contagem/MG. **RETIRADA DE EDITAL:** http://www.contagem.mg.gov.br/?se=licitacoes; **Bruno Diniz Pinto**, Secretário Municipal de Saúde. Em 27 de abril de 2017.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(EM MILHARES DE REAIS - R$)

VALLOUREC FLORESTAL LTDA.

INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA
NÚMERO 60.874.005/0001-75

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO	Nota explicativa	2015	2014
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	171.819	126.955
Contas a receber de clientes e outros créditos a receber	5-10	8.834	15.405
Estoques	6	78.228	74.058
Impostos e contribuições a recuperar	8	21.311	15.583
Partes relacionadas	10	-	113.729
Total do ativo circulante		**280.192**	**345.730**
NÃO CIRCULANTE			
Estoques	6	1.249	1.683
Impostos e contribuições a recuperar	8	7.804	7.603
Depósitos judiciais	9	15.086	14.028
Ativos mantidos para venda	7	32.974	36.931
Investimentos		20	1.458
Imobilizado	11	293.939	287.182
Ativos biológicos	12	666.900	688.888
Intangível		148	145
Total do ativo não circulante		**1.018.120**	**1.037.918**
TOTAL DO ATIVO		**1.298.312**	**1.383.648**

PASSIVO	Nota explicativa	2015	2014
CIRCULANTE			
Fornecedores e outras contas a pagar	10-13	31.641	44.252
Empréstimos e financiamentos	14	13.800	9.955
Imposto de renda e contribuição social		-	249
Total do passivo circulante		**45.441**	**54.456**
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	10	212.534	284.334
Empréstimos e financiamentos	14	136.669	125.795
Provisões	15	33.334	33.353
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	36.839	45.317
Total do passivo não circulante		**419.376**	**488.799**
TOTAL DO PASSIVO		**464.817**	**543.255**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16	644.606	644.606
Reservas de lucros		177.868	183.288
Contribuição da controladora		13.422	12.366
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.401)	133
Total do patrimônio líquido		**833.495**	**840.393**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.298.312**	**1.383.648**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota explicativa	2015	2014
RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS E SERVIÇOS	17	254.178	264.263
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	18	(230.771)	(208.395)
LUCRO BRUTO		23.407	55.868
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Variação do valor justo dos ativos biológicos	12	36.440	109.131
Gerais e administrativas		(17.954)	(20.007)
Despesas com vendas		(30.134)	(23.190)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento		(4.369)	(6.825)
Depreciações (parte não incluída nos custos)		(278)	(420)
Resultado de bens mantidos para venda	7	(1.479)	(3.209)
Formação de provisão para recuperabilidade de ativos biológicos	12	(26.975)	-
Reversão (Formação) de provisões		(2.015)	(2.946)
Outras receitas operacionais		1.917	4.962
	18	(44.847)	57.496
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E IMPOSTOS		(21.440)	113.364
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	19	12.392	2.548
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(9.048)**	**115.912**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente		(3.616)	(18.788)
Diferido		7.194	(26.560)
	21	3.578	(45.348)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(5.470)**	**70.564**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2015	2014
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(5.470)**	**70.564**
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Remensuração das obrigações de planos de benefícios definidos	(110)	121
Itens que serão reclassificados posteriormente no resultado		
Reserva de "hedge" de fluxo de caixa	(2.381)	(428)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	**(7.961)**	**70.257**

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota explicativa	2015	2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Resultado do exercício		(5.470)	70.564
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciações do imobilizado	11	16.535	16.760
Amortização do intangível		67	91
Exaustão dos ativos biológicos	12	47.792	29.128
Resultado na baixa de ativo disponível para venda	7	1.479	3.209
Valor residual de baixa de ativo imobilizado	11	-	2.907
(Reversão) constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(114)	574
Baixa de ativo biológico	12	126	-
Ajuste a valor de mercado ativos biológico	12	(4.084)	(76.282)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	14	11.479	2.289
Provisões		(3.787)	2.077
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	12	26.975	-
Equivalência patrimonial		16	(223)
Resultado não financeiro líquido		(1.373)	(751)
Plano de opções de ações		1.056	1.548
Perda com venda de investimento		208	-
Imposto de renda e contribuição social		3.616	18.788
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(7.194)	26.560
		87.327	97.239
(Aumento) redução dos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes e outros créditos a receber		3	(3.172)
Partes relacionadas		6.682	4.762
Estoques		(3.736)	(15.442)
Impostos e contribuições a recuperar		(5.929)	(795)
Depósito judicial		(1.058)	(26)
		(4.038)	(14.673)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores e outras contas a pagar		(11.463)	6.909
Partes relacionadas		(1.148)	1.109
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.865)	(18.879)
		(16.476)	(10.861)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**66.813**	**71.705**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:			
Aquisição de imobilizado	11	(23.292)	(42.508)
Adições aos ativos biológicos	12	(48.821)	(61.959)
Adições ao intangível		(70)	(21)
Integralização de capital em investida		(214)	(209)
Juros recebidos		1.373	907
Mútuo com parte relacionada	10	113.729	(113.729)
Baixa de investimento		1.428	-
Recebimento na venda de ativos disponíveis para venda	7	2.478	3.999
		46.611	(213.520)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:			
Captação de financiamento - terceiros	14	28.318	40.156
Aumento de capital		-	112.000
Pagamento de juros	14	(3.100)	(727)
Pagamento de financiamentos	14	(21.978)	(7.933)
Recebimento (pagamento) de parte relacionada	10	(71.800)	22.271
		(68.560)	165.767
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**44.864**	**23.952**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		126.955	103.003
No final do exercício		171.819	126.955
		44.864	**23.952**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Capital social	Reserva Capital - Contribuição da controladora	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
				Reserva legal	Lucros retidos			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		**532.606**	**10.818**	**3.855**	**107.987**	**-**	**1.329**	**656.595**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	70.564	-	70.564
Benefícios pós emprego (CPC 33)		-	-	-	-	-	121	121
Efeitos hedge accounting		-	-	-	-	-	(428)	(428)
Resultado abrangente total do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**70.564**	**(307)**	**70.257**
Aumento de capital em 06/10/2014 - 39º alteração contratual		112.000	-	-	-	-	-	112.000
Transferência para reserva legal		-	-	3.528	-	(3.528)	-	-
Transferência para reserva de lucros		-	-	-	67.036	(67.036)	-	-
Plano de participação acionária		-	1.548	-	-	-	-	1.548
Ajuste equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	(7)	(7)
Total de contribuições e distribuições para os acionistas		**112.000**	**1.548**	**3.528**	**67.036**	**(70.564)**	**(7)**	**113.541**
Realização do custo atribuído		-	-	-	-	882	(882)	-
Outras resevas de lucros		-	-	-	882	(882)	-	-
Outras reservas		**-**	**-**	**-**	**882**	**-**	**(882)**	**-**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		**644.606**	**12.366**	**7.383**	**175.905**	**-**	**133**	**840.393**
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(5.470)	-	(5.470)
Benefícios pós emprego (CPC 33)		-	-	-	-	-	(110)	(110)
Efeitos hedge accounting		-	-	-	-	-	(2.381)	(2.381)
Resultado abrangente total do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**(5.470)**	**(2.491)**	**(7.961)**
Transferência para reserva de lucros		-	-	-	(5.470)	5.470	-	-
Plano de participação acionária		-	1.056	-	-	-	-	1.056
Ajuste equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	7	7
Total de contribuições e distribuições para os acionistas		**-**	**1.056**	**-**	**(5.470)**	**5.470**	**7**	**1.063**
Realização do custo atribuído		-	-	-	-	50	(50)	-
Outras resevas de lucros		-	-	-	50	(50)	-	-
Outras reservas		**-**	**-**	**-**	**50**	**-**	**(50)**	**-**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	16	**644.606**	**13.422**	**7.383**	**170.485**	**-**	**(2.401)**	**833.495**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(EM MILHARES DE REAIS - R$)

VALLOUREC FLORESTAL LTDA.

INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA
NÚMERO 60.874.005/0001-75

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Vallourec Florestal Ltda. ("Empresa") é uma sociedade limitada localizada no Centro-Norte de Minas Gerais e tem como atividade principal a execução de projetos de reflorestamento de eucalipto, visando a produção de carvão vegetal, substancialmente para atendimento às necessidades de sua quotista controladora Vallourec Tubos do Brasil S.A.("VBR") e coligada Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil ("VSB").

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

2.2 – Adoção de práticas contábeis novas e revisadas
As seguintes alterações de normas serão adotadas pela primeira vez em 2016:
Alterações ao CPC 27 e CPC 29 – "Agricultura: Plantas portadoras": trazem a definição de plantas portadoras e requerem que ativos biológicos que atendem à definição de plantas portadoras sejam contabilizados como ativo imobilizado de acordo com o CPC 27 ao invés do CPC 29.

2.3 – Base de elaboração
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e pelos ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contra prestações pagas em troca de ativos.

2.4 – Moeda funcional
A Administração da Empresa definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.
Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio nas datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

2.5 – Uso de estimativas e julgamentos
A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração da Empresa efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil e valor residual do ativo imobilizado, provisão para recuperabilidade de ativos, provisão para ativos mantidos para venda, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 – Reconhecimento de receita
A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Vendas de produtos
A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Empresa transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Empresa não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

3.2 – Ativos mantidos para venda
Os ativos são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

3.3 – Ativos Biológicos
Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. A madeira colhida é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

3.4 – Instrumentos financeiros
3.4.1 Ativos financeiros
Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive valores a receber de clientes) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.
A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

3.4.2 Passivos financeiros
Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Empresa são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.4.3 Instrumentos financeiros derivativos
A Empresa possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio, conforme política definida para o Grupo. Certos instrumentos financeiros derivativos são designados como "hedge" de fluxo de caixa.
Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no encerramento do exercício.

"Hedges" de fluxo de caixa
A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como "hedge" de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial". Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.
Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de "hedge" é registrado no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é identificado. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de "hedge" resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente registrados em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo.

3.5 – Ativos e passivos circulantes
- Contas a receber e a pagar indexadas: as contas a receber e a pagar, indexadas em moeda estrangeira, estão atualizadas à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do balanço. As demais contas sujeitas à indexação encontram-se atualizadas de acordo com os índices estabelecidos contratualmente. Os ganhos e as perdas cambiais e variações monetárias são reconhecidos no resultado.

- Estoques: estão avaliados ao custo médio histórico de aquisição ou de produção e, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor de realização. Os ativos biológicos transferidos para o estoque são registrados pelo valor justo apurado nas datas de corte da madeira.

- Demais ativos e passivos circulantes: são apresentados pelo valor líquido de realização e liquidação.

3.6 – Ativos e passivos não circulantes
Imobilizado
O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.
Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.
Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Imóveis	12 - 30
Máquinas e instalações	10 - 25
Equipamentos industriais e comerciais	3 - 10

Os bens que compõem o ativo imobilizado têm seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

3.7 – Provisões
As provisões são reconhecidas no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.8 – Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base na legislação vigente, considerando as adições e exclusões legais previstas. Sobre as adições temporárias que se tornarão dedutíveis quando realizadas e prejuízo fiscal, são constituídos créditos tributários diferidos. Também são constituídos débitos tributários diferidos sobre as exclusões temporárias, as quais serão tributadas quando cessarem as condições que atualmente afastam a tributação.
A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.
Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido.

3.9 – Contribuição da controladora
O valor justo das opções de compra de ações da controladora Vallourec Tubos do Brasil S.A. concedidas a gestores relacionadas a metas de longo prazo, determinado na data da outorga, é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas do Grupo sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio, registrados como Contribuição da controladora.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Depósitos à vista	66	81
Aplicações financeiras	171.753	126.874
	171.819	**126.955**

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.
As aplicações financeiras estão classificadas substancialmente na categoria Referenciado DI dos fundos de investimentos. A valorização das cotas oscila diariamente de acordo com o critério da marcação a mercado. As carteiras dos fundos compõem-se substancialmente em Títulos Públicos Federais: LFTs e LTNs.
A rentabilidade ponderada foi de 98,9% do CDI em 2015 (99,0% do CDI em 2014). A taxa média de administração destes fundos gira em torno de 0,17% a.a em 2015 (0,17% a.a para 2014).

5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	2015	2014
Clientes nacionais	250	77
Parte relacionada (nota explicativa 10)	5.826	12.508
Despesas antecipadas	414	722
Outras contas a receber	3.646	3.514
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.302)	(1.416)
Outras contas a receber	**8.834**	**15.405**
Circulante	**8.834**	**15.405**
Não circulante	**-**	**-**

Contas a receber de clientes e outras contas a receber decorrem diretamente das operações da Empresa, sendo mensuradas pelo custo amortizado e estão registradas pelo seu valor original, deduzidas de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.
A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ocorreu conforme a seguir:

	2015	2014
Saldo no início do exercício	(1.416)	(842)
Constituição de provisão	(89)	(721)
Reversão de provisão	203	147
Saldo no fim do exercício	**(1.302)**	**(1.416)**

6 – ESTOQUES

	2015	2014
Produtos acabados	10.727	15.020
Produtos em elaboração	60.879	46.406
Matérias primas e materiais de consumo	1.212	7.846
Ferramentas, peças e materiais de manutenção	5.013	4.355
Adiantamentos a fornecedores	1.646	2.114
	79.477	**75.741**
Circulante	**78.228**	**74.058**
Não circulante	**1.249**	**1.683**

7 – ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Em 24 de outubro de 2008, a Vallourec Florestal Ltda. adquiriu da Serra do Cabral Agroindústria Ltda. "SCAI", a área rural correspondente a 47.103 hectares, do loteamento rural denominado "Glebas do Planalto", na região de Serra do Cabral, no município de Várzea da Palma, em Minas Gerais. Para viabilizar a transação, a vendedora vinculou a venda de 1.069 mil m3 de floresta de "Pinus" plantada na área negociada que atualmente a Vallourec Florestal Ltda. disponibiliza para a comercialização a terceiros.
As posições contábeis no encerramento dos exercícios estão demonstradas a seguir:

	2015	2014
Custo	47.049	50.528
Ajuste ao valor de realização	(14.075)	(13.597)
	32.974	**36.931**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(EM MILHARES DE REAIS - R$)

VALLOUREC FLORESTAL LTDA.

INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA
NÚMERO 60.874.005/0001-75

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2015	2014
Receita pela venda	2.478	3.999
Custo	(3.478)	(6.306)
Resultado bruto	(1.000)	(2.307)
Ajuste ao valor de realização	(479)	(902)
	(1.479)	**(3.209)**

8 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2015	2014
ICMS a recuperar	7.994	14.191
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9.894	5.055
Impostos a recuperar s/ aquisição de ativo imobilizado	3.751	3.697
Pis / Cofins a recuperar	7.476	243
	29.115	**23.186**
Circulante	**21.311**	**15.583**
Não circulante	**7.804**	**7.603**

9 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2015	2014
ITR	11.969	11.121
Ações cíveis e comerciais	175	175
Outros	2.942	2.732
	15.086	**14.028**

10 – PARTES RELACIONADAS

As operações com a controladora e com empresa do grupo foram realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

	2015					
	Ativo	Passivo	Operações			
	Cliente	Fornecedores	Adiantamentos	Venda	Compras	Receitas Financeiras
Vallourec Tubos do Brasil S.A.	2.142	1.415	-	168.055	5.680	-
Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil S.A.	3.684	-	212.534	81.544	-	14.107
	5.826	**1.415**	**212.534**	**249.599**	**5.680**	**14.107**

	2014						
	Ativo		Passivo		Operações		
	Cliente	Mútuo Ativo	Fornecedores	Adiantamentos	Venda	Compras	Receitas Financeiras
Vallourec Tubos do Brasil S.A.	8.244	-	2.563	-	221.923	2.694	-
Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil S.A.	4.264	113.729	-	284.334	37.220	-	10.447
	12.508	**113.729**	**2.563**	**284.334**	**259.143**	**2.694**	**10.447**

A Empresa possui um saldo total de R$212.534 (R$284.334 em 2014) de adiantamento com a parte relacionada Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil. Estes adiantamentos serão liquidados nos próximos anos, conforme a demanda no fornecimento de carvão vegetal.

11 – IMOBILIZADO

	2015				
Movimentação do custo	2014	Adições	Baixas	Transferência Obras	2015
Terrenos	112.413	-	-	-	112.413
Imóveis	43.034	33	-	1.000	44.067
Máquinas e instalações	110.451	-	(72)	5.457	115.836
Equipamentos industriais e comerciais	20.884	8	-	235	21.127
Obras em andamento	67.387	23.251	-	(4.231)	86.407
Adiantamento para obras	2.461	-	-	(2.461)	-
	356.630	**23.292**	**(72)**	**-**	**379.850**

Movimentação da depreciação	2014	Adições	Baixas	Transferência Obras	2015
Imóveis	(10.703)	(2.119)	-	-	(12.822)
Máquinas e instalações	(40.145)	(12.219)	-	-	(52.364)
Equipamentos industriais e comerciais	(18.600)	(2.197)	72	-	(20.725)
	(69.448)	**(16.535)**	**72**	**-**	**(85.911)**
	287.182	**6.757**	**-**	**-**	**293.939**

A rubrica Obras em andamento refere-se basicamente a fornos em construção para produção de carvão vegetal, os quais estão previstos para entrar em operação em março de 2016.
Para alguns processos judiciais, a Empresa ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado no montante de R$4.209.
A Administração entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil dos seus ativos.
Na data de fechamento das demonstrações apresentadas, a Administração entende que não houve desvalorização de seus ativos tangíveis, uma vez que não se evidenciou nenhum dos fatores indicativos de perdas conforme pronunciamento CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

12 – ATIVOS BIOLÓGICOS

Os ativos biológicos da Empresa compreendem o cultivo e plantio de florestas de eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de carvão vegetal. Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa possuía 108.428 hectares de florestas plantadas (109.790 em 2014), desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento à legislação ambiental brasileira.
A Empresa reconhece seus ativos biológicos a valor justo conforme previsto na norma contábil CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, com adoção das seguintes premissas em sua apuração:

- Os maciços florestais de eucalipto são mantidos a custo histórico até o segundo ano e onze meses de plantio, correspondendo a trinta e cinco meses, em decorrência da equivalência aos preços de negociação praticados pelo mercado; e
- Quanto aos preços dos ativos biológicos, a partir do terceiro ano de plantio, são calculados com base nos preços de negociação no mercado, divulgados em publicação especializada e mensurados através da metodologia de fluxo de caixa descontado.

No transcorrer do ano de 2015 a produtividade de alguns maciços florestais foi substancialmente reduzida devido à baixa incidência de chuvas em algumas regiões onde estão localizadas as respectivas florestas.
A Empresa, então, efetuou o teste do valor recuperável dos ativos atingidos e reconheceu no resultado do exercício de 2015, perda no montante de R$26.975.
Os saldos contábeis e movimentação dos ativos biológicos no encerramento do exercício estão demonstrados a seguir:

	2015			
Movimentação do custo	2014	Adições	Baixas	2015
Florestamento e reflorestamento em andamento	610.204	48.821	(32.569)	626.456
Ajuste a valor de mercado	237.637	36.440	-	274.077
	847.841	**85.261**	**(32.569)**	**900.533**

Movimentação da exaustão e redução ao valor recuperável	2014	Adições	Baixas	2015
Florestamento e reflorestamento em andamento	(68.074)	(47.792)	32.443	(83.423)
Ajuste a valor de mercado	(90.879)	(32.356)	-	(123.235)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado	-	(26.975)	-	(26.975)
	(158.953)	**(107.123)**	**32.443**	**(233.633)**
	688.888	**(21.862)**	**(126)**	**666.900**

13 – FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2015	2014
Fornecedores nacionais	15.804	27.650
Fornecedores no exterior	17	45
Partes relacionadas (nota explicativa 10)	1.415	2.563
Impostos e contribuições a recolher	4.114	4.640
Salários e encargos sociais	4.186	4.737
Adiantamentos recebidos de clientes	5.626	4.245
Outras obrigações	479	372
	31.641	**44.252**

14 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A segregação dos saldos de financiamentos existentes em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 está a seguir demonstrada:

Tipo de financiamento	Taxa	2015	2014
Banco do Nordeste *	8,5% a.a. c/bônus de adimplência de 15%	94.905	94.280
Banco do Nordeste	7,06% p.a c/bônus de adimplência de 15%	11.498	-
BNDES/Finem **	3% a 6,4% a.a. + TJLP + USD	44.066	40.164
Outros financiamentos		-	1.306
		150.469	**135.750**
Passivo Circulante		**13.800**	**9.955**
Passivo Não Circulante		**136.669**	**125.795**

* Fundo constitucional de financiamento do Nordeste
** Fundo de financiamento a empreendimentos do BNDES

As parcelas classificadas no longo prazo apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimentos	2015	2014
2016	-	10.769
2017	13.500	11.365
2018	35.136	30.247
2019 a 2022	88.033	73.414
	136.669	**125.795**

Os empréstimos estão garantidos por fianças bancárias contratadas junto aos Bancos Safra e Itaú no valor total de R$150.468 (R$134.444 em 31 de dezembro de 2014).
Os empréstimos possuem *covenants* relacionados à alteração de estrutura societária. A Administração entende estar cumprindo os referidos *covenants* na data das demonstrações financeiras.

15 – PROVISÕES

A Vallourec Florestal Ltda. mantém provisões fiscais, cíveis, comerciais, trabalhistas e previdenciárias. As provisões para riscos são constituídas levando-se em consideração a expectativa de perdas da Administração e de seus assessores jurídicos com respeito às ações em andamento, bem como nas autuações fiscais e previdenciárias sob defesa.
Adicionalmente, a Vallourec Florestal Ltda. concede participação nos resultados a seus funcionários, vinculada aos seus planos de ação e ao alcance de resultados por parte da Empresa e dos empregados.

	2015	2014
Contencioso fiscal	14.149	16.114
Participação nos resultados e bônus variável	738	4.598
Riscos cíveis e comerciais	6.440	5.331
Riscos trabalhistas e previdenciários	4.588	4.176
Provisões atuariais	6.939	2.662
Outros	480	472
	33.334	**33.353**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(EM MILHARES DE REAIS - R$)

VALLOUREC FLORESTAL LTDA.

INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA
NÚMERO 60.874.005/0001-75

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações das provisões no exercício de 2015 foram da seguinte forma:

	2015	2014
Saldo Inicial	**33.353**	**30.804**
Formação	19.331	14.911
Reversão	(13.807)	(5.277)
Utilizações por pagamento	(5.543)	(7.085)
	33.334	**33.353**

Dentre as contingências tributárias registradas, as principais que se discutem são: ITR – Imposto Territorial Rural sobre valor da terra nua e os créditos extemporâneos de PIS/COFINS, relativos aos anos de 2008 a 2010, totalizando R$11.885, para as quais há depósito judicial no montante de R$11.969 (R$11.121 em 2014).
Quanto às provisões trabalhistas, resumem-se basicamente às verbas rescisórias e indenizatórias.
As provisões para jubileu, abono acordo coletivo e benefício pós-emprego são calculadas por atuário independente e são relacionadas à expectativa de pagamentos a funcionários quando do atingimento de determinados períodos de tempo de serviço na Empresa, e estão assim distribuídos:

Provisões atuariais

	2015	2014
Jubileu	1.784	1.763
Benefícios pós-emprego	5.155	899
	6.939	**2.662**

16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social está dividido em 644.606.218 quotas (644.606.218 quotas em 2014) no valor nominal de R$1,00 cada, sendo 644.606.215 quotas pertencentes à Vallourec Tubos do Brasil S.A. e 3 quotas pertencentes à Vallourec Tubes.

17 – RECEITAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Venda de produtos	272.225	290.209
Devoluções e abatimentos	(990)	(3.112)
Impostos incidentes sobre vendas	(17.057)	(22.834)
	254.178	**264.263**

18 - DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	2015	2014
Mercadoria para revenda	(31.749)	(23.650)
Materiais de consumo utilizados	(7.353)	(7.759)
Despesas com frete	(51.215)	(46.905)
Despesas com salários e benefícios aos empregados	(86.078)	(92.556)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(4.369)	(6.825)
Depreciação e amortização	(16.601)	(16.851)
Exaustão dos ativos biológicos e redução ao valor recuperável	(74.767)	(29.128)
Despesas com serviços prestados	(17.922)	(19.086)
Variação a valor justo dos ativos biológicos	4.084	76.282
Aluguéis e arrendamentos	(13.137)	(12.341)
Compensação financeira - VSB	14.107	10.447
Receita - ativo mantido para venda	2.478	3.999
Outras receitas (despesas)	6.904	13.474
	(275.618)	**(150.899)**
Custo dos produtos e serviços vendidos	(230.771)	(208.395)
Receitas (despesas) operacionais	(44.847)	57.496
	(275.618)	**(150.899)**

19 - RESULTADO FINANCEIRO

	2015	2014
Rendimento de aplicações financeiras	25.509	15.829
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(13.164)	(13.082)
Outras	47	(199)
	12.392	**2.548**

20 – PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

Com o objetivo de proporcionar a seus empregados renda complementar à aposentadoria assegurada pelo INSS, a Vallourec Florestal Ltda. mantém junto à instituição de previdência privada um plano de complementação de aposentadoria de contribuição definida do tipo PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres.
O custeio do plano é suportado por contribuições mensais dos participantes limitadas a 6% do respectivo salário, conforme cálculo atuarial, complementadas por contribuições iguais da Vallourec Florestal Ltda.
As contribuições da Empresa no exercício de 2015 totalizaram R$718 (R$1.510 em 2014).

21 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.
Foram reconhecidos também, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.
O imposto de renda e a contribuição social estão a seguir demonstrados:

	2015	2014
Resultado antes do Imposto de renda e da contribuição social	(9.048)	115.912
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(3.076)	39.410
Outras adições (exclusões), permanentes líquidas	(383)	6.217
Incentivos fiscais	(119)	(279)
	(3.578)	**45.348**

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

ATIVO	2015	2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	443	481
Contencioso fiscal	4.811	5.479
Riscos cíveis e comerciais	2.190	1.813
Riscos trabalhistas e previdenciários	1.560	1.420
Provisão Retif. Ativos mantidos p/ venda	4.785	4.623
Provisão Recuperalidade de ativos imobilizados	9.172	-
Outras	2.367	2.207
	25.328	**16.023**
PASSIVO		
Efeito das Leis 11.638/07 e 11.941/09 - RTT	6.568	6.135
Ativo biológico	55.599	55.205
	62.167	**61.340**
	36.839	**45.317**

22 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Empresa participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias. Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

a) Risco de capital
A Empresa administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

b) Risco de liquidez
É de responsabilidade da Administração da Empresa gerenciar o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

c) Risco de taxa de juros
A Empresa está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados e aplicações financeiras vinculadas, principalmente, a variação do CDI. Entretanto a Administração do Grupo entende que os riscos, relacionados à taxa de juros, não são significativos.

d) Riscos cambiais
O fator de risco da taxa de câmbio da Empresa está relacionado ao empréstimo em moeda estrangeira, dólar, que ela possui com o BNDES. Estes riscos são avaliados e mitigados através de contratação de derivativos.

23 – ATIVOS SEGURADOS

Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa possuía cobertura de seguro contra incêndio e riscos diversos para edifícios, máquinas, instalações e equipamentos, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas no montante de R$140.177 (R$141.877 em 2014).
A avaliação da Administração quanto à adequação das coberturas dos seguros não foi examinada pelos auditores independentes.

24 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 12 de fevereiro de 2016.

Curvelo, 12 de fevereiro de 2016.

RUBENS FERREIRA FILHO
Superintendente Geral

DÊNIO LEONEL DA MATA
Superintendente Administrativo

MOACIR BATISTA DO NASCIMENTO FILHO
Superintendente Técnico

ROGÉRIO PERILLO DE CARVALHO
Contador CRCMG Nº 47.989/0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Quotistas e Administradores da Vallourec Florestal Ltda.
Curvelo - MG

Opinião sobre as demonstrações financeiras
Examinamos as demonstrações financeiras da Vallourec Florestal Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vallourec Florestal Ltda. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase
Conforme mencionado na nota explicativa no 10 às demonstrações financeiras, a Sociedade mantém operações em montantes significativos com partes relacionadas de acordo com as condições acordadas entre as partes. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

JOSÉ RICARDO FARIA GOMEZ
Contador
CRC-1SP 218.398/O-1 T/MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAÍ/MG
Prc Licitatório nº 032/2017 - Pregão Presencial 025/2017

Torna público a todos que se interessarem que fará realizar no dia 10/05/2017, às 09:00hs à Pç. Cristo Redentor, 199 - Centro - nesta cidade, Objeto: **Registro de preço para contratação de empresa para prestação de serviços, mecânica em geral, de mão de obra hora/homem, em veículos leves e médios da frota municipal.** Maiores Informações poderão ser obtidas no endereço acima ou no tel: 38 3744-1320 e no e-mail: jequitailicitacao@yahoo.com.br

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA

ERRATA DE PUBLICAÇÃO
REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2017.

Objeto: Fornecimento de medicamentos. Comunicamos aos interessados na licitação supra que devido a erro material no periódico onde se lê 15/02/2017 no Diário Oficial de Minas Gerais e no Diário do Comércio do dia 26/04/2017 e Hoje em Dia e Diário Oficial da União da 27/04/2017 f. 16, leia-se "15/05/2017", data correta da sessão pública de abertura do certame.
Uberlândia-MG, 27 de abril de 2017
JAIRO REIS DE FARIA
Pregoeiro

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL, realizará no dia 15 de Maio de 2017 às 9 hs o Processo Licitatório de n° 070/2017, na Modalidade de Pregão Presencial de n° 046/ 2017- Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição de medicamentos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Coromandel-MG, com reserva de itens para participação exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual. Editais e inf. no e-mail licitacao@coromandel.mg.gov.br, pelo telefone 34-3841-1344, ou na sede da prefeitura municipal à Rua Artur Bernardes n° 170. Coromandel-MG, 27 de Abril de 2017. Gilberto Donizete de Melo Junior-Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL. AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATOS. Pregão Presencial 25/2017 – Registro de Preços - Processo: 046/2017. Objeto: Fornecimento de combustíveis destinados ao abastecimento da frota de veículos da prefeitura municipal de Coromandel-MG, no exercício de 2017, referente aos CONTRATOS de nº: 50/2017. Partes: Município de Coromandel e Auto Posto Coromandel Ltda – CNPJ: 03.354.269/0001-64. Valor Global: R$2.120.032,00.
51/2017. Partes: Município de Coromandel e COMERCIAL GUAPIARA EIRELI – CNPJ: 01.783.016/0001-80. Valor Global: R$9.976,00 . Vigência dos contratos: 31/03/2017 à 31/03/2018. Informações: Setor de Licitações à Rua Arthur Bernardes, 170 – Centro – Fone: (0xx34) 3841-1344. Coromandel, 28 de abril de 2017. Dione Maria Peres – Prefeita Municipal de Coromandel.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESSAQUINHA

Aviso de Licitação: Proc. 030/2017. Pregão Presencial. 021/2017.
Registro de Preços 014/2017.

Obj: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de serviços de natureza comum para o fornecimento e a aplicação de 500 (quinhentas) toneladas de asfalto CBUQ, para operação tapa buraco no Município de Ressaquinha. Credenciamento: Das 13h às 13h15min em 16/05/2017, Abertura:13h15min em 16/05/2017. Info. das 12 às 17h pelo email: compras@ressaquinha.mg.gov.br, e pelo telefone (32) 3341-1259.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU/MG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2017

Torna público que se fará realizar abertura de Licitação (Com itens exclusivos para Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Equiparadas e com itens para Ampla Participação), na modalidade "**Pregão Presencial nº 32/2017**", **sob a forma de SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do Tipo: Menor Preço, julgamento por **ITEM**, cujo objeto é a Contratação Futura de Empresa (s) para prestação de serviços de mão de obra mecânica, elétrica, hidráulica, lanternagem, pintura e outros, para manutenção da frota de veículos pertencentes ou que vierem pertencer à frota Municipal. **Sessão dia 16/05/2017 às 09h00min.** As informações inerentes a presente publicação estarão disponíveis aos interessados na Prefeitura Municipal de Manhuaçu - Setor de Licitações, situada à Praça Cordovil Pinto Coelho, 460, Centro, Tel. (33) 3339-2712, no horário de 09h00min às 11h00min e 13h00min às 16h00min. **Através do e-mail:** licitamanhuacu@yahoo.com.br ou através do site: www.manhuacu.mg.gov.br.
Manhuaçu/MG, 28 de Abril de 2017
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL

CARLOS HENRIQUE SALES. 2º Oficial do Registro de Imóveis de Belo Horizonte, em pleno exercício do cargo, na forma da lei, etc., FAZ SABER, a todos quantos possa interessar, e especialmente a CARLA DE OLIVEIRA CORREA, CPF 014.087.627-81, que foi requerida pelo credor BANCO INTERMEDIUM S/A a sua INTIMAÇÃO para adimplir o CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO n° 2013102708, garantido por alienação fiduciária do imóvel constituído pelo apto. APTO. 1301, BLOCO 02, à rua Groelândia, 401, bairro Sion, Belo Horizonte, objeto da matrícula n° 76.182, deste Serviço Registral. Às diligências de intimação levadas a efeito pelo Oficial do 2º Registro de Títulos e Documentos, esta deixou de ser entregue ao destinatário em razão de estar se ocultando em receber o documento, conforme certidão. Desta forma publica-se o presente edital para que CARLA DE OLIVEIRA CORREA dele tome conhecimento e para que no prazo de 15 (quinze) dias purgue a mora devida, perante este Oficial do Registro de Imóveis do 2º Ofício de Belo Horizonte, à rua Guajajaras, n° 771, centro, Belo Horizonte, MG, no horário de 9:00 às 17:00, sendo que, transcorrido o prazo sem purga da mora, ficará garantido o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor da Credora, BANCO INTERMEDIUM S/A, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei 9.514/97. O valor do débito, a 11/01/2017 era de R$53.321,62, o qual deverá ser acrescido das prestações vencidas até a data da purgação da mora, juros, correção monetária e demais encargos legal e contratualmente previstos. O pagamento poderá ser feito diretamente ao credor, caso em que o recibo deverá ser apresentado ao Ofício de Registro de Imóveis, com autorização do credor para baixa do procedimento, ou em cheque administrativo ou visado, nominal ao credor, ou seu cessionário, sendo improrrogável o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da intimação. Dou fé. Belo Horizonte, 27 de março de 2017. O oficial, Carlos Henrique Sales.

Prefeitura Municipal de ilicínea. Leilão 01/2017. Venda de seus bens inservíveis: veículos e máquinas. Lances online: 02/05/17 à 16/05/17, 09 hs. Leilão presencial: 16/05/17,10 hs. Local: Antigo Parque de Exposições, rua Querubino Moscardini, s/nº, Glória, Ilicínea. Os bens ficarão disponíveis para visitação no mesmo local que será o leilão, entre os dias 02/05/17 à 16/05/17, de 07 às 10 e 12 às 17 hs. Realização: Patrícia Graciele de Andrade Sousa. Leiloeira Oficial. Edital e inf. (31) 3243-1107, www.patricialeiloeira.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI - RETIFICAÇÃO DO EDITAL – PROCESSO Nº063/2017 – PREGÃO PRESENCIAL NO REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2017 - O Município de Piumhi/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº16.781.346/0001-04, torna público que fica alterada a abertura da sessão do Pregão Presencial no Registro de Preços nº022/2017, cujo objeto visa a aquisição de cestas básicas em atendimento às necessidades desta Prefeitura, para às **09:00** horas do dia **12/05/2017**, em virtude de alterações no edital. Maiores informações e cópias do referido edital poderão ser obtidas na sede da Prefeitura de 8:00 às 16:00 horas ou pelos telefones (37)3371-9220/9222. Adeberto José de Melo – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ/MG
Aviso de Licitação
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2017

A Secretaria Municipal de Administração torna público que fará realizar, no dia 12/05/2017 às 14h00min, PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2017, cujo objeto é Promover Registro de Preço, consignado em Ata, para aquisição de materiais de construção - madeiras para atendimento à Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente e Administrações Regionais, conforme constante neste Edital e seus Anexos. O Edital na íntegra encontra-se disponibilizado no site: www.sabara.mg.gov.br, e no Protocolo da Prefeitura, localizado na Rua Comendador Viana, nº 119, mediante o pagamento das cópias reproduzidas no valor de R$ 12,76.
Sabará, 28 de abril de 2017
Hélio César Rodrigues de Resende
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

NIDERA SEMENTES LTDA. CNPJ: 07.053.693/0001-20

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	31/12/2016 Controladora	31/12/2016 Consolidado	31/12/2015 Controladora	31/12/2015 Consolidado	31/12/2014 Controladora	31/12/2014 Consolidado
Ativo			(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1.056.086	1.068.987	1.042.743	1.180.820	481.422	545.961
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	378.298	381.033	368.110	378.929
Contas a receber de clientes	737.358	863.949	607.099	662.467	390.502	401.596
Estoques	448.672	499.447	903.871	965.198	529.440	554.552
Adiantamento a fornecedores	413.802	432.250	359.409	359.634	284.017	286.388
Adiantamento a funcionários	489	500	802	825	611	634
Impostos a recuperar	298.786	322.498	285.416	304.875	170.347	175.665
Partes relacionadas	404.274	444.630	47.272	56.301	94.566	102.192
Despesas antecipadas	3.702	3.888	3.797	4.019	345	555
Total do ativo circulante	**3.363.169**	**3.636.149**	**3.628.707**	**3.915.172**	**2.319.360**	**2.446.472**
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Adiantamento a fornecedores	46.073	46.073	104.386	151.667	58.507	58.507
Depósitos judiciais	2.535	2.557	4.683	4.705	3.763	3.776
Propriedade para Investimento	30.962	30.962	32.333	32.333	26.013	26.013
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.221	41.273	-	-	-	-
	98.791	**120.865**	**141.402**	**188.705**	**88.283**	**88.296**
Investimentos	371.179	151.948	375.118	90.344	226.716	39.822
Imobilizado	461.006	572.364	436.518	570.643	240.777	351.850
Intangível	34.837	74.434	28.424	75.925	17.234	63.685
	867.022	**798.746**	**840.060**	**736.912**	**484.727**	**455.357**
Total do ativo não circulante	**965.813**	**919.611**	**981.462**	**925.617**	**573.010**	**543.653**
Total do ativo	**4.328.982**	**4.555.760**	**4.610.169**	**4.840.789**	**2.892.370**	**2.990.125**

	31/12/2016 Controladora	31/12/2016 Consolidado	31/12/2015 Controladora	31/12/2015 Consolidado	31/12/2014 Controladora	31/12/2014 Consolidado
Passivo			(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	1.296.061	1.524.552	2.257.462	2.484.018	862.280	958.125
Fornecedores	410.553	423.257	161.160	190.834	218.389	227.466
Adiantamentos de clientes	287.990	287.990	60.566	60.566	136.553	136.566
Comissões a pagar	18.311	18.311	7.856	7.856	3.824	3.824
Salários e encargos sociais	3.810	3.890	1.629	1.678	7.609	8.126
Impostos e contribuições a recolher	5.325	8.034	9.159	10.177	10.544	11.233
Partes relacionadas	806.980	800.333	703.354	661.744	332.774	292.431
Instrumentos financeiros derivativos	54.494	40.413	-	-	-	-
Outras contas a pagar	70.703	73.910	98.676	131.068	61.511	62.326
Total do passivo circulante	**2.954.227**	**3.180.690**	**3.299.862**	**3.547.941**	**1.633.484**	**1.700.097**
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	133.161	115.215	93.555	124.307
Empréstimos e financiamentos	925.779	925.779	679.113	679.113	903.277	903.277
Provisão para demandas judiciais	1.994	2.085	2.306	2.354	874	983
Total do passivo não circulante	927.773	927.864	814.580	796.682	997.706	1.028.567
Patrimônio líquido						
Capital social	807.909	807.909	415.202	415.202	175.951	175.951
Ajustes acumulados de conversão	111.951	111.951	172.795	172.795	79.422	79.422
Reserva de lucros	(406.718)	(406.718)	14.245	14.245	5.807	5.807
Outros resultados abrangentes	(66.160)	(66.160)	(106.515)	(106.515)	-	-
Total do patrimônio líquido	**446.982**	**446.982**	**495.727**	**495.727**	**261.180**	**261.180**
Participação de não controladores	-	224	-	439	-	281
Total patrimônio líquido e participação de não controladores	**446.982**	**447.206**	**495.727**	**496.166**	**261.180**	**261.461**
Total do passivo	**4.328.982**	**4.555.760**	**4.610.169**	**4.840.789**	**2.892.370**	**2.990.125**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	31/12/2016 Controladora	31/12/2016 Consolidado	31/12/2015 Controladora	31/12/2015 Consolidado
			(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita operacional líquida	7.415.188	8.311.467	7.512.085	8.398.043
Custo de produtos vendidos	(7.573.307)	(8.432.000)	(7.271.917)	(8.131.082)
Lucro bruto	**(158.119)**	**(120.533)**	**240.168**	**266.961**
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(178.458)	(178.458)	(140.264)	(151.763)
Despesas gerais e administrativas	(42.022)	(51.597)	(37.310)	(37.310)
Resultado com equivalência patrimonial	17.427	-	24.881	-
Depreciação	(25.642)	(27.644)	(25.624)	(28.802)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(22)	(22)	(21)	(21)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras	**(386.836)**	**(378.254)**	**61.830**	**49.065**
Resultado financeiro líquido	(80.176)	(89.936)	(86.389)	(96.788)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(467.012)**	**(468.190)**	**(24.559)**	**(47.723)**
Imposto de renda e contribuição social	94.656	95.834	53.588	76.752
	94.656	**95.834**	**53.588**	**76.752**
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	**(372.356)**	**(372.356)**	**29.029**	**29.029**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	31/12/2016 Controladora	31/12/2016 Consolidado	31/12/2015 Controladora	31/12/2015 Consolidado
			(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(372.356)	(372.356)	29.029	29.029
Ajuste *hedge accounting*	40.335	40.335	(106.515)	(106.515)
Total do resultado abrangente, líquido de impostos	**(332.021)**	**(332.021)**	**(77.486)**	**(77.486)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	31/12/2016 Controladora	31/12/2016 Consolidado	31/12/2015 Controladora	31/12/2015 Consolidado
			(Reapresentado)	(Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Lucro do exercício	(372.356)	(372.356)	29.029	29.029
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliar o prejuízo do exercício com o fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	25.642	27.644	25.624	28.802
Valor residual do ativo permanente baixado	1.896	1.896	382	382
Provisão (reversão) demandas judiciais	75	130	803	706
Provisão para devedores duvidosos	57.405	58.979	3.642	3.642
Perda (ganho) não realizado com marcação a valor justo nos estoques	96.204	88.442	(55.843)	(55.843)
Provisão para perdas em estoques	5.113	5.113	5.475	5.475
Variação cambial não realizada	-	-	17.407	9.727
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	8.616	8.616	-	-
Resultado com equivalência patrimonial	(17.427)	-	(24.881)	-
Ajuste pelo valor justo (propriedade para investimento)	3.839	3.839	21.157	21.157
Outros	(3.183)	(3.183)	-	-
Ajuste moeda funcional	-	-	-	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(192.462)	(199.376)	(17.118)	(42.351)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber	(341.562)	(407.141)	72.436	40.027
Instrumentos financeiros	396.475	390.592	(78.361)	(68.034)
Estoques	226.076	234.277	17.942	(2.885)
Adiantamento a fornecedores	212.209	200.949	(119.761)	(157.301)
Outros créditos	1.662	1.679	(48.296)	(48.303)
Partes relacionadas	(389.500)	(424.350)	670.250	589.648
Despesas antecipadas	(539)	(5.532)	(360)	(286)
Dividendos recebidos	1.179	-	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	295.612	282.943	(205.927)	(191.995)
Imposto de renda e contribuição social antecipados	(44.965)	(45.840)	-	-
Impostos e contribuições a recolher	(19.763)	(24.939)	(22.899)	(32.823)
Salários e encargos sociais	12.615	12.615	(1.446)	(1.616)
Partes relacionadas	235.533	227.943	227.410	326.304
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.644)	(8.644)	-	-
Outras obrigações e contas a pagar	268.480	259.785	(67.421)	(41.291)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**458.230**	**314.081**	**449.244**	**412.171**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aumento de participação em joint venture	(29.416)	(29.416)	(34.707)	(36.857)
Aquisição de imobilizado e intangível	(90.027)	(67.613)	(114.241)	(113.362)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(119.443)**	**(97.029)**	**(148.948)**	**(150.219)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos distribuídos	(48.607)	(48.607)	-	-
Aumento de Capital	392.707	392.707	215.423	215.423
Captação de empréstimos e financiamentos	619.440	619.440	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(891.472)	(866.349)	258.600	331.674
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**72.068**	**97.191**	**474.023**	**547.097**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	**410.855**	**314.243**	**774.319**	**809.049**
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa				
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.042.743	1.180.820	481.422	545.961
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.056.086	1.068.987	1.042.743	1.180.820
Efeito de conversão da moeda funcional	397.512	426.076	212.998	174.190
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	**410.855**	**314.243**	**774.319**	**809.049**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marina Alves de Souza
Diretora Executiva

Graziela Godinho Bernardi
Contadora - CRC 1SP323080/O-4

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste acumulado de conversão	Lucro/ Prejuízo acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Ações	Total controladores	Participação de não controladores	Total consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**175.951**	**79.422**	**5.807**	**-**	**-**	**261.180**	**281**	**261.461**
Integralização de capital	239.251	-	(23.828)	-	-	215.423	-	**215.423**
Ajuste de conversão moeda funcional	-	169.328	-	-	-	169.328	-	**169.328**
Ajuste de hedge accounting	-	-	-	(106.515)	-	(106.515)	-	**(106.515)**
Reservas de ações	-	-	-	-	3.237	3.237	158	**3.395**
Resultado do exercício	-	-	29.029	-	-	29.029	-	**29.029**
Transferência para reserva de lucro	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda diferido sobre ajuste de conversão de balanços	-	(75.955)	-	-	-	(75.955)	-	(75.955)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**415.202**	**172.795**	**11.008**	**(106.515)**	**3.237**	**495.727**	**439**	**496.166**
Integralização de capital	392.707	-	-	-	-	**392.707**	-	**392.707**
Ajuste de conversão moeda funcional	-	(127.266)	-	-	-	**(127.266)**	-	**(127.266)**
Ajuste de hedge accounting	-	-	-	40.355	-	**40.355**	-	**40.355**
Reservas de ações	-	-	-	-	-	-	(215)	**(215)**
Resultado do exercício	-	-	(372.356)	-	-	**(372.356)**	-	**(372.356)**
Transferência para reserva de lucro	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	(48.607)	-	-	**(48.607)**	-	**(48.607)**
Imposto de renda diferido sobre ajuste de conversão de balanços	-	66.422	-	-	-	**66.422**	-	**66.422**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**807.909**	**111.951**	**(409.955)**	**(66.160)**	**3.237**	**446.982**	**224**	**447.206**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CISNORTE/MG

O CISNORTE/MG torna público que realizará licitação através de Registro de Preço para Contratação de Empresa Especializada para Tratamento/ Destinação Final de RSS. Proc. Licitatório 013/2017 - Pregão Presencial 010/2017. Edital publicado na íntegra no site www.cisnorte.com.br. Julgamento 16/05/2017 às 08h00min. Informações via e-mail: licitacao@cisnorte.com.br.
Anésio Botelho Neto
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2017
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2017

OBJETO: Contratação de Assessoria e Consultoria à Comissão de Controle Interno do Município de Itacambira-MG. Data de julgamento: 19/05/2017 às 09:00 horas. Maiores informações na sede da Prefeitura, pelo e-mail. compraslicitac@hotmail.com, ou pelo Telefone: XX38 3254 1173 no horário de 7:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00 horas.
Itacambira, 28 de abril de 2017.
Ass. Edivaldo Magalhães Filho
Presidente da CPL.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2017

A Diretora de Secretaria da Câmara Municipal de Caetanópolis, em cumprimento à ratificação procedida pelo Presidente da Câmara, pela emissão da DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAETANÓPOLIS, de propriedade de ARLON ANTÔNIO CAMILO, CPF n.º 271.349.546-68 e AMADOR CAMILO DE SOUZA, CPF n.º 271.350.556-91. Valor mensal: R$1.167,69 (um mil cento e sessenta e sete reais e sessenta e nove centavos), perfazendo o valor total de R$3.503,07 (três mil quinhentos e três reais e sete centavos). Período de duração: 31/03/2017. Fundamentação Legal: Art. 24, Inciso X da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 9.648/98.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAETANÓPOLIS/MG
Processo Licitatório n.º 01/2017
Pregão Presencial n.º 01/2017

A Câmara Municipal de Caetanópolis torna público aos interessados que fará realizar licitação pública na modalidade Pregão Presencial - Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a realização de serviços de transmissão, ao vivo, em canal aberto e em link de internet, das sessões ordinárias (e, eventualmente, e não necessariamente ao vivo, as extraordinárias, solenes, palestras, audiências públicas e demais reuniões pertinentes) da Câmara Municipal de Caetanópolis. Os interessados em participar do certame deverão retirar o edital na Av. Bernardo Mascarenhas nº 27 - Centro - Caetanópolis ou requisitar pelo e-mail caetanopolis.camara@gmail.com. Os envelopes deverão ser entregues até às 13 horas do dia 16/maio/2017. Mais informações pelo telefone (31) 3714-6354. Caetanópolis, 28/abril/2017. **Fabíola Michele Prates Bonifácio** - Presidente da CPL.

CLÁUDIO REIS Leiloeiro Oficial

Leilão Dia 29/04/2017 às 9:00h.

162 Autos, Utilitários, Motos, Caminhões, Reboques

Local do Leilão: Av. Eng. Gerhard Ett, 1.525 - Betim-MG

UTILITÁRIOS: Montana - S10 - Ducato - Strada - Toro - Courier - F1000 - Pampa - L200 - Kombi - Saveiro. **AUTOS: Importados:** Audi A3 - C3 - Civic - Tucson - C5 - Journey - Santa Fé - J3 - Evoque - Megane - Tiggo - C4 - XTerra - Peugeot 206 - Peugeot 207 - Clio - Sandero - Scenic - Corolla. **Fiat:** Doblò - Idea - Mobi - Palio - Siena - Tempra - Uno. **Ford:** Fiesta - Ka - Ecosport - Escort - Fusion. **Chevrolet:** Cobalt - Onix - Astra - Celta - Corsa - Vectra - Agile - Classic. **VW:** Bora - Polo - Spacefox - Gol - Crossfox - Fox - Golf - Voyage - Parati - Polo - Santana. **MOTOS:** Zig 50 - NXR 150 - XRE 300 - CG 160 - Yamaha T115. **CAMINHÕES:** Ford Cargo 1317 - Iveco Daily - MB Axor 2644 - MB L 1513 - Scania P 340 - Scania R470 - Induscar. **REBOQUES:** Lunar Rodoviário - Librelato. **Chassis:** 93UMC28L554004419 - 9BGJB69X0EB187432 - 9BGKR48G0FG367165 - 935FCKFV88B501735 - 95VJK6E2FGM003187 - 9BD119405A1064955 - 9BD119205A1066068 - 93W245L34B2061360 - 9BD135019C2214039 - 9BD341A5NHB412669 - 9BD17140J85120799 - 9BD196271D2064140 - 9BD196272C2028885 - 9BD17140G85203779 - 9BD17140A85259201 - 9BD17140B52513075 - 9BD17103762610908 - 9BD17164LC5758344 - 9BD17164LA5377512 - 9BD17164LB5649220 - 9BD17106LD5843074 - 9BD17164G85121620 - 9BD17146G62614771 - 9BD17106G95299208 - 9BD17146G72789916 - 9BD178858Y2188812 - 9BD17307MC4372813 - 9BD17202LA3500593 - 9BD17206G73286904 - 9BD27803MC7541306 - 9BD27803MA7215298 - 9BD27808A72999419 - 9BD27801C52452176 - 9BD57814UGB056928 - 9BD159000P9034954 - 988226117HKA89840 - 9BD15822AD6772734 - 9BD15822524282376 - 9BD195152E0484355 - 9BD195152D0426948 - 9BD195162B0087080 - 9BD195162E0523682 - 9BFZF55AXE8060810 - 9BFZK53A0AB144064 - 9BFXCE2U59BB36363 - 9BFGSZPPAVB862437 - 9BFZE55P9C8706195 - 9BFZZZ542TB829916 - 9BFBTRL4XVDB40388 - 9BFZF10BX48133357 - 9BFZF10A188093778 - 9BFZF55A2C8310179 - 9BFZD55P8FB763661 - 9BFZF54P0C8213259 - 9BFBLZGDA7B615956 - 9BFZK53A1BB216164 - 9BFZK03A39B034981 - 9BFZK03A09B069820 - 9BFBSZGDA6B573866 - 9BFZH55L6F8251881 - 9BFZZZ55ZSB921062 - 9BGTT48B03B138060 - 9BGTR69W07B100658 - 9BGTS69W07B180897 - 9BGRP4820FG325898 - 9BGRP4820FG320862 - 9BGRZ0810AG172820 - 9BGRX0810AG121976 - 9BGRY48907G193697 - 9BGRZ48906G170104 - 9BGSC68ZWVC671540 - 9BGSM08ZWWC767701 - 9BGXH68808B233800 - 9BGXH68809C120369 - 9BGXF19X03C171163 - 9BGXF19X04C124392 - 9BGXM19P0BC110275 - 9BGCA80X0DB108311 - 9BG138HU08C422992 - 9BG138SU09C405631 - 9BGAJ48C09B248353 - 9BGAJ48W08B189613 - 9BGAD69J0BB331250 - 9BGAB69C0AB275664 - 93HFA66308Z213886 - 9C2KC2200HR008566 - 93HFA16407Z200507 - 9C2KD0540CR526398 - 9C2KD0540ER065007 - 9C2KD0540ER008919 - 9C2KD0810GR461548 - 9C2ND1110ER020254 - 95PJN81EPGB089365 - VF7RERFJ25L505217 - 3D4PG5FD3AT200489 - KMHSH81GDCU826028 - LJ12EKR17C4370937 - LJ12EKR28F4301025 - SALVA2BG3DH839424 - 8A1LA1D355L570604 - 9UJDB14B5BU006922 - VF7LARFJ17Y501586 - 8AP372111C6027767 - 8AP17202426035006 - 8AFZZZEDAVJ060994 - 3FAHP08Z19R136206 - 8AGCN48X0BR275782 - 8AGSA19908R108250 - 8A1L64GXZWS015406 - 3VWSY49M47M613080 - 8AWZZZ6K2WA536715 - 8AWPB05Z68A015987 - 8AWPB05Z3BA508212 - 8AWPB05ZXAA014959 - 93ZK53B0198408496 - 9BM958453DB922704 - 9BM3840788B620458 - 3,45005E+13 - 93XGNK740AC959415 - 93XFNKA5TFCE92987 - 94DTEND226J677623 - 9362AKFW97B024810 - 9362CKFW96B066574 - 9362NKFWXAB053637 - 95HRV2MAB6UNM0001 - 93YCB2Y057J817559 - 93YLB06252J293766 - 93YVBU4M1EJ664685 - 93YBSR8UHBJ743371 - 93YJA2B258J920637 - 9BSP4X200A3651519 - 9BSR6X40093642567 - 9A93FT422FLDJ5086 - 9BR53ZEC268622460 - 9BWAA05W0BP096808 - 9BWAB05Z494127609 - 9BWKA05Z144000154 - 9BWKA05Z284012609 - 9BWKA05Z164141714 - 9BWKB05Z374063659 - 9BWAA05U8CT073283 - 9BWAA05U2BT105076 - 9BWAA05U2AP078596 - 9BWCA05W28P045926 - 9BWAA05U79T149519 - 9BWAA05W7EP033273 - 9BWCB05W59T000517 - 9BWEC01J884029678 - 9BWGB07X81P017896 - 9BWAB45U6EP504879 - 9BWDB45U1ET076563 - 9BWGB05W9CP057434 - 9BWHB09NX8P017991 - 9BWJB49N26P021779 - 9BWZZZ327SP050875 - 9BWKB05W69P039136 - 9BWKB05W5AP019769 - 9BWKB05UXDP137416 - 9BWLB45U0FP144423 - 9BWDB05U5DT073611 - 9BWDB05U4AT016845 - 9C6KE1550E0019425.

www.claudioreisleiloeiro.com.br (31) 3343-6008

Bradesco BV Financeira | CNH | Banco CNH Capital | Mercantil do Brasil | Mapfre | Omni | recovery

Normas completas e condições de pagamento constarão no catálogo distribuído no dia do Leilão. Cláudio Luiz Reis Araújo - Leiloeiro Oficial - JUCEMG 658.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAIS/MG

Republica o Proc. Licit: 29/2017 Concorrência Nº 5/2017. Objeto: Registro de preços para futuras prestações de serviços de fornecimentos de refeições a quilo com refrigerante, a self service com refrigerante e em marmitex para as diversas secretarias municipais de Cristais direto do restaurante do fornecedor dentro do perímetro urbano. Menor Preço por Lote, com abertura das propostas no dia 15/06/2017 às 13:30 na Sede da Prefeitura Municipal, situada à Praça Cel. Joaquim Luiz da Costa Maia, 1, Centro, Cristais/MG. Pablo José da Silva - Presidente da Comissão de Licitação (e-mail: licitacao@cristais.mg.gov.br; telefone (35)3835-2202/2203/2204. Data: 28/04/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAIS/MG

Torna público o Proc. Licit: 064/2017 Pregão presencial com registro de preços nº 030/2017. objeto: Contratação de empresa especializada em internação compulsória de pacientes psiquiátricos e/ou usuários de álcool e outras drogas, Menor preço unitário mensal, com abertura das propostas no dia 11/05/2017 às 13:00 na Sede da Prefeitura Municipal, situada à Praça Cel. Joaquim Luiz da Costa Maia, 001, Centro, Cristais/MG. Mattheus Henrique Rogana - Pregoeiro Oficial (e-mail: licitacao@cristais.mg.gov.br; telefone (35)3835-2202). Data: 28 de abril de 2017.

CM Caetanópolis/MG - Contrato de Prestação de Serviços/Lei 8666/93 - Art. 61. Par.Único. Contratado: W & M Publicidade Ltda. EPP, CNPJ n.º 01.527.405/0001-45. Objeto: Serviços de Veiculação de Publicações Oficiais. Val. Até o 31/12/2017. Valor: R$5.018,85 (cinco mil dezoito reais e oitenta e cinco centavos). DISPENSA nº 011/2017.Ass.: CPL - Fabíola Michele Prates Bonifácio - Presidente da CPL.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAETANÓPOLIS/MG

Lei Municipal n.º 1615 de 24 de Fevereiro de 2017

Institui a gratificação mensal para o Pregoeiro do Poder Legislativo - Câmara Municipal de Caetanópolis-MG - e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS/MG

Torna publico aos interessados a realização do Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 026/2017, processo autuado nº. 162/2017, exclusivo para MPE's, visando a aquisição de materiais de construção em atendimento a demanda futura e incerta das secretarias municipais, conforme edital e seus anexos. Início da sessão pública: 15/05/2017 às 9 horas. O edital encontra-se disponível no site: http://portaltransparencia.catasaltas.mg.gov.br/licitacoes. Mais informações via e-mail: pregão@catasaltas.mg.gov.br. Telefone: 31-3832-7113.

Catas Altas, 27 de abril de 2017.
José Alves Parreira – Prefeito.

FUMEP - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

Processo Licitatório 001/2017 - Pregão Presencial 001/2017. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de publicação de Atos Oficiais da FUMEP em jornal impresso com grande circulação no Estado de Minas Gerais. Os envelopes serão recebidos até as 13 h do dia 12/05/2017, no Setor de Licitações da FUMEP, à Av. Prefeito Alberto Moura, 1.111 - Distrito Industrial - Sete Lagoas/MG - Abertura dos Envelopes: 12/05/2017 - Hora: 13h e 30 min, no mesmo endereço. Retirada do edital nos endereços eletrônicos: http://fumep.setelagoas.mg.gov.br e www.setelagoas.mg.gov.br.

ALMAR PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ: 73.606.493/0001-81

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO:

Senhores Acionistas: De acordo com a legislação em vigor e em obediência aos dispositivos de nossos estatutos, apresentamos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras comparativas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015. A administração estará como sempre à inteira disposição dos senhores acionistas para os esclarecimentos julgados necessários.

Uberlândia (MG), 20 de abril de 2017.

BALANÇO PATRIMONIAL CONDENSADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais - R$)

Ativo	31/12/16	31/12/15	Passivo e patrimônio líquido	31/12/16	31/12/15
Circulante	11.543	7.213	Circulante	31.779	63.752
Não circulante			Não circulante	26.579	-
Investimentos	237.252	226.801	Patrimônio líquido		
Imobilizado e Intangível	994	1.060	Capital social	96.012	96.012
	238.246	227.861	Reserva de lucros	95.419	84.207
			Ações em tesouraria	-	(8.897)
				191.431	171.322
Total do ativo	249.789	235.074	Total do passivo e patrimônio líquido	249.789	235.074

As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e Notas Explicativas estão sendo publicadas nesta mesma data, no jornal Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em forma resumida, e estão disponíveis na sede da empresa, na sua íntegra e acompanhadas do Relatório dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes.

DIRETORIA

Alair Martins do Nascimento Diretor Presidente
Renato Fernandes Martins Diretor
Maria do Socorro Oliveira - Contador - CRC MG 45.616

DEMONSTRAÇÃO SINTÉTICA DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais - R$)

	31/12/16	31/12/15
Receita operacional líquida	833	709
Custo dos serviços prestados	(782)	(680)
Lucro bruto	51	29
Outras receitas operacionais	52.623	15.016
Lucro líquido do exercício	52.674	15.045

BANCO DE ÊXITOS - SOLIDARIEDADE E AUTONOMIA S.A – BESA - CNPJ: 05.977.310/0001-84

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2016	2015
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	3	508	371	Fornecedores		120	-
		508	371	Repasses a realizar	5	-	105
						120	**105**
Não circulante				**Patrimônio líquido**			
Imobilizado	4	14.949	20.787	Patrimônio social		21.053	46.307
		14.949	**20.787**	Deficit acumulado		(5.716)	(25.254)
					6	**15.337**	**21.053**
Total do ativo		**15.457**	**21.158**	**Total do passivo e do patrimônio líquido**		**15.457**	**21.158**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Patrimônio social integralizado	Superavit/(deficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**46.307**	**(17.160)**	**29.147**
Deficit do exercício	-	(8.094)	(8.094)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**46.307**	**(25.254)**	**21.053**
Absorção do deficit acumulado	(25.254)	25.254	-
Deficit do exercício	-	(5.716)	(5.716)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**21.053**	**(5.716)**	**15.337**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - O Banco de Êxitos Solidariedade e Autonomia é um articulador de projetos sociais exitosos, identificando, avaliando, mapeando, reunindo e disseminando tecnologias sociais diversas, gerando visibilidade e apoio ao desenvolvimento dessas tecnologias, além do trabalho de defesa, preservação e conservação do meio ambiente, do ecossistema e promoção do desenvolvimento comunitário e sustentável.

Possui certificado de qualificação federal como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), desde 11 de dezembro de 2003, pelo Ministério da Justiça e Certificado de Qualificação Estadual como OSCIP, desde 12 de novembro de 2004, pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais.

Em 2012, desenvolveu na cidade de Araçuaí/MG o projeto Caminho das Águas: uma Proposta para o semi-árido com o patrocínio da Petrobras Ambiental e parceria do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD), Dedo de Gente, Escola Família Agrícola (EFA), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Biohabitate, entre outros parceiros locais.

Em 2014 o Banco de Êxitos encerrou a gestão do projeto da Petrobrás e não iniciou a gestão de nenhum novo projeto.

A Entidade, em conformidade com o seu Estatuto Social, não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de seu superávit a título de lucro ou participação em resultados, aplicando integralmente os seus recursos no País, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos, refletidos devidamente, em seus demonstrativos contábeis.

A Administração Entidade aprovou a emissão das demonstrações contábeis e as respectivas notas explicativas em 17 de fevereiro de 201.

2. Resumo das principais políticas contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e norma NBC ITG 2002 (R1) aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro, com exceção do registro do trabalho voluntário dos membros da administração em função das dificuldades de apuração.

2.1. Sumário e descrição das principais práticas contábeis - (a) Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Entidade. **(c) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, exige que a Administração aplique julgamento na aplicação das práticas contábeis e utilize estimativas e premissas para determinar os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Faz parte inerente de qualquer processo de estimativa ocorrer diferenças entre os valores estimados e os valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões relacionadas a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e nos períodos futuros afetados.

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, quando aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Entidade. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de cobrança duvidosa e provisão para outros riscos e encargos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, devido a imprecisões inerentes aos processos de elaboração e revisão dessas estimativas. A Entidade revisa as suas estimativas, no mínimo, anualmente.

O Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e, somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Entidade concluiu que o Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos monetários circulantes é relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, registrou o ajuste.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

2.3. Imobilizado - Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A Entidade inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. **2.4. Doações e subvenções -** As doações locais e as subvenções são apropriadas no momento da disponibilização do recurso em conta corrente bancária ou do recebimento do bem. **2.5. Fornecedores -** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo. **2.6. Provisões -** As provisões são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. Quando aplicável, o aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.7. Apuração do superavit ou deficit -** O superavit ou deficit do exercício é apurado pelo regime contábil da competência dos exercícios. **2.8. Isenção tributária -** A Entidade possui isenção das contribuições sociais por tratar-se de entidade sem fins lucrativos e está devidamente regularizada nos órgãos normativos. **2.9. Instrumentos financeiros -** A boa prática contábil determina a divulgação em notas explicativas às demonstrações contábeis do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nessas demonstrações.

Os valores contábeis dos ativos financeiros da Entidade estão compatíveis com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação, ou na ausência deles, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante o exercício, a Entidade não realizou operações com derivativos.

3. Caixa e equivalentes de caixa - As disponibilidades constantes dos saldos bancários referem-se a recursos que serão aplicados nos projetos sociais no próximo exercício:

Descrição	2016	2015
Banco conta corrente		
Santander 13.000799-1	10	5
Santander 13000764-7	-	10
	10	**15**
Aplicações financeiras		
Santander 13.000799-1	-	313
Santander 13.000764-7	498	43
	498	**356**
Caixa e equivalentes e caixa	508	371
	508	371
	-	-

4. Imobilizado - Em 31 de dezembro, a posição do imobilizado era a seguinte:

	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Total
Custo ou avaliação			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	21.046	5.515	26.561
Depreciação	(4.398)	(1.376)	(5.774)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**16.648**	**4.139**	**20.787**
Custo total	43.985	14.394	58.379
Depreciação acumulada	(27.337)	(10.255)	(37.592)
Valor contábil	16.648	4.139	20.787
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**16.648**	**4.139**	**20.787**
Depreciação	(4.398)	(1.440)	(5.838)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**12.250**	**2.699**	**14.949**
Custo total	43.985	14.394	58.379
Depreciação acumulada	(31.735)	(11.695)	(43.430)
Valor contábil	12.250	2.699	14.949

DEMONSTRAÇÕES DO DEFICIT EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2016	2015
Receitas operacionais			
Doações		3.106	2.784
Prestação de serviços		82.000	-
Resultado financeiro		(783)	(1.499)
		84.323	**1.285**
Despesas operacionais			
Despesas com investimentos e manutenção de projetos sociais	7	(80.000)	-
Despesas gerais/apoio administrativo		(10.039)	(9.379)
		(90.039)	**(9.379)**
Deficit do exercício		(5.716)	(8.094)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016	2015
Deficit do exercício	(5.716)	(8.094)
Resultados abrangentes	-	-
Deficit do exercício com efeito dos resultados abrangentes	(5.716)	(8.094)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

5. Repasses a realizar - Compreende os valores recebidos de terceiros por meio de convênios e que serão utilizados no exercício seguinte, assim dispostos:

Descrição	2016	2015
Repasses Petrobrás	-	105
	-	105

6. Patrimônio social - O Patrimônio social em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 15.337 (R$ 21.053 – 31 de dezembro de 2015).

Todos os resultados obtidos pelas operações da Entidade são incorporados ao seu patrimônio social e utilizados na execução de seus objetivos estatutários.

Em nenhuma hipótese os resultados são distribuídos por se tratar de entidade sem fins lucrativos.

7. Despesas com investimentos e manutenção de projetos sociais - As despesas da Entidade com investimentos e manutenção de projetos sociais, podem ser assim demonstradas:

Descrição	2016	2015
Gestão de projeto	(80.000)	-
	(80.000)	-

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Deficit do exercício	(5.716)	(8.094)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação do exercício	5.838	5.774
	122	**(2.320)**
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	120	-
Repasses a realizar	(105)	(284)
	15	**(284)**
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	137	(2.604)
(Redução) no caixa e equivalentes	137	(2.604)
Caixas e equivalentes no início do exercício	371	2.975
Caixas e equivalentes no final do exercício	508	371
(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	137	(2.604)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

8. Isenção tributária - A Entidade possui isenção das contribuições sociais por tratar-se de entidade sem fins lucrativos e está devidamente regularizada junto aos órgãos normativos.

9. Instrumentos financeiros - A boa prática contábil determina a divulgação em notas explicativas às demonstrações contábeis do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nessas demonstrações.

Os valores contábeis dos ativos financeiros da Entidade estão compatíveis com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação ou, na ausência deles, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado.

Durante o exercício, a Entidade não realizou operações com derivativos.

10. Seguros – não auditado - A Entidade mantém política de monitoramento dos riscos inerentes a suas operações. Para tanto, possui contratos de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Sebastião Rocha
Diretor Presidente

Carlos José Rodrigues
CRC MG 070047/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Aos Conselheiros e Administradores do
Banco de Êxitos Solidariedade e Autonomia - BESA
Curvelo – MG

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do Banco de Êxitos Solidariedade e Autonomia – BESA ('Entidade'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Êxitos Solidariedade e Autonomia – BESA em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 R1).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidade de Lucro) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2017.
BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 MG 009485/F-0
Francisco de Paula dos Reis Junior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6 - S - MG
Paulo Eduardo Santos - Contador CRC 1 MG 078750/O-3

CÂMARA MUNICIPAL DE CRISTÁLIA/MG

A Câmara Municipal de Cristália-MG Torna-se público o Proc. 001/17- PP 001/17 - Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços técnicos, em tecnologia da informação, customização, capacitação, suporte e manutenção mensal do software publico de gestão municipal disponível no portal do software publico brasileiro - SPB, E-cidade, assessoria contábil, assessoria administrativa. Credenciamento: 12/05/17 - 10:30h - licitacaocmcristalia@gmail.com (38) 3232-1229.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 10/2017

A Diretora de Secretaria da Câmara Municipal de Caetanópolis, em cumprimento à ratificação procedida pelo Presidente da Câmara, pela emissão da DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAETANÓPOLIS, de propriedade de ARLON ANTÔNIO CAMILO, CPF n.º 271.349.546-68 e AMADOR CAMILO DE SOUZA, CPF n.º 271.350.556-91. Valor mensal: R$1.167,69 (um mil cento e sessenta e sete reais e sessenta e nove centavos), perfazendo o valor total de R$2.335,38 (dois mil trezentos e trinta e cinco reais e trinta e oito centavos). Período de duração: 31/05/2017. Fundamentação Legal: Art. 24, Inciso X da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 9.648/98.

HOJE EM DIA

LEIA E ASSINE
(31) 3253-2222
(PROVISÓRIO)

BENEFICENCIA SOCIAL BOM SAMARITANO CNPJ: 22.709.109/0001-35

BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

Ativo	2016	2015	Passivo	2016	2015
CIRCULANTE	**43.995.708,55**	**27.672.673,58**	**CIRCULANTE**	**17.771.306,23**	**11.047.879,44**
Disponível	**162.984,12**	**1.083.149,93**	**Exigível a Curto Prazo**	**17.771.306,23**	**11.047.879,44**
Caixas	141.226,58	99.905,09	Fornecedores	3.963.423,88	1.757.775,73
Banco c/Movimento	21.757,54	983.244,84	Obrigações Trabalhistas	1.147.926,11	990.234,55
Realizável	**43.832.724,43**	**26.589.523,65**	Obrigações Sociais a Recolher	174.470,82	272.145,02
Aplicações Financeiras	30.160.558,56	14.342.678,34	Obrigações Tributárias a Recolher	103.049,26	127.057,16
Convênios a Receber	9.400.758,91	7.328.197,59	Serviços Médicos - Pessoa Fisica	9.935,86	17.227,40
Previsões de Contribuições	-	7.231,00	Serviços Médicos - Pessoa Juridica	215.187,72	22.601,33
Terceirizados	74.693,96	195.839,46	Fornecedores de Outros Serviços	121.393,38	76.173,61
Cartão de Crédito e Débito	14.639,35	14.207,85	Parceiros	88.152,89	80.336,54
Cheques a Receber	143.303,89	134.557,97	Outras Provisões	289.812,28	311.292,86
Parceiros	92.661,90	84.478,15	Empréstimos Bancarios	7.754.571,95	7.184.463,60
Juros a Apropriar	1.720.792,75	2.544.625,20	Financiamentos	6.520,80	6.520,80
Adiantamentos	266.005,90	153.296,73	Outros Parcelamentos	205.591,28	202.050,84
Estoques	1.959.309,21	1.784.411,36	Subvenções Patrimoniais	3.691.270,00	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**71.540.948,85**	**46.612.505,04**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**72.591.791,26**	**31.610.779,17**
Realizável a Longo Prazo	**33.196.416,43**	**10.070.797,21**	**Exigível a Longo Prazo**	**72.591.791,26**	**31.610.779,17**
Depósito Judiciais	234.844,91	88.854,77	Empréstimos Bancários	64.763.431,72	25.221.185,26
Juros a Apropriar	32.961.571,52	9.981.942,44	Financiamentos	-	6.520,80
Imobilizado	**38.344.532,42**	**36.541.707,83**	Outros Parcelamentos	779.657,05	986.809,69
Terrenos	3.525.238,35	3.525.238,35	Provisão p/ Contingências	7.048.702,49	5.396.263,42
Edificações	22.458.852,76	22.614.891,27	**PATRIMÔNIO SOCIAL**	**25.173.559,91**	**31.626.520,01**
Bens Móveis	7.461.697,74	7.214.336,98	Fundo Patrimonial	20.568.408,81	15.078.251,69
Bens de Transportes	197.766,80	293.380,27	Ajuste de Exercicios Anteriores	1.670.502,27	11.058.111,20
Obras em Andamento	4.700.976,77	2.893.860,96	Superávits ou Déficits do Exercicio	2.934.648,83	5.490.157,12
TOTAL DO ATIVO	**115.536.657,40**	**74.285.178,62**	**TOTAL DO PASSIVO**	**115.536.657,40**	**74.285.178,62**
Contas de Compensação	2.317.174,59	2.317.174,59	Contas de Compensação	2.317.174,59	2.317.174,59

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCICIO

	2016	2015
RECEITAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	**60.197.693,21**	**44.011.204,52**
Receitas Hospitalares - SUS	40.644.262,63	30.210.556,20
Receitas Hospitalares - Particulares	2.824.002,98	2.322.805,91
Receitas Hospitalares - Convênios	16.729.427,60	11.477.842,41
(-) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(61.800.470,35)**	**(49.399.376,69)**
Hospitalares - SUS	(41.726.425,28)	(33.909.152,49)
Hospitalares - Particulares	(2.899.192,70)	(2.607.180,73)
Hospitalares - Convênios	(17.174.852,38)	(12.883.043,47)
RESULTADO BRUTO	**(1.602.777,14)**	**(5.388.172,17)**
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	**4.765.537,29**	**11.589.466,30**
Despesas Tributárias	(9.123,97)	(12.968,18)
Contingencias Judiciais	(1.654.190,21)	(234.607,66)
Subvenções e Doações	1.425.228,80	4.460.154,55
Programas e Incentivos	4.131.883,33	6.243.161,68
Outras Receitas	871.739,34	1.133.725,91
RESULTADO OPERACIONAL	**3.162.760,15**	**6.201.294,13**
Receitas Financeiras	1.517.700,98	968.389,84
Despesas Financeiras	(2.719.169,60)	(3.570.075,65)
RESULTADO APÓS O RESULTADO FINANCEIRO	**1.961.291,53**	**3.599.608,32**
RESULTADO PATRIMONIAL	**973.357,30**	**1.890.548,80**
Receitas Patrimôniais	973.404,30	1.911.170,31
Despesas Patrimôniais	(47,00)	(20.621,51)
RESULTADO APÓS O RESULTADO PATRIMONIAL	**2.934.648,83**	**5.490.157,12**

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	2016	2015
RECEITAS	**66.626.544,68**	**55.848.246,66**
Receitas Hospitalares - SUS	40.644.262,63	30.210.556,20
Receitas Hospitalares - Particulares	2.824.002,98	2.322.805,91
Receitas Hospitalares - Convênios	16.729.427,60	11.477.842,41
Receitas Subvenções/Doações/Patrimoniais	1.425.228,80	4.460.154,55
Outras Receitas	871.739,34	1.133.725,91
Programas e Incentivos	4.131.883,33	6.243.161,68
(-) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(50.239.080,97)**	**(37.742.115,70)**
Materiais	(16.319.693,45)	(10.518.381,16)
Gerais	(33.919.387,52)	(27.223.734,54)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA INSTITUIÇÃO	**16.387.463,71**	**18.106.130,96**
Receitas Financeiras	1.517.700,98	968.389,84
TOTAL DO VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**17.905.164,69**	**19.074.520,80**
DESTINAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**(13.224.703,56)**	**(11.893.200,58)**
Remuneração do Trabalho (pessoal e encargos)	(13.224.703,56)	(11.893.200,58)
CAPITAL DE TERCEIROS	**(4.680.461,13)**	**(7.181.320,22)**
Despesas Financeiras	(2.719.169,60)	(3.570.075,65)
Aluguéis pagos		(11.636,25)
Receitas Patrimôniais	973.404,30	1.911.170,31
Despesas Patrimôniais	(47,00)	(20.621,51)
Deficit do Exercício	(2.934.648,83)	(5.490.157,12)
TOTAL DO VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**0,00**	**0,00**

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
Em Reais

	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Período	**2.934.648,83**	**5.490.157,12**
Ajustes para conciliação do resultado do período com a geração/utilização de caixa das atividades operacionais:	**(7.026.987,45)**	**13.598.491,88**
Depreciação	2.360.621,48	2.272.285,73
Ajustes de Exercicios Anteriores	(9.387.608,93)	11.326.206,15
Resultado do Período Ajustado	**(4.092.338,62)**	**19.088.649,00**
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	**(2.249.153,01)**	**(3.772.089,24)**
Cheques a Receber	(8.745,92)	(129.870,78)
Clientes - Convênios	(2.072.561,32)	(3.276.658,75)
Previsões de Contribuições	7.231,00	(5.997,00)
Terceirizados - Condominios/Aluguéis	121.145,50	(108.928,13)
Cartão de Crédito e Débito	(431,50)	(5.158,34)
Parceiros	(8.183,75)	(46.051,13)
Adiantamentos	(112.709,17)	251.846,40
Estoques	(174.897,85)	(451.271,51)
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	**7.802.217,07**	**(7.057.001,94)**
Fornecedores	2.205.648,15	(580.103,59)
Obrigações Trabalhistas	157.691,56	8.637,17
Obrigações Sociais	(97.674,20)	85.926,33
Obrigações Tributárias	(24.007,90)	11.240,71
Serviços Médicos Pessoa Fisica	(7.291,54)	(151.039,26)
Serviços Médicos Pessoa Juridica	192.586,39	(55.910,40)
Fornecedores de Serviços Diversos	45.219,77	(92.463,39)
Parceiros	7.816,35	51.217,30
Outra Provisões	(21.480,58)	267.804,99
Adiantamento Recebidos de Terceiros	-	(3.445.715,46)
Subvenções Patrimoniais	3.691.270,00	(2.525.408,00)
Provisão p/Contingências	1.652.439,07	(631.188,34)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**1.460.725,44**	**8.259.557,82**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(3.190.041,77)	(4.896.437,34)
Baixa do Ativo Imobilizado	(973.404,30)	20.621,51
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	**(4.163.446,07)**	**(4.875.815,83)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos Bancários	40.112.354,81	5.984.047,48
Juros a Apropriar	(22.155.796,63)	(3.833.583,96)
Financiamentos	(6.520,80)	13.041,60
Depósitos Judiciais	(145.990,14)	(26.489,03)
Parcelamento	(203.612,20)	(199.001,02)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	**17.600.435,04**	**1.938.015,07**
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	**14.897.714,41**	**5.321.757,06**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**15.425.828,27**	**10.104.071,21**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	**30.323.542,68**	**15.425.828,27**

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Discriminação	Patrimônio Social	Ajuste Exercicios Anteriores	Superávits ou Déficits do Exercicio	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	**18.415.426,54**	**(268.094,95)**	**(3.337.174,85)**	**14.810.156,74**
Ajuste de Exercicios Anteriores		11.326.206,15		11.326.206,15
Transferência F. Patrimônial	(3.337.174,85)		3.337.174,85	-
Superávit do Exercício			5.490.157,12	5.490.157,12
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	**15.078.251,69**	**11.058.111,20**	**5.490.157,12**	**31.626.520,01**
Ajuste de Exercicios Anteriores		(9.387.608,93)		(9.387.608,93)
Transferência F. Patrimônial	5.490.157,12		(5.490.157,12)	-
Superávit do Exercício			2.934.648,83	2.934.648,83
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**20.568.408,81**	**1.670.502,27**	**2.934.648,83**	**25.173.559,91**

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

NOTAS EXPLICATIVAS EM 31.12.2016

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Beneficência Social Bom Samaritano, fundada em primeiro de maio do ano de 1948, na cidade de Governador Valadares, MG, reconhecida com Entidade de Utilidade Pública Municipal através da Lei 623 de 09.07.57, Estadual através da Lei 10.789 de 29.06.92 e Federal através do Decreto de 07.01.1995, com registro na CMAS sob o número 029/01 e no CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social sob o número 101.874/55 é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede própria, estabelecida na Rua Ranulfo Alvares, nº 1620 Bairro Vila Isa, Governador Valadares, MG.

b) Ao iniciar suas atividades no ano de 1948 seu principal objetivo era a assistência social ao distribuir alimentos e alojar pessoas idosas do município, quando na oportunidade promoveu parceria com o Governo Federal e cedeu suas instalações para a implantação do SAMDU – Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência. Posteriormente com o término da parceria com o Governo Federal fundiu-se com a AEBV – Associação Evangélica Beneficente Valadarense assumindo assim a construção do Hospital Evangélico no ano de 1990.

c) Atualmente a Beneficência Social Bom Samaritano presta a população de Governador Valadares e Região dois tipos de trabalhos. O primeiro através da Clínica Samaritano com atendimento médico ambulatorial, odontológico, pequenos procedimentos cirúrgicos, inclusive cirurgia bucomaxilofacial, posto de coleta do laboratório de análises clínicas e serviços de rádio imagem como eletro encefalograma, eletrocardiograma, ultra-sonografia e assistência social e a saúde das crianças, adolescente, idosos e pacientes de deficiências, sem discriminação. O segundo através do Hospital Bom Samaritano, possuindo 120 leitos, com 20 para uso exclusivo da UTI sendo 60% destinados ao SUS a pacientes de toda região do leste de Minas, inclusive pacientes dos estados do Espírito Santo e Bahia. Habilitado pelo SUS em: transplante de córneas, implante coclear, oncologia com radioterapia e quimioterapia, serviços de hemodiálise, banco de tecido ocular e cirurgia bariátrica.

d) A Beneficência Social Bom Samaritano, seguindo determinações legais e estatutárias, aplica suas rendas, seus recursos e outros eventuais, integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. A entidade não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio e seus diretores, conselheiros, sócios, benfeitores ou equivalentes, no regime estatutário, não recebem nenhuma remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente. As doações e subvenções recebidas são aplicadas integralmente nas finalidades as que estejam vinculadas.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária, Lei 6404/76 que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e pelas disposições contidas na e NBC T 10.19 e NBC T.19.41 emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

2.2. A entidade elaborou e está publicando a Demonstração do Déficit ou Superávit do Exercício o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, em obediência ao disposto no CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis número 26 emitido pelo Conselho Federal Contabilidade.

3. ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

3.1. Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidos em base "pro rata dia". Compõem das disponibilidades financeiras que estão representadas por valores à disposição na rede bancária da cidade de Governador Valadares no valor de R$ 30.323.542,68 Convênios a receber R$ 9.400.758,91 inclusas cobranças junto a Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais e o Município de Governador Valadares, terceirizados R$ 74.693.96, cartão de crédito R$ 14.639,38, cheques a receber R$ 143.303,89, parceiros R$ 92.661,90 e adiantamentos R$ 266.005,90.

3.2. Os juros a apropriar são relacionados a empréstimos da linha caixa hospitais concedidos pela Caixa Econômica Federal e da linha BNDES Saúde concedido pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG.

3.3. Os estoques no valor de R$ 1.959.309,21 foram inventariados, sofreram ajustes em seus registros e estão representados pelos seguintes itens:

MATERIAL	**R$**
Medicamentos	541.056,07
Materiais Hospitalares	523.386,85
Material de Limpeza e Higiene	251.997,57
Material de Cozinha	304.170,24
Material Expediente	53.521,57
Material de Laboratório	52.278,69
Material Manutenção	93.061,77
Material de EPI e Uniformes	15.347,61
Materiais de CDI	29.852,61
Materiais OPME	94.636,23

3.4. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Quase que a totalidade dos depósitos judiciais, cujo saldo final na data do encerramento do exercício em 31/12/2016 era de R$ 234.844,91 referem-se a processos trabalhistas em andamento movidos por ex-funcionários contra a entidade.

3.5. PERMANENTE (IMOBILIZADO)

O ativo fixo da entidade, objetivando a adoção do disposto no CPC de número 01 que trata da redução do valor recuperável, impermaint foi individualizado. Durante o exercício de 2016 a entidade promoveu o cálculo e o registro da depreciação com base na estimativa da vida útil de seus bens, levando por via de consequência em consideração o valor residual dos mesmos.

Terrenos	3.525.238,35
Edificações	22.458.852,76
Aparelhos e Equipamentos Médicos e Cirúrgicos	2.808.422,68
Máquinas e Equipamentos	2.423.924,01
Veículos	197.766,80
Instalações Elétricas	245.150,01
Equipamentos Informática	996.608,47
Equipamentos e Instalações Telefônicas e Sonorização	65.875,40
Equipamentos Cozinha	39.476,80
Móveis e Utensílios	882.240,37
Obra em Andamento	4.700.976,77
TOTAL	**38.344.532,42**

4. CONTAS DE COMPENSAÇÃO

As contas de compensação ativa e passiva no valor de R$ 2.317.174,59 referem-se a bens móveis cedidos na forma de comodato pela Prefeitura Municipal de Governador Valadares ao Hospital Bom Samaritano e encontram-se em uso na Unidade de Pronto Atendimento – UPA.

5. PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações incorridos. Composto por obrigações com fornecedores de matérias R$ 3.963.423,88, Obrigações Trabalhistas R$ 1.147.926,11, Obrigações Sociais R$ 174.470,82, Obrigações Tributárias R$ 103.049,26, Serviços Médicos Prestados por Pessoas Físicas R$ 9.935,86 e por Pessoas Jurídicas R$ 215.187,72, Fornecedores de Outros Serviços R$ 121.393,38, Parceiros R$ 88.152,89, e Outras Provisões R$ 289.812,28, Financiamentos R$ 6.520,80.

5.1. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Refere-se a empréstimos com interveniência da Secretaria Municipal de Saúde, através da linha caixa hospitais instituído pelo Ministério da Saúde e concedido pela Caixa Econômica Federal no montante de R$ 51.566.003,67, sendo R$ 7.366.571,95 no curto prazo e R$ 44.199.431,72 no longo prazo. E da linha BNDES Saúde e concedido pelo Banco de Desenvolvimento de Minas no montante de R$ 20.952.000,00, sendo R$ 388.000,00 vencíveis no curto prazo e R$ 20.564.000,00 vencíveis no longo prazo, , sendo amortizado com a contrapartida dos serviços prestados ao SUS – Sistema Único de Saúde.

5.2. PARCELAMENTOS

Refere-se e contas de energia elétrica conforme TARD nº 90000307892-2012 da Cemig Distribuição S.A no valor de R$ 933.478,78, e ao parcelamento da multa aplicada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS ao processo administrativo nº 25779.000983/2006-16 no valor de R$ 51.768,55.

5.3. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A entidade registrou provisões para contingências no montante de R$ 7.048.702,49 inerentes a responsabilidades cíveis, trabalhistas e regulamentares, bem como da atividade filantrópica. Estas provisões foram constituídas de acordo com a NBCT 19.7 do Conselho Federal de Contabilidade, cujos valores são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e /ou extrajudiciais, conforme demonstrativo.

Contingências	**Provável Contabilizado**
Cíveis	4.309.556,71
Trabalhistas	822.253,78
Não Tributárias	1.916.892,00

As contingências cíveis e trabalhistas estão registradas pelo valor da causa conforme relatório dos advogados, e as não tributárias referem-se ao processo administrativo da Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS de nº 33902113599200397.

6. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social da entidade está representado pelos resultados superavitários ou deficitários de sua atividade.

7. Subvenções Patrimoniais

Refere-se a subvenções federais para compra de equipamentos.

8. RESULTADOS

O resultado é apurado substancialmente pelo regime de competência de exercícios. As receitas e despesas da Entidade são apropriadas com base em documentos que atendem as exigências legais e fiscais. Os custos dos serviços prestados são rateados pelo percentual da receita auferida como demonstrado abaixo:

Receitas	**Valor**	**Percentual**
SUS	40.644.262,63	67,52%
Particulares	2.824.002,98	4,69%
Convênios	16.729.427,60	27,79%
Total	**60.197.693,21**	**100%**
Custos	**Valor**	**Percentual**
SUS	(41.726.425,28)	67,52%
Particulares	(2.899.192,70)	4,69%
Convênios	(17.714.852,38)	27,79%
Total	**(61.800.470,35)**	**100%**

9. CÁLCULOS DO MONTANTE DAS GRATUIDADES E DAS ISENÇÕES USUFRUIDAS

9.1 DAS GRATUIDADES

A entidade cumpriu o que dispõe o inciso II do art. 4º na Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, no percentual de 72,43% superior o mínimo exigido de 60%.

O valor dispêndio em forma de gratuidade para atendimento aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS atingiu um montante de R$ 1.082.162,65, correspondente ao prejuízo apurado pela instituição.

9.2 DAS ISENÇÕES

As isenções foram apuradas de acordo com o artigo 29 da Lei nº 12.101/09, o Decreto nº 8.242/14 e a IN nº 971/09 da Secretaria da Receita Federal e alterações posteriores, observando os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91.

Conforme artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91 do Governo Federal às isenções tributárias relativas à Cota Patronal do INSS sobre a folha de pagamento foi de R$ 2.907.262,47, sobre pagamento a autônomos foi de R$ 744.657,08, COFINS no valor de R$ 2.073.529,50. Não houve apuração da Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL em razão do prejuízo apurado. Se a entidade não gozasse destas isenções, seu resultado liquido seria de R$ 2.790.800,22.

A entidade é imune do recolhimento do Imposto de Renda – IRPJ sobre o lucro conforme artigos 168 e 173 do Decreto nº 3.000/99, entretanto, cumpre fielmente as retenções dos impostos/contribuições exigidos pela legislação federal e recolhe o PIS/PASEP sobre o valor bruto da folha de pagamento à alíquota de 1%.

10. DA CAPACIDADE INSTALADA

De um total de 120 leitos instalados, 100 correspondem a leitos hospitalares e 20 leitos complementares (UTI), a entidade disponibilizou ano de 2016, 78 leitos para o Sistema Único de Saúde – SUS, correspondendo a 65%. Foram prestados atendimentos em internação aos pacientes SUS num percentual 72,21% e atendimento ambulatorial num percentual de 83,97% conforme demonstrativo abaixo, percentual este superior ao que preceitua o Decreto nº 7.237/10, artigo 18º, em seu inciso II.

DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTO HOSPITALAR

PERCENTUAL DE INTERNAÇÕES SUS

EXERCICIO	SUS		NÃO SUS Particular/Gratuito		TOTAL		% SUS	
	Internações	Pac./Dia	Internações	Pac./Dia	Internações	Pac./Dia	Internações	Pac./Dia
2013	5.939	18.097	2.098	6.342	8.037	24.439	73,90%	74,05%
2014	6.381	20.134	2.350	8.001	8.731	28.135	73,08%	71,56%
2015	6.445	19.378	2.279	8.705	**8.724**	**28.083**	**73,88%**	**69,00%**
2016	6.136	22.430	2.361	8.537	8.497	30.967	72,21%	72,43%

PERCENTUAL DE ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS SUS

EXERCICIO	SUS	NÃO SUS Particular/Gratuito	TOTAL	% SUS
	Ambulatoriais	Ambulatoriais	Ambulatoriais	Ambulatoriais
2013	150.709	50.755	201.464	74,81%
2014	178.403	50.601	229.004	77,90%
2015	209.859	48.513	**258.372**	**81,22%**
2016	217.174	41.463	258.637	83,97%

Fonte: Data SUS – Tabwin / TASY - Rel. Atendimentos e Sysart - Sistema Integrado de Gestão Hospitalar

Governador Valadares, 31 de dezembro de 2016

Elvis Deivis Andrade
Superintendente Administrativo

Weber Lúcio Rosa de Andrade
Contador
CRCMG nº 76.768

PARECER CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Beneficência Social Bom Samaritano – BSBS infra-assinados, no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as demonstrações contábeis, patrimoniais e demais documentos complementares da Entidade, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, concluíram com base no parecer dos auditores independentes e verificação in-loco dos documentos supracitados, que as referidas demonstrações refletem a posição patrimonial e financeira da Beneficência Social Bom Samaritano, manifestando-se favoravelmente aprovação dos mesmos.

Governador Valadares, 19 de Abril de 2017.

Samuel Goulart Matozinho
Conselheiro Fiscal

Doyle Ângelo de Souza
Conselheiro Fiscal

José Onofre Pereira Filho
Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A
Beneficência Social Bom Samaritano
Governador Valadares – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Beneficência Social Bom Samaritano, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Bom Samaritano em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada à continuidade operacional

Chamamos a atenção para Nota 6 as demonstrações contábeis, que indica que a entidade não incorreu a prejuízo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, naquela data, o Ativo Circulante da entidade excedeu o total do Passivo Circulante em R$ 26.224.402,32. Conforme apresentado na Nota 05, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota, indicam a existência de incerteza significativa que pode levarem dúvida significativa quanto à capacidade da entidade de manter sua continuidade operacional. Nossa opinião não contem ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratos no contexto de nossa auditoria das Demonstrações Contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

(Descrição de cada um dos principais assuntos de auditoria, de acordo com a NBC TA 701).

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da continuidade da entidade, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas atividades, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das atividades.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ora apresentadas para fins de comparação, foram auditadas pela empresa Antunes Auditoria e o relatório sobre as mesmas, datado em 15 de fevereiro de 2016.

Governador Valadares, 18 de abril de 2017.

JORGE ANTONIO DA CRUZ- EIRELI-EPP

ALEX ANTONIO DA SILVA - Auditor Independente
CNAI 3685 - CRC/MG – 082703/0

JORGE ANTONIO DA CRUZ – Contador
CRC/MG – 46-987 - O

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2017
PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017

O **CIMAMS** - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene torna pública o **CANCELAMENTO** do Processo Licitatório 014/2017 - Pregão Presencial por Registro de Preços 010/2017. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE LUMINÁRIA DE LED, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS DE VAPOR DE MERCÚRIO, VAPOR DE SÓDIO E VAPOR METÁLICO NAS VIAS PÚBLICAS DE DIVERSOS MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA DO CIMAMS**. Tendo em vista divergência nas especificações técnicas do Edital. Informações pelo fone: (38) 99970-3832, e-mail: licitacaocimams@yahoo.com.br
Alisson Rafael Alves Santos - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA - torna público Julgamento da fase de habilitação - Tomada de Preços nº 001/17. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de análise processual dos projetos e estudos de impacto de vizinhança - EIVS e respectivos relatórios de impacto de vizinhança - RIV e relatório de impacto na circulação - RIC. Empresa habilitada: Clam Engenharia Ltda. Empresa inabilitada: Planmob Engenharia Ltda. Os presidentes da CPL e CEL abrem prazo recursal conforme determina o art. 109, inciso I, alínea "a" da Lei Federal nº 8.666/93. **Caso não haja interposição de recurso, fica estabelecida a data de 10/05/17, às 14hs, para abertura das propostas técnicas**. Lagoa Santa/MG em 28/04/17. André L. Fernandes/Presidente CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA, torna público errata e prorrogação do Pregão Presencial RP 022/17 para o dia 15/05/2017 às 09h30min, com credenciamento a partir das 09h. Objeto: registro de preços para fornecimento parcelado de material médico hospitalar, para atendimento as unidades de saúde de Lagoa Santa - MG. A errata na íntegra estará disponível na Rua São João, 290 - Centro, no horário de 12h as 17h e/ou no site www.lagoasanta.mg.gov.br - Sávio Felix de Araújo/Pregoeiro.

FUNDAÇÃO ITAÚ UNIBANCO E RECADASTRAMENTO 2017
Aviso Urgente e Importante!

Aposentados e pensionistas relacionados abaixo, entrar em contato **URGENTE com a Fundação,** para regularização de seus dados cadastrais, a fim de evitar a suspensão do pagamento do seu benefício. R. Albita, nº 131 – 4º andar – Cruzeiro – BH – (31) 3280.5969

Nome
CANDIDO RODRIGUES ANDRADE
CASSANDRA RUBIA C P TAVARES
CLEUSA PIMENTEL DA SILVA
DELZA PEREIRA FARIA
DORACY SOUZA FRANCO
EDEN JOSE ABRAHAO
FRANCISCO DE PAULA BONILHA NT
IVONE DE PAIVA MENDES
JURANDIR DELGADO MEIRELES
LUCIA DE FATIMA DOS SANTOS
MARCIO SAMPAIO VALLE
MARCO FRANCISCO M CARVALHO
MARIA DE FATIMA RODRIGUES OLIVEIRA
MARIA DE LURDES RODRIGUES
MARIA DO CARMO DE MELO
MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PRATES
MARIO MAGALHAES MARTINS
MARLETE MARIA LAGE
NORALDINO GONCALVES PEDROZA
PEDRO CARLOS DOS SANTOS
ROBERTA MACHADO SANTOS
SANDRA CRISTINA DE OLIVEIRA
THEREZA RIBEIRO MONTEIRO
YEDDA SILVA VALLS

GRANJA WERNECK S.A. - CNPJ 17.270.901/0001-04 - NIRE 31300036987 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - Atendendo solicitação feita pelos acionistas Jayme Vianna Furquim Werneck, Francisco Vianna Furquim Werneck, Juliana Drumond Furquim Werneck e Bitarães e Participações Ltda., detentores de 6,85% do capital social da Companhia, com base no artigo 123, parágrafo único, alínea "c" da Lei 6.404/1976, ficam os acionistas da Granja Werneck S.A. convocados, nos termos do parágrafo 1° do artigo 17° do seu Estatuto Social, para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 03 de junho de 2017, às 9:00 horas, no Hotel Boulevard Park, na Rua Bernardo Guimarães, nº 925, Funcionários, em Belo Horizonte – MG, para tratar da seguinte ordem do dia: Tramitação da reintegração de posse, situação da área delimitada como quilombola, andamento das cobranças de IPTU, prestação de serviços advocatícios e possibilidades de dissolução da sociedade. Na hipótese de representação dos Acionistas da Companhia por procurador, os instrumentos de mandato deverão ser outorgados nos termos dos artigos 126, §1°, da Lei 6.404/76, e 19 do Estatuto Social da Companhia, e depositados na sede da Companhia até 2 (dois) dias antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral. Belo Horizonte, 27 de abril de 2017. Conselho de Administração

BALANÇO PATRIMONIAL DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAPELINHA/MG – APAE
CNPJ: 00.331.924/0001-70

ATIVO

		EXERCICIO 2016
ATIVO		479.868,48
CIRCULANTE		20.426,32
Disponível		20.426,32
Caixa		0,00
Bancos c/Movimento		5.814,53
Aplicações Financeiras		14.611,79
Créditos/ Estoques		
Adiantamentos		
Créditos a Receber		
Convênios/ Contrib. a Receber		
Estoque/Almoxarifado		
ATIVO NÃO CIRCULANTE		459.442,16
Imobilizado		
Bens do Ativo Fixo Assistência Social	250.468,66	
Bens do Ativo Fixo Educação	208.973,50	
(-) Depreciação Acumuladas Assistência Social	(50.238,25)	
(-) Depreciação Acumuladas Educação	(50.392,36)	459.442,16
TOTAL DO ATIVO		479.868,48

PASSIVO + PATRIMONIO LIQUIDO

PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores		
Obrigações Sociais/Fiscais		
Provisões/Contas a Pagar		
PATRIMONIO LIQUIDO		479.868,48
Patrimônio Social		
Superavit/déficit Acumulado		470.201,01
Superavit/Deficit Exercício		9.667,47
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMONIO LIQUIDO		479.868,48

Reconhecemos sob as penas da lei, a exatidão do presente balanço patrimonial, encerrado em 31 de Dezembro de 2016, em conformidade com elementos fornecidos a contabilidade, cuja soma do ativo e do passivo é de R$ (479.868,48).

ANDRÉ LUIZ FERNANDES COELHO
CONTADOR DA APAE -CRC007324/O

ANTONIO MIRANDA
PRESIDENTE DA APAE
CPF: 762.943.668-87

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da APAE de Capelinha reunido em 31/12/2016, em cumprimento ao art 41.alínea ''b'', do Estauto Social,declara para fins legais e estatutários , que procedeu o minucioso exame em todos os documentos e peças contábeis que compreendem o Balanço Geral relativo ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2016, tendo encontrado tudo em mais perfeita ordem. Em nossa opinião, as Demonstrações financeiras representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da APAE de Capelinha, em 31 de Dezembro de 2016. Assim somos unanimes e favoráveis a aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária das contas apresentadas pela Diretoria referente ao exercício de 2016.

Capelinha 31 de dezembro de 2016

Conselheiros fiscais Efetivos

Maria Manoela Posser Andrade – Sebastião Martins Santana – Lilian Barros Murta

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA – MG - PROCESSO LICITATÓRIO – Nº 078/2017 - INEXIGIBILIDADE 013/2017 – EDITAL 062/2017. O Município de Extrema, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, comunica aos interessados que estará procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO e apresentação de documentos, a partir de 02 de maio de 2017, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, na sala de licitações, situada na Av. Waldemar Gomes Pinto, 1.624 – Bairro Ponte Nova, para fins de CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA CIDADE DE POUSO ALEGRE - MG. Os editais estão à disposição dos interessados no local acima mencionado. Maiores informações pelo endereço eletrônico http://extrema.mg.gov.br/imprensaoficial/licitacoes. Extrema, 25 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA – MG - AVISO DE LEILÃO PÚBLICO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2017. O Município de Extrema, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público que fará realizar às 09h00min do dia 10/05/2017, em sua sede Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624, B. Ponte Nova, à habilitação para o processo licitatório nº 082/2017, leilão nº 001/2017, objetivando o leilão de materiais recicláveis. Os editais estão à disposição dos interessados no local acima mencionado. Maiores informações, através do site: www.extrema.mg.gov.br/imprensaoficial. Extrema, 24 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA – MG - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2017 - A Prefeitura Municipal de Extrema, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público que considerou dispensável de licitação à **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO RITUXIMABE 500 MG** da empresa **CMI HOSPITALAR S.A**, pelo valor global de R**$ 25.654,84 (Vinte e cinco mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos)**, de acordo com o art.24, inciso IV, da Lei 8.666/93, pela dispensa licitatória nº 007/2017. Extrema, 25 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA – MG - AVISO DE LEILÃO PÚBLICO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/2017: O Município de Extrema, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público que fará realizar às 09h00min do dia 16/05/2017, em sua sede Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624, B. Ponte Nova, à habilitação para o processo licitatório nº 090/2017, leilão nº 002/2017, referente à leilão de bens móveis (veículos, ônibus, caminhões, kombis, camionete e motocicletas). Os editais estão à disposição dos interessados no local acima mencionado. Maiores informações, através do site www.extrema.mg.gov.br/imprensaoficial. Extrema, 27 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA – INEXIGIBILIDADE 014/2017 - RATIFICAÇÃO – O Município de Extrema, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público que considerou inexigível de licitação a contratação da empresa Fenac Promoções e Eventos Ltda EPP. para realizar o 47º Festival Nacional da Canção e 8º Festival Nacional da Cultura, que acontecerá nos dias 04 e 05 de agosto de 2017, na cidade de Extrema – MG., com participação do Artista "Zeca Baleiro". O valor desta contratação remonta R$ 120.300,00 (cento e vinte mil e trezentos reais), de acordo com o art.25, CAPUT da Lei 8.666/93, pelo processo licitatório nº 086/2017, inexigibilidade nº 014/2017. Extrema, 28 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA – MG - PROCESSO LICITATÓRIO – Nº 092/2017: O Município de Extrema, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar às 09:00 horas do dia 31/05/2017, em sua sede, Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, nº 1.624 – centro, a habilitação para o Processo Licitatório nº 092/2017, Concorrência Pública nº 006/2017, referente à contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para execução de pavimentação, drenage e terraplenagem para revitalização da Estrada Municipal Fazenda Pedro Fabiano. Os editais estão à disposição dos interessados no local acima mencionado. Maiores informações pelo endereço eletrônico http://extrema.mg.gov.br/licitacoes/. Extrema, 28 de abril de 2017.

Bradesco **EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E "ON-LINE" DE PRÉDIO COMERCIAL - BELO HORIZONTE/MG**
Local dos leilões: Auditório Freitas - Praça da Liberdade, 130 - 16º andar - Liberdade - São Paulo/SP

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Localização do imóvel: **Belo Horizonte-MG**. Bairro São Bernardo. Rua Edson Tomas Santos, 443,445 e 447, consta no local nº 433 (Lt. 21 do quarteirão 05). **Prédio Comercial**. Áreas totais: terr. 360,00m² e constr. 393,33m². Matr. 46.728 do 5º RI local. Obs.: Ocupado. (AF). **1º Leilão: 18/05/2017, às 10h. Lance mínimo:** R$ 1.159.000,00. **2º Leilão: 25/05/2017, às 10h. Lance mínimo:** R$ 695.400,00 (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.bradesco.com.br** e **www.freitasleiloeiro.com.br**

Bradesco **EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E "ON-LINE" DE CASA - CONTAGEM/MG**
Local dos leilões: Auditório Freitas - Praça da Liberdade, 130 - 16º andar - Liberdade - São Paulo/SP

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Localização do imóvel: **Contagem-MG.** Bairro Inconfidentes. Rua Vinte e Dois, 59 (Lt. 10 da qd. 74). **Casa**. Áreas totais: terr. lançado no IPTU 360,00m² e constr. 237,60m². Matr. 14.394 do RI local. Obs.: Área de terreno pendente de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes correrão por conta do comprador. Ocupada. (AF). **1º Leilão: 18/05/2017, às 10h. Lance mínimo:** R$ 919.167,73. **2º Leilão: 25/05/2017, às 10h. Lance mínimo:** R$ 596.913,51 (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.bradesco.com.br** e **www.freitasleiloeiro.com.br**

Bradesco **EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E "ON-LINE" DE CHÁCARA - IBIRITÉ/MG**
Local dos leilões: Auditório Freitas - Praça da Liberdade, 130 - 16º andar - Liberdade - São Paulo/SP

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Localização do imóvel: **Ibirité-MG**. Loteamento denominado Quintas da Jangada. Alameda da Jangada, 1.211 (qd. 04). **Chácara nº 62-A**. Áreas totais: terr. 1.775,00m² e constr. estimada no local 235,00m². Matr. 22.754 do RI local. Obs.: Constam ações: Anulatória, processo nº 5057978-76.2016.8.13.0024, Revisional, processo nº 6030790-28.2015.8.13.0024 e Consignatória, processo nº 5001133-87.2017.8.13.0024, todas em trâmite na 28ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte – MG. O Vendedor responde pelo resultado das ações, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas "Condições de Venda dos Imóveis" constantes do edital. Construção e numeração predial pendentes de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes correrão por conta do comprador. Ocupada. (AF). **1º Leilão: 18/05/2017, às 10h. Lance mínimo:** R$ 950.000,00. **2º Leilão: 25/05/2017, às 10h. Lance mínimo:** R$ 570.000,00 (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.bradesco.com.br** e **www.freitasleiloeiro.com.br**

Bradesco **EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E "ON-LINE" DE APARTAMENTO - SABARÁ/MG**
Local dos leilões: Auditório Freitas - Praça da Liberdade, 130 - 16º andar - Liberdade - São Paulo/SP

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **Kirton Bank SA - Banco Múltiplo**, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Localização do imóvel: **Sabará-MG**. Bairro Novo Horizonte. Rua José da Silva Passos, 300. Residencial Líder Ville. Edifício Líder Tiradentes ou Torre E. **Ap. 801**, c/ 02 vagas de garagem semicoberta e coberta nºs. 28 e 29 (1º pav.). Área priv. 96,13m². Matr. 30.670 do RI local. Obs.: Ocupado. (AF). **1º Leilão: 18/05/2017, às 10h. Lance mínimo:** R$ 680.191,36. **2º Leilão: 25/05/2017, às 10h. Lance mínimo:** R$ 344.134,16 (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.bradesco.com.br** e **www.freitasleiloeiro.com.br**

CENTRO DE ATENDIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL - CAIS - CNPJ: 21.725.056/0001-83
RUA AJ, 171-CONJ.AGUA BRANCA - CONTAGEM - MG

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2016

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
DISPONIVEL		EXIGIVEL	
CAIXA	R$ 923,51	IMPOSTOS A RECOLHER	R$ 14.104,04
BANCO C/MOVIMENTO	R$ 52.578,83	OBRIGAÇÕES A RECOLHER	R$ 71.070,27
ESTOQUE		REMUNERAÇÕES A PAGAR	R$ 346.691,13
ESTOQUE DE MERCADORIA	R$ 351,25	OUTRAS CONTAS A PAGAR	R$ 51.575,56
IMPOSTOS RECUPERAVEIS		PROVISÕES	
IMPOSTOS A RECUPERAR	R$ 24.626,21	PROVISÃO P/ FÉRIAS E ENCARGOS	R$ 164.540,58
DEVEDORES DIVERSOS		REC.PEND.DE CONVÊNIOS E CONTRATOS ENCER.	
ADIANTAMENTOS DIVERSOS	(2,50)	RECURSOS CONVÊNIOS/CONTRATOS ENCER	R$ 3.295.055,35
CHEQUES/SERVIÇOS A RECEBER	R$ 25.890,91	**TOTAL PASSIVO CIRCULANTE**	R$ 3.943.036,93
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	R$ 104.368,21	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
ATIVO PERMANENTE		CREDORES DIVERSOS	
INVESTIMENTOS DIVERSOS		EMPRÉSTIMOS DIVERSOS	R$ 146.579,00
INVESTIMENTOS	R$ 3.693.705,62	**TOTAL PASSIVO EXIGÍVEL**	
IMOBILIZAÇÕES TECNICAS		**A LONGO PRAZO**	R$ 146.579,00
IMOBILIZADO	R$ 375.407,69	PATRIMONIO LIQUIDO	
IMOBILIZADO PRONAS	R$ 149.414,17	SUPERAVIT/DEFICIT	
BENS INTANGIVEIS	R$ 9.641,74	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	R$ 87.817,46
(-) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO		SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADOS	R$ (32.629,01)
(-) DEPRECIAÇÕES	R$ (187.733,05)	**TOTAL PATRIMONIO LIQUIDO**	R$ 55.188,45
TOTAL ATIVO PERMANENTE	R$ 4.040.436,17	PASSIVO COMPENSADO	
ATIVO COMPENSADO		CONTAS DE COMPENSAÇÃO	
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		BENS EM COMODATO	R$ 4.374,20
BENS EM COMODATO	R$ 4.374,20	**TOTAL PASSIVO COMPENSADO**	R$ 4.374,20
TOTAL ATIVO COMPENSADO	R$ 4.374,20	TOTAL DO PASSIVO	R$ 4.149.178,58
TOTAL DO ATIVO	R$ 4.149.178,58		

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31/12/2016, estando de acordo com a documentação enviada à Contabilidade, somando tanto no Ativo como no Passivo o valor total de R$ 4.149.178,58 (QUATRO MILHÕES E CENTO E QUARENTA E NOVE MIL E CENTO E SETENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS).

DEMONSTRATIVO DA CONTA DEFICIT ACUMULADOS DO ANO DE 2016

SALDO ANTERIOR	
SUPERÁVIT ACUMULADOS	R$ 106.282,59
(-) DÉFICIT APURADO N/EXERCÍCIO	R$ (138.911,60)
SALDO DA CONTA DÉFICIT ACUMULADOS	R$ (32.629,01)

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE DEMONSTRATIVO, REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

CENTRO DE ATEND. E INCLUSÃO SOCIAL - CAIS
ALUÍSIO BARTOLOMEU PEGO DE OLIVEIRA
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF: 269.198.936-49 - CI: MG-159.914

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2016

***** RECEITAS *****	
RECEITA BRUTA OPERACIONAL.....R$	2.791.189,30
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS .....R$	41.869,34
RECEITAS NÃO OPERACIONAL.....R$	8.556,47
SUPERÁVIT BRUTO OPERACIONAL .....R$	2.841.615,11
**** DESPESAS *****	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS .....R$	(312.883,43)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS ..... R$	(43.976,53)
DESPESAS COM PESSOAL ..... R$	(2.591.169,89)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS ..... R$	(332,35)
DESPESAS FINANCEIRAS .....R$	(23.636,53)
DESPESAS BANCÁRIAS .....R$	(8.209,33)
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS .....R$	(318,65)
DÉFICIT LÍQUIDO APURADO N/EXERCÍCIO .....R$	(138.911,60)

GERALDO MATEUS FRIAS
CRC-MG. 35692
CPF: 378.835.856-49

FUNDAÇÃO CULTURAL DR. PEDRO LEOPOLDO - CNPJ 23.455.561/0001-80

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE			**PASSIVO CIRCULANTE**		
Disponível			Salários a Pagar	361.842,04	72.836,47
Caixa	2.597,85	2.245,02	Provisão de Férias	391.089,00	593.651,40
Bancos Conta Movimento	63.172,66	602.885,99	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	2.108.560,67	3.335.801,30
Bancos c/aplicação	390.819,90	854.787,29	Fornecedores	180.951,60	209.625,32
Total do Disponível	**456.590,41**	**1.459.918,30**	**TOTAL PASSIVO CIRCULANTE**	**3.042.443,31**	**4.211.914,49**
Realizável a Curto Prazo					
Mensalidades a Receber	2.624.650,60	2.608.859,93	**NÃO CIRCULANTE**	**256.635,19**	**134.957,07**
Outros Serviços a Receber	240.039,89	308.123,48	**RESULTADO EXERCÍCIOS FUTUROS**	**256.635,19**	**134.957,07**
Cheques em Cobrança	468.054,64	419.802,23	Receita do Exercício Seguinte	256.635,19	134.957,07
Adiantamentos		850,00			
Outros Créditos	159.648,18	16.105,79	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
Realizável a Curto Prazo	**3.492.393,31**	**3.353.741,43**	Patrimônio Social	1.022.973,63	954.123,63
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	**3.948.983,72**	**4.813.659,73**	Reserva de Reavaliações	1.095.449,44	1.095.449,44
NÃO CIRCULANTE		**3.000,00**	Resultado do Exercício	161.081,01	52.522,22
Realizável a Longo Prazo		3.000,00	**TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**2.279.504,08**	**2.102.095,29**
Depósitos Judiciais		3.000,00			
ATIVO PERMANENTE					
IMOBILIZADO					
Bens Imóveis	1.474.954,18	1.474.954,18			
Móveis e Utensílios	426.408,24	412.453,64			
Biblioteca	197.919,29	197.919,29			
Equipamentos de Laboratório	35.688,71	35.688,71			
Equipamentos de Informática	127.457,57	127.457,57			
Direito de Uso – Softwares	11.939,05	11.939,05			
Aquisições por Leasing	53.046,46	53.046,46			
(-) Depreciação Acumulada	(697.814,64)	(681.161,78)			
Total do Imobilizado	**1.629.598,86**	**1.632.307,12**			
TOTAL ATIVO PERMANENTE	**1.629.598,86**	**1.632.307,12**			
TOTAL DO ATIVO	**5.578.582,58**	**6.448.966,85**	**TOTAL PASSIVO**	**5.578.582,58**	**6.448.966,85**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Movimentação	Resultado Ex. Anteriores	Reserva Reavaliação	Resultado Exercício	Patrimônio Líquido
Saldo Exercício Social de 2015	954.123,63	1.095.449,44	52.522,22	2.102.095,29
Transferência de Resultado 2015	52.522,22		(52.522,22)	
Ajustes de exercícios anteriores	16.327,78			16.327,78
Resultado Exercício Social 2016			161.081,01	161.081,01
Saldo Exercício Social de 2016	1.022.973,63	1.095.449,44	161.081,01	2.279.504,08

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	2016	2015
RECEITA BRUTA		
Contribuições Escolares Totais	14.973.890,36	16.163.428,15
(-) Devolução de Mensalidades	273.000,80	229.785,72
(-) Bolsas de Estudo	3.490.829,62	5.229.373,79
Receita Prestação Serviço Ensino	11.210.059,94	10.704.268,64
Gestão de Convênios	542.790,57	196.409,06
Auxílios e Doações	2.757,42	6.016,63
Outras Receitas	228.154,26	159.823,47
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**11.983.762,19**	**11.066.517,80**
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(11.568.026,60)	(10.689.005,91)
Despesas Comerciais	(103.234,38)	(88.703,15)
Despesas Tributárias	(35.977,24)	(41.567,36)
Despesas Financeiras	(321.454,67)	(379.681,08)
Receitas Financeiras	206.011,71	184.961,92
Juros e Multas s/atrasos	134.253,77	155.346,16
Outras Receitas Financeiras	71.757,94	29.615,76
RESULTADO LÍQUIDO EXERCÍCIO	**161.081,01**	**52.522,22**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

	2016
Atividades Operacionais	
Superávit do Exercício	177.408,79
Depreciação e Amortização	16.662,86
Variações dos Ativos e Passivos Operacionais	
Redução (aumento) nos Valores a receber de Clientes	(34.124,86)
Redução (aumento) nos Adiantamentos a Fornecedores	850,00
Redução (aumento) nos Cartões de Crédito	(18.487,47)
Redução (aumento) nos Cheques a Receber	(48.252,41)
Redução (aumento) nas Mensalidades e Taxas a Receber	(15.790,67)
Redução (aumento) nos Depósitos Judiciais	3.000,00
(Redução) aumento nos Fornecedores	(28.673,72)
(Redução) aumento nos Salários a Pagar	289.005,57
(Redução) aumento em Outras Contas a Pagar	1.500,00
(Redução) aumento nos Impostos, Taxas e Contrib. Pagar	(1.109,72)
(Redução) aumento nos Tributos Parcelados	(1.227.630,91)
Redução(aumento) nas outras Contas a Receber	1.596,06
Redução(aumento) nos Documentos em Cobrança	(2.646,78)
(Redução) aumento nas Provisões de Férias	(202.562,40)
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas Atividades Operacionais	**(1.089.255,66)**
Fluxo da Caixa das Atividades de Investimentos	
Redução(aumento) Bens Móveis - Administração	(13.954,60)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas Atividades de Investimentos	**(13.954,60)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	
(Redução)aumento nas Receitas Exercícios Futuros	121.678,12
Redução (Aumento) nos Contratos de Débito Escolar	(21.795.75)
Disponibilidades Líquidas geradas nas Atividades de Financiamentos	**99.882,37**
Aumento(diminuição) Líquido ao Caixa e Equivalente de Caixa	**(1.003.327,89)**
Caixa e Disponibilidades no Fim do Exercício	**456.590,41**
Caixa e Disponibilidades no Início do Exercício	**1.459.918,30**
Variação das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes	**1.003.327,89**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

1 – Contexto Operacional: A Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo é uma fundação de Direito Privado instituída pelo Poder Público Municipal da Cidade de Pedro Leopoldo/MG em julho de 1967, declarada de Utilidade Pública Federal através do Decreto nº 72.454, de 11.07.1973, e registrada no CNAS sob o nº 00000.271067/1972-00, a Fundação atua no desenvolvimento de atividades educacionais, em especial o ensino superior, através da mantença da Faculdade Pedro Leopoldo, além de promover a cultura e a assistência social, com vistas ao desenvolvimento da comunidade Pedroleopoldense e região. No desenvolvimento de suas atividades, a Fundação vem reiterando pequenos resultados operacionais ocasionados pelo expressivo aumento da concorrência no ensino superior, agravado pela baixa demanda em alguns dos cursos ofertados por suas mantidas. Com o objetivo de sanear as contas da Fundação, a Administração da Entidade, em compasso com seu Conselho Curador e acompanhamento do Ministério Público Estadual, órgão velador das fundações, vem empreendendo esforços no sentido de garantir a continuidade das atividades por ela desenvolvidas, com estrita observância aos parâmetros legais e aos seus objetivos estatutários. A partir do ano de 2015, o Governo Federal, através do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação reduziu, substancialmente, recursos destinados ao financiamento estudantil – FIES, dificultando o ingresso de novos alunos, com isto ocorreu um redução no número de alunos.

2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas do Conselho Federal de Contabilidade, e atendem às exigências da Norma Brasileira de Contabilidade NBCT – 11- IT – 01, aprovado pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - Resolução CFC no. 752 de 20 de setembro de 1993, e ITG 2002 – Entidade sem Fins Lucrativos e que promovem a assistência social.

3 – Principais práticas contábeis: a) Apuração do resultado do exercício: As receitas e despesas são apropriadas ao resultado pelo regime de competência do exercício.

b) Ativos e passivos circulantes: Os ativos circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos.

c) Ativo permanente: O imobilizado está registrado pelo valor de custo de aquisição ou formação acrescido de correção monetária até o exercício de 1995. A depreciação do imobilizado é calculada pelos saldos das contas com a aplicação de taxas fiscais, utilizando-se do método linear.

4 – Depreciação Acumulada (em R$)

	2016	2015
Edificações	186.816,34	186.816,34
Construções e Benfeitorias	3.626,48	3.626.48
Móveis e Utensílios	271.677,99	266.605,69
Equipamentos de Laboratório	30.434,78	30.434,78
Biblioteca	66.351,31	66.351,31
Equipamentos de Informática	127.457,57	125.867,01
Software	11.450,17	11.450,17
Total Depreciação Acumulada	697.814,64	681.151,78

5 – Resultado de Exercícios Futuros: Correspondem aos valores recebidos decorrentes da primeira parcela das mensalidades dos exercícios seguintes, pagos como matrícula.

6 – Cobertura de Seguros: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a entidade efetua contratação de seguro em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

7 – Débitos Previdências/Tributários: A Fundação Cultural Dr Pedro Leopoldo, em agosto de 2014, aderiu ao programa de financiamento de débitos previdenciários \ tributários junto a Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, através da Lei 12.996 de 18 de junho de 2014. Com esta adesão teremos melhores condições de quitação do débito existente, pois o mesmo foi parcelado em 180 vezes.

8 – Conta: Superávit/Déficits acumulados: Foi lançado nesta conta, valor de R$ 16.327,78, referente a PIS-Folha de Pagamento, lançados como despesas, indevidamente, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2014.

9 – Gratuidades: Os custos das gratuidades oferecidas foram registrados nas demonstrações de resultado do exercício, nas rubricas Bolsas de Estudo, suportados por documentação hábil. As bolsas são concedidas mediante seleção de alunos que passam por avaliação de profissional da Assistência Social, cujo critério é a carência sócio-econômica do beneficiário. Essas bolsas são concedidas no intuito de promover a reinserção social através do ensino superior, melhorando as condições de vida dos beneficiados, tornando-os protagonistas de seus direitos sociais.

9.1 - Demonstrativo de Gratuidades: Em observância ao que estipula a Lei 12.101 de 2009, os valores das gratuidades praticados pela Entidade, assim se resumem:

	2016	2015
Receita Bruta Efetiva	15.608.845,58	16.133.812,76
Rendimento Aplicações Financeiras	71.757,94	29.615,76
Base para cômputo das gratuidades	**15.680.603,52**	**16.163.428,15**
Gratuidade a conceder (20% da base)	3.136.120,70	3.232.685,63
Gratuidade concedida Bolsas de Estudo	**3.490.829,62**	**4.552.525,75**
Percentual de gratuidade concedida	**22,26%**	**28,17%**
Excesso de gratuidade em relação a Lei	**354.708,92**	**1.319.840,12**

9.2 – Imunidade – Cota Patronal Contribuição Previdenciária: A Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo encontra-se em pleno gozo da imunidade tributária que lhe confere a Constituição Federal. No entanto, caso estivesse sujeito à incidência da parte patronal da contribuição previdenciária, a Entidade deveria recolher aos cofres públicos o montante de R$ 1.676.891,02, no ano 2016.

Pedro Leopoldo/MG, 31 de dezembro de 2016

ERNANI CRUZ LAENDER - Presidente

WALTER MOREIRA ROCHA - Contador CRC-MG 44.020

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos.srs.
Diretores da Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo.
Pedro Leopoldo - MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos descritos na Base da opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base da Opinião com ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião com ressalva, a saber:

1. Não foi constituída a provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas sobre os créditos a receber, com base em estimativa de seus prováveis valores de realização (ITG 2002 R1 – reconhecimento);
2. Falta adotar critérios e procedimentos plausíveis dos registros contábeis de depreciação e amortização do Ativo Imobilizado, devendo ser observado a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil (ITG 2002 R1 – divulgação);
3. Todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas nos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos (ITG 2002 R1 – divulgação);

Incerteza material relacionada com a continuidade operacional

Apesar do resultado positivo obtido ao final do exercício, este ainda não foi o suficiente para suprir a fundação de sua necessidade de Capital de Giro. Evidentemente, a situação financeira da fundação ainda é preocupante, o que vai carecer do ingresso de novas receitas e de recursos financeiros, de modo a não comprometer a continuidade das atividades e dos trabalhos desta fundação (NBC T11- continuidade).

Em 02 de março de 2017, foi proferido resultado do julgamento sobre a imunidade tributária de entidades beneficentes. Prevaleceu no STF o entendimento de que "os requisitos para o gozo de imunidade hão de estar previstos em lei complementar". De acordo com a Constituição Federal, é a lei complementar que deve regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.

Ainda segundo o relator do STF, na ausência de lei complementar, o tema deve seguir o Código Tributário Nacional (CTN) de 1966. O texto traz menos requisitos para a concessão de imunidade tributária. A norma estabelece como condições para a imunidade tributária e previdenciária a inexistência de distribuição do patrimônio e rendas e ainda haver a reaplicação dos resultados em suas atividades.

Outras Informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar essa distorção de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Cooperativista e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança. Mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstancias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificações em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 07 de abril de 2017.

Cooperaudi - Auditores Independentes
CRC-MG n 6.906
Sérgio Benvindo Braga
Contador CRC-MG 49.079

1/2

TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - CNPJ/MF N.º 18.725.804/0001-13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Finalmente a Administração da TELEMONT S/A, agradece aos acionistas, clientes e instituições financeiras pelo apoio e confiança depositados em nossos serviços e operações, em especial aos funcionários, pela dedicação e esforços empreendidos em suas funções, que levaram a Companhia esse resultado. Belo Horizonte – MG, 31 de dezembro de 2016. ADMINISTRAÇÃO.

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - (Em R$)

ATIVO	Notas Explicativas	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	48.763.087	10.932.848
Clientes	4	252.060.664	79.900.841
Estoques	5	3.512.798	6.739.655
Impostos a recuperar	6	4.117.994	14.853.230
Adiantamentos a fornecedores		969.763	1.400.780
Outros créditos		904.693	9.730
Despesa antecipada		165.620	1.022.340
TOTAL DO CIRCULANTE		**310.494.619**	**114.859.424**
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos judiciais	15	46.028.946	34.156.298
Cauções		45.647	29.618
Precatórios		843.051	843.051
Partes relacionadas	7.1	-	12.086.421
Outros valores		309.063	309.063
		47.226.707	**47.424.451**
INVESTIMENTOS		30.868	47.235
IMOBILIZADO	8	48.379.697	56.931.679
INTANGIVEL	9	502.315	788.431
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**96.139.587**	**105.191.796**
TOTAL DO ATIVO		**406.634.206**	**220.051.220**

PASSIVO	Notas Explicativas	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE			
Fornecedores nacionais	10	24.960.239	22.822.533
Empréstimos e financiamentos	11	12.834.768	20.314.383
Obrigações tributárias	12	21.236.655	14.840.506
Obrigações trabalhistas	13	68.482.826	61.793.475
Dividendos Propostos	17	13.163.006	-
Contas a pagar	14	172.989.591	19.552.935
TOTAL DO CIRCULANTE		**313.667.085**	**139.323.832**
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	45.906.788	15.164.506
Obrigações Tributárias	12	12.389.416	16.345.765
Provisão para riscos	15	26.562.384	25.173.637
Contas a pagar		1.134.873	1.029.153
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**85.993.461**	**57.713.061**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
Capital social		10.656.000	10.656.000
Reserva Legal		2.131.200	2.131.200
Reservas de Lucros		6.179.778	22.220.445
Ajustes de Avaliações Patrimoniais		(11.993.318)	(11.993.318)
		6.973.660	**23.014.327**
TOTAL DO PASSIVO		**406.634.206**	**220.051.220**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em R$)

Descrição	Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucro	Ajustes Avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2014	**10.656.000**	**2.131.200**	**8.661.544**	**(11.993.318)**	**-**	**9.455.426**
Cisão Parcial realizada em 01/10/2015					51.689.866	**51.689.866**
Resultado líquido do período					(29.469.421)	**(29.469.421)**
Reserva de Lucros para Investimento a disposição da AGO			22.220.445		(22.220.445)	**-**
Distribuição de Lucros			(8.661.544)			**(8.661.544)**
Saldo em 31.12.2015	**10.656.000**	**2.131.200**	**22.220.445**	**(11.993.318)**	**-**	**23.014.327**
Resultado líquido do período					52.652.023	**52.652.023**
Dividendos mínimos obrigatórios					(13.163.005)	(13.163.005)
Reserva de Lucros a disposição da AGO			39.489.018		(39.489.018)	
Distribuição de Lucros 2016			(55.529.685)			**(55.529.685)**
Saldo em 31.12.2016	**10.656.000**	**2.131.200**	**6.179.778**	**(11.993.318)**	**-**	**6.973.660**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - (Em Reais)

1. Contexto operacional: A **TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES SA** ('Companhia') é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Sua principal controladora é a Dan-Hebert Participações S/A. A Companhia, completará neste ano 42 anos de existência, tendo como atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, a prestação de serviços de engenharia de telecomunicações, elétrica, civil e saneamento básico, compreendendo construção, montagens, manutenção, consultoria e atividades correlatas, bem como manutenção e instalações de equipamentos de telefonia, com o fornecimento de peças, partes ou equipamentos completos, própria ou detida por sociedades controladas ou coligadas. Atualmente a companhia atende 50% da planta externa da Oi, nos estados de GO, TO, MS, MT, AC, RO, MG e ES, **com exclusividade** e em função disto a Oi é sua principal cliente. Em junho de 2016, a Oi, entrou em Recuperação Judicial (RJ) processo que está amplamente sendo acompanhado pelo mercado em função da importância estratégica de sua rede para o serviço de Comunicação no Brasil. A administração informa que os compromissos contratuais da Oi vem sendo rigorosamente cumpridos, inclusive os pagamentos, e entende que o resultado final desse processo (RJ) não terá impacto operacional sobre os negócios da Telemont já que a atividade exercida é essencial para a manutenção e a operação da rede, atendendo diretamente os usuários finais. Os serviços prestados para esses consumidores deverão permanecer funcionando por exigência legal e da ANATEL. Além disto, atualmente a área atendida pela Telemont é considerada satisfatória, aderente aos SLA's contratados e qualquer alteração nesse modelo, no ponto de vista desta administração, representaria uma descontinuidade da operação independente do cenário.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis: 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis: As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 01 de março de 2017. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **2.2. Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. **2.2.2. Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. **Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **2.2.3. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. **2.2.4. Estoques:** Os estoques são demonstrados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado". Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e são representados principalmente por peças e materiais, aplicados diretamente na execução dos serviços prestados. **2.2.5. Depósitos judiciais:** Os depósitos são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. **2.2.6. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 8. A vida útil-estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. **2.2.7. Intangível: a) Programas de computador (software):** Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota Explicativa nº 9. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 9. **b) Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **c) Arrendamento mercantil:** Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na Nota Explicativa nº 8. Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento. **2.2.8. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **2.2.9. Benefícios a funcionários:** Os pagamentos de benefícios tais como salários, férias vencidas ou proporcionais, participações, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência. **2.2.10. Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e / ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **2.2.11. Reconhecimento de receita:** A Companhia, devido à modalidade dos serviços prestados (manutenção e reparos de sistemas de telecomunicações), fatura sua receita operacional após a aprovação dos clientes, das medições dos serviços executados, principalmente no mês seguinte ao da prestação dos serviços, o mesmo acontecendo com relação às despesas de serviços prestados pelos subempreiteiros. O registro contábil dos serviços executados ocorre principalmente, após autorização do faturamento dos serviços prestados, com a devida emissão da Nota Fiscal, que ocorre principalmente nos mês subsequente à realização dos serviços. Nos demais casos o resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios.

3. Caixa e equivalentes de caixa	2016	2015
Caixa	74.026	75.317
Bancos	1.020.706	175.545
Aplicações financeiras	47.668.355	10.681.986
	48.763.087	**10.932.848**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Contas a receber: O saldo do contas a receber em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão compostos pelos seguintes:

	2016	2015
Oi S.A	203.865.490	32.673.737
Amazonas Distribuidora de Energia	3.931.816	5.898.982
Secretaria de Estado de Defesa Civil **(a)**	4.453.996	5.659.600
Telecomunicações de São Paulo S.A.	22.271.002	18.583.615
Centrais Elétrica de Rondônia	2.720.692	2.893.015
Cia Energética do Piauí	2.844.166	2.244.012
Cia Energética de Alagoas	2.177.418	2.101.176
Claro SA	4.535.204	-
Cia de Eletricidade do Acre	2.455.094	2.034.050
Outros	3.126.281	7.812.654
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(320.495)	-
	252.060.664	**79.900.841**

O valor presente das contas a receber de clientes não foi atualizado a valor justo, uma vez que o prazo médio de vendas é inferior a 60 dias, não sofrendo, portanto, ganhos por atualização monetária. Parte substancial do faturamento está representado pelo contrato firmado junto a OI S.A., que representa aproximadamente 87% de sua receita operacional. Este contrato de prestação de serviços se estenderá até 30 setembro de 2017, podendo ser renovado, o que historicamente vem ocorrendo. Tais valores referem-se à clientes que aprovaram e autorizaram o faturamento e por razões internas ou de vencimento, ainda não libearam o crédito para liquidação dos mesmos. **(a)** Valores vencidos a longa data, no qual a Administração entende que são líquidos e certos e está em constante processo de acompanhamento e cobrança junto ao cliente. Ressalta-se que se trata serviço executado a Órgão Público no qual a Administração possui Recibo de Empenho em favor da Companhia no valor total do contrato, contudo normalmente os tramites de aprovação e liberação dos recursos em Órgãos Públicos ocorre de forma morosa e portanto, não foram constituídas provisões para perdas.

5. Estoques	2016	2015
Material de Aplicação em Obra	2.835.003	6.061.859
Peças para reposição	677.795	677.796
	3.512.798	**6.739.655**

A Companhia não possui itens de estoques considerados obsoletos ou de baixa rotatividade.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - (Em R$)

	Notas explicativas	31/12/2016	31/12/2015
Receita Líquida das Vendas	18	**851.348.637**	**1.072.312.021**
Custos dos Serviços Prestados	19	**(695.295.837)**	**(993.151.818)**
Lucro Bruto		**156.052.800**	**79.160.203**
Despesas Operacionais			
Gerais e administrativas	20	(125.078.799)	(147.575.948)
Comerciais		(13.054)	(11.426)
Despesas tributárias		(4.466.912)	(3.210.577)
Outras receitas (despesas) operacionais	21	42.572.914	60.150.376
		(86.985.851)	**(90.647.575)**
Resultado Financeiro	22	2.245.401	(6.772.584)
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL		**71.312.350**	**(18.259.956)**
(-) Imposto de Renda e contribuição social		(18.660.327)	(11.209.465)
Resultado Líquido do Exercício		**52.652.023**	**(29.469.421)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

6. Impostos a recuperar	2016	2015
ICMS – a)	579.872	369.928
CSLL - b)	1.082.368	11.713.199
IRPJ –c)	1.477.848	1.323.024
INSS – d)	97.128	-
PIS – e)	156.851	-
COFINS – f)	723.927	-
ISS	-	1.447.079
	4.117.994	**14.853.230**

A Administração considera que os impostos serão recuperados com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia prevê recuperar os créditos tributários durante os exercícios seguintes. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões, sendo: a) ICMS a Recuperar – Compensação com o ICMS a ser apurado s/operações realizadas nos anos de 2017 e 2018; b) CSL – Retenção Lei 10833 - Compensação com a CSL a ser apurada no ano de 2017 ou outro tributo administrado pela Receita Federal do Brasil; c) IRPJ – Compensação com o IRPJ apurado em 2017 ou outro tributo administrado pela Receita Federal do Brasil; d) INSS – Compensação com o INSS apurado em 2017; e) PIS/ Cofins – Compensação com o PIS apurado em 2017.

7. Partes relacionadas: 7.1. Transações e saldos: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e controlada a saber:

Controladora – **DAN HEBERT PARTICIPAÇÕES S.A.**

Saldos:	2016	2015
Ativo Realizável a Longo Prazo		
Contrato de Mútuo	-	12.086.421
Passivo circulante		
Dividendos a Pagar	13.274.173	-

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em R$)

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro (Prejuízo) líquido antes das provisões tributárias	52.652.023	(29.469.421)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização imobilizado e Intangível	9.766.139	10.396.749
Provisão para riscos	1.388.747	1.554.844
Valor liquido de baixas do investimento	16.367	1.222.933
Valor liquido de baixas do ativo imobilizado e Intangível	1.165.553	1.548.577
	12.336.806	**14.723.103**
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
(Aumento) / Diminuição no contas a receber	(172.159.822)	1.504.450
(Aumento) / Diminuição nos estoques	3.226.857	3.055.212
(Aumento) / Diminuição nos impostos a recuperar	10.735.236	375.381
(Aumento) / Diminuição nos demais ativos circulantes	392.774	(422.567)
(Aumento) / Diminuição no realizável a longo prazo	197.744	3.947.864
Aumento / (Diminuição) em fornecedores	2.137.706	(6.203.829)
Aumento / (Diminuição) em obrigações trabalhistas e tributárias	9.129.151	(37.740.047)
Aumento / (Diminuição) em contas a pagar	153.542.376	10.895.074
Caixa líquido das atividades operacionais	**72.190.851**	**(39.334.780)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do imobilizado	(2.020.646)	(15.163.001)
Aquisições do Intangível	(72.948)	(1.059.578)
Venda de participação societária	-	30.700.000
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(2.093.594)**	**14.477.421**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
(Pagamento) Aquisição de empréstimos	23.262.667	(4.650.373)
Distribuição de lucros	(55.529.685)	(11.541.093)
Prejuízo Cindido - Cisão 01/10/2015	-	40.252.023
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(32.267.018)**	**24.060.557**
Aumento ou (redução) de caixa	**37.830.239**	**(796.802)**
Caixa no início do período	10.932.848	11.729.650
Caixa no final do período	48.763.087	10.932.848
Aumento ou (redução) de caixa	**37.830.239**	**(796.802)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

A controladora é avalista da Companhia em todas as obrigações financeiras (Arrendamento mercantil, Finame, e FCO).

8. Ativo imobilizado: Apresentamos abaixo, os saldos e a movimentação do imobilizado:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Tecnologia da Informação	Leasing	Outros	Imobilizado Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	14.249.544	18.275.917	2.817.051	2.731.040	33.606.986	632.872	72.313.410
aquisições	3.964.786	880.474	1.465.662	293.178	8.558.900	-	15.163.000
Baixas	(1.039.613)			(1.002.656)	(12.455.595)	-	(14.497.864)
depreciações	(3.736.305)	(2.496.759)	(552.011)	(1.746.252)	(7.247.907)	(267.634)	(16.046.867)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**13.438.412**	**16.659.632**	**3.730.702**	**275.311**	**22.462.384**	**365.238**	**56.931.679**
Custo total	24.448.728	26.809.829	5.494.443	4.607.057	41.810.205	1.148.331	104.318.594
Depreciação acumulada	(11.010.316)	(10.150.198)	(1.763.742)	(4.331.746)	(19.347.820)	(783.093)	(47.386.915)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**13.438.412**	**16.659.632**	**3.730.702**	**275.311**	**22.462.384**	**365.238**	**56.931.679**
aquisições	1.416.368	9.522	127.581	462.988	4.188	-	2.020.647
Baixas	(505.956)	(9.128)	(33.678)	(54.408)	(559.733)	-	(1.162.904)
depreciações	(2.131.593)	(2.402.898)	(431.440)	(440.552)	(3.898.545)	(104.698)	(9.409.725)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**12.217.2311**	**4.257.128**	**3.393.164**	**243.339**	**18.008.295**	**260.540**	**48.379.697**
Custo total	23.696.696	26.798.398	5.526.987	4.697.630	40.657.458	1.148.332	102.525.499
Depreciação acumulada	(11.479.465)	(12.541.270)	(2.133.822)	(4.454.291)	(22.649.164)	(887.792)	(54.145.803)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**12.217.231**	**14.257.128**	**3.393.164**	**243.339**	**18.008.294**	**260.540**	**48.379.697**
Taxas média de depreciação	**16,30%**	**17,59%**	**21,30%**	**28,61%**	**17,59%**	**18,15%**	

9. Intangível

	Softwares adquiridos	Marcas e patentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**1.121.236**	**558**	**1.121.794**
Aquisições	**1.059.578**		**1.059.578**
Baixas	(181.005)		(181.005)
Amortização	(1.211.936)	-	(1.211.936)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**787.873**	**558**	**788.431**
Custo total	2.490.245	558	2.490.803
Amortização acumulada	(1.702.372)	-	(1.702.372)
Valor residual	**787.873**	**558**	**788.431**
Saldos em 31 de dezembro de 2015	787.873	558	788.431
Aquisição	72.948	-	72.948
Baixas	(2.650)	-	(2.650)
Amortização	(356.413)	-	(356.413)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**501.757**	**558**	**502.315**
Custo total	2.560.543	558	2.561.101
Amortização acumulada	(2.058.785)	-	(2.058.785)
Valor Residual	**501.757**	**558**	**502.315**
Taxas média de amortização	**20.28%**	**20.28%**	

10. Fornecedores: O Saldo de Fornecedores são assim apresentados:

	2016	2015
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços	6.174.619	5.840.310
Central Nacional Unimed Coop Central	1.711.668	1.301.557
Westcon Brasil Ltda	170.384	2.549.976
Unimed Belo Horizonte Coop. De Trab. Médico	1.248.695	1.011.335
Sercatel Construções e Comércio Ltda.	67.870	296.830
Coppersteel Bimetálicos Ltda.	857.832	864.092
ADM Administradora de Benefícios Ltda.	486.913	421.178
Ouro Verde Locação	914.982	756.476
Merco – Sat Comunicações	120.230	338.535
DPR Telecomunicações Ltda.	619.422	642.078
DELL Computadores do Brasil	-	414.678
Intersmart Com. Imp. Exp. Equips. Eletrônicos	-	243.100
Inter Locações Ltda	251.400	-
Nextest Instrumentos e Sistemas Ltda-EP	253.178	-
Indústria e Comércio Leal Ltda	334.729	9.300
Hewlett Packard Brasil Ltda	450.009	-
Telefônica Brasil SA	454.672	7.828
MPT Fios e Cabos Especiais Ltda	632.969	-
Trivale Administração Ltda	992.846	-
Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda	1.119.668	-
Palladino Tratores Ltda	226.419	226.419
Demais fornecedores	7.871.734	7.898.841
	24.960.239	**22.822.533**

11. Empréstimos e financiamentos:

	% Taxa de juros máxima a.a.	2016	2015
Nacional	Leasing - Finame		
Banco Santander	22,44% - 5,50% a.a	1.196.716	3.087.054
Banco do Brasil	21,96% - 10,00% a.a	4.475.874	7.282.358
Banco Bradesco	21,00% - 8,70% a.a.	6.761.964	10.736.468
SG Equipment Finance S.A	16,13% a.a	1.309.449	2.110.527
HP Financial Services S.A	15,66% a.a	180.399	448.440
Banco Safra S.A	21,00% - 8,70% a.a.	65.298	192.971
Caixa Econômica Federal	Cap. Giro	1.441	0
Banco do Brasil	Cap.Giro 0,31% a.m.	35.000.000	11.621.071
Banco Bradesco	Cap. Giro	9.750.416	0
		58.741.557	**35.478.889**
Circulante		12.834.768	20.314.383
Não circulante		45.906.789	15.164.506
		58.741.557	**35.478.889**

Montantes registrados no passivo não circulante possuem os seguintes cronograma de pagamentos:

Ano	2016	2015
2017	-	7.111.551
2018	16.326.071	3.877.106
2019	15.236.726	2.023.888
2020	10.672.938	1.465.841
Acima de 2021	3.671.053	686.120
	45.906.788	**15.164.506**

12. Obrigações Tributárias		
Circulante	**2016**	**2015**
ISSQN a Recolher	1.284.526	1.080.137
IRRF - Pessoas Físicas	2.557.211	2.014.164
IRRF - Pessoas Jurídicas	20.702	18.826
ISSQRF - PF/PJ	68.114	74.757
Provisão p/o IRPJ	4.397.370	-
Parcelamento Paex PIS/Cofins /Cofins PFN - 12.1	444.246	847.348
ICMS a Recolher	195.173	196.338
PIS s/Faturamento/Rec.Bruta a Recolher	803.516	600.896
ISSQN Retido na Fonte p/Contratante	693.252	1.543.333
Cofins a Recolher	3.753.300	2.772.760
Provisão p/CSL - Contrib.Social S/Lucro	702.019	-
PIS/Cofins/CSL-RF	41.394	32.709
Parcelamento ICMS - Distrito Federal	877.899	877.899
Parcelamento PIS	332.420	296.305
Parcelamento Cofins	1.521.352	1.356.072
Parcelamento ICMS - Sef/AC	33.835	-
Parcelamento IRPJ	3.510.326	3.128.963
	21.236.655	**14.840.506**
Não Circulante		
Parcelamento Paex-PIS/Cofins/Cofins PFN	-	423.674
Parcelamento INSS – PAEX	-	68.865
Parcelamento PIS	747.944	962.993
Parcelamento ICMS SEF AC	76.418	-
Parcelamento COFINS	3.423.042	4.407.234
Parcelamento INSS – CPRB	243.778	313.870
Parcelamento IRPJ	7.898.234	10.169.130
	12.389.416	**16.345.766**

12.1. Programa de Recuperação Fiscal - REFIS: Em setembro/2006 e setembro/2009, a Companhia aderiu aos Programas de Recuperação Fiscal denominados Parcelamento excepcional (PAEX) e Parcelamento Lei 11941, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. A movimentação dos valores devidos ao REFIS é demonstrada como segue:

Parcelamento INSS – PAEX:	**Montante**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	383.319
Atualização monetária	12.877
Pagamentos efetuados	162.056
Saldo em 31 de dezembro de 2015	234.140
Atualização monetária	5.995
Pagamentos efetuados	240.135
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-

O valor desse passivo foi totalmente quitado neste exercício.

Parcelamento RFB – PAEX:	**Montante**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.032.656
Atualização monetária	69.423
Pagamentos efetuados	831.057
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.271.022
Atualização monetária	42.859
Pagamentos efetuados	869.635
Saldo em 31 de dezembro de 2016	444.246

Consoante programa de recuperação fiscal, os valores em aberto vêm sendo quitados em parcelas mensais. O valor presente desse passivo monta a R$ 444.246, foi calculado pela taxa Selic. Por ter aderido ao programa, a Companhia obriga-se ao pagamento regular dos impostos, contribuições e demais encargos, como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas.

Parcelamento PIS:	**Montante**
Formalização parcelamento	1.363.829
Atualização monetária	108.749
Pagamentos efetuados	213.280
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.259.298
Atualização monetária	136.949
Pagamentos efetuados	315.883
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.080.364

Consoante programa de recuperação fiscal, os valores em aberto vêm sendo quitados em parcelas mensais. O valor presente desse passivo monta a R$ 1.080.364, foi calculado pela taxa Selic. Por ter aderido ao programa, a Companhia obriga-se ao pagamento regular dos impostos, contribuições e demais encargos, como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas.

2/2

TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - CNPJ/MF N.º 18.725.804/0001-13

Parcelamento COFINS:	Montante
Formalização parcelamento	6.241.702
Atualização monetária	497.701
Pagamentos efetuados	976.098
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.763.305
Atualização monetária	626.761
Pagamentos efetuados	1.445.672
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.944.394

Consoante programa de recuperação fiscal, os valores em aberto vêm sendo quitados em parcelas mensais. O valor presente desse passivo monta a R$ 4.944.394, foi calculado pela taxa Selic. Por ter aderido ao programa, a Companhia obriga-se ao pagamento regular dos impostos, contribuições e demais encargos, como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas.

Parcelamento INSS:	Montante
Formalização parcelamento	435.719
Atualização monetária	44.241
Pagamentos efetuados	69.515
Saldo em 31 de dezembro de 2015	410.445
Atualização monetária	44.635
Pagamentos efetuados	102.956
Saldo em 31 de dezembro de 2016	352.124

Consoante programa de recuperação fiscal, os valores em aberto vêm sendo quitados em parcelas mensais. O valor presente desse passivo monta a R$ 352.124, foi calculado pela taxa Selic. Por ter aderido ao programa, a Companhia obriga-se ao pagamento regular dos impostos, contribuições e demais encargos, como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas.

Parcelamento IRPJ:	Montante
Formalização parcelamento	14.401.930
Atualização monetária	1.148.384
Pagamentos efetuados	2.252.222
Saldo em 31 de dezembro de 2015	13.298.093
Atualização monetária	1.446.170
Pagamentos efetuados	3.335.703
Saldo em 31 de dezembro de 2016	11.408.560

Consoante programa de recuperação fiscal, os valores em aberto vêm sendo quitados em parcelas mensais. O valor presente desse passivo monta a R$ 11.408.560, foi calculado pela taxa Selic. Por ter aderido ao programa, a Companhia obriga-se ao pagamento regular dos impostos, contribuições e demais encargos, como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas. **12.2. Parcelamento ICMS SEFAZ/AC:** A Companhia aderiu ao Refis/SEFAZ-AC para liquidação de débitos do ICMS.

Parcelamento ICMS SEFAZ/AC	Montante
Formalização parcelamento	126.916
Atualização monetária	13.001
Pagamentos efetuados	29.665
Saldo em 31 de dezembro de 2016	110.252

Consoante programa de recuperação fiscal, os valores em aberto vêm sendo quitados em parcelas mensais. O valor presente desse passivo monta a R$ 110.252, foi calculado pela taxa Selic.

13. Obrigações Trabalhistas	**2016**	**2015**
Salários a Pagar	18.424.559	16.307.997
Provisão de Férias e Encargos	36.935.289	34.149.883
RCT a Pagar	15.501	-
INSS a Recolher	4.300.159	3.503.481
FGTS a Recolher	3.270.569	2.918.658
INSS – s/Receita Bruta	4.576.341	3.630.740
Parcelamento INSS – Normal *	108.346	96.575
Parcelamento INSS – Paex *	-	165.276
Contribuição ao SESI/SENAI a Recolher	757.576	727.681
Contribuição Sindical a Recolher	4.542	85.227
Retenção INSS	28.670	152.178
Contribuição ao Seconci a Recolher	61.275	55.779
	68.482.826	**61.793.475**

***Valores demonstrados na nota explicativa 12.1 (Programa de recuperação Fiscal – REFIS)**

14. Contas a pagar	**2016**	**2015**
Aluguel de Veículos	5.414.708	5.461.326
Adiantamento de Clientes	166.779.454	13.079.715
Outras Contas	795.429	1.011.894
	172.989.591	**19.552.935**

15. Provisão para Riscos: Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Contingências tributárias	508.777	508.777		-
Contingências trabalhistas e previdenciárias	45.111.105	32.968.732	23.112.384	21.723.637
Reclamações cíveis				
Outras	409.064	678.789	3.450.000	3.450.000
	46.028.946	**34.156.298**	**26.562.384**	**25.173.637**

15.1. Natureza das contingências: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue: **. Previdenciárias**: referem-se a majoração do FAP; . **Contingências Trabalhistas**: consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões; . Ações cíveis: as principais ações estão relacionadas a reclamações de contratados relativas ao cumprimento de itens contratuais. **15.2. Perdas possíveis não provisionadas no balanço:** A Companhia tem ações de natureza cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativas a seguir**:**

	2016	**2015**
Cíveis		
Perdas e danos, acidentes etc.	21.568.050	21.568.050
Trabalhistas		
Reclamações por horas extras, adicionais e etc.	196.537.296	196.537.296
Tributárias/Previdenciárias		
Contribuição INSS s/Locação Veículos	254.681.605	254.681.605
	472.786.951	**472.786.951**

16. Patrimônio líquido: 16.1. Capital autorizado: É dividido em 10.560.000 (2015 – 10.560.000) ações ordinárias sem valor nominal. **16.2. Capital subscrito:** É dividido em 10.560.000 (2015 – 10.560.000) ações ordinárias sem valor nominal. **16.3. Reserva legal e de retenção de lucros:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Não foi constituída a reserva legal no exercício de 2016 por ter ultrapassado os 20% do capital social.

17. Dividendos propostos: A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial, no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

	2016	**2015**
Lucro líquido do exercício	52.652.023	(29.469.421)
Constituição de reservas Legal	-	-
Base de cálculo dos dividendos	52.652.023	(29.469.421)
Dividendos propostos	13.163.005	-
Total	13.163.005	-
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	25%

18. Receita líquida		
Receita resulta de:	**2016**	**2015**
Prestação de serviços		
Receita Cumulativa	398.665.481	430.547.489
Receita Não Cumulativa	576.101.736	775.644.861
Projeto Energia	998.224	-
I.S.S.Q.N.	(40.089.765)	(48.866.499)
PIS sobre Faturamento - Receita Cumulativa	(2.479.880)	(2.712.398)
COFINS sobre Faturamento - Receita Cumulativa	(11.368.871)	(12.519.529)
PIS sobre Faturamento - Receita Não Cumulativa	(9.593.896)	(12.765.150)
Cofins sobre Faturamento - Receita Não Cumulativa	(44.233.867)	(58.812.127)
Contribuição INSS s/Receita Bruta	(43.948.710)	(25.834.649)
(-) Descontos e devoluções	(1.466.275)	(2.008.346)
	822.584.177	**1.042.673.652**
Material Aplicado		
Material Aplicado - Receita Cumulativa	-	4.706.926
Material Aplicado - Receita Não Cumulativa	44.930.993	36.446.290
ICMS s/ Material Aplicado	(3.689.309)	(4.812.176)
PIS s/Faturamento - Receita Não Cumulativa	(684.985)	(687.648)
COFINS s/Faturamento - Receita Não Cumulativa	(3.153.267)	(3.328.793)
Contribuição INSS s/Receita Bruta	(1.867.066)	(1.105.967)
(-) Descontos e devoluções	(6.771.906)	(1.580.263)
	28.764.460	**29.638.369**
	851.348.637	**1.072.312.021**

19. Custos dos Serviços prestados		
Descrição	**2016**	**2015**
Pessoal	439.601.428	641.558.255
Materiais, ferramentas, EPI/EPC, subcontratados	71.512.222	72.441.446
Veículos, Máquinas e Equipamentos (Aluguéis, manutenção e depreciação)	158.203.952	229.910.876
Administrativas (aluguéis de imóveis, telefone energia, etc.)	25.978.235	49.241.241
	695.295.837	**993.151.818**

20. Despesas administrativas		
Descrição	**2016**	**2015**
Pessoal	76.662.774	87.956.239
Administrativas (Aluguéis de imóveis, telefone, energia, etc.)	20.881.323	22.852.819
Veículos, Máquinas e equipamentos (Aluguéis, manutenção e depreciação)	11.877.854	13.528.000
Serviços de Terceiros	11.486.739	16.846.014
Despesas Indedutiveis	4.170.109	6.392.876
	125.078.799	**147.575.948**

21. Outras receitas (despesas) operacionais		
	2016	**2015**
Receitas Eventuais	129.872	917.474
Repasse de Terceiros	661.542	-
Reversão de Provisões Diversas	8.357.392	5.299.052
Custo de Bens Vendidos	(395)	-
Custo de bens baixados por Obsoletismo	(1.024.253)	(1.367.572)
Recuperação de Despesas **(a)**	27.654.379	11.251.359
Reversão da Provisão de Férias e Encargos	4.816.465	12.885.958
Reversão da Provisão de 13o. e Encargos	2.952.939	378.605
Outros (Venda de Bens Usados)	2.088	85.500
Receita Alienação de Participação Societária	-	30.700.000
Perdas no Recebimento de Créditos	(977.115)	-
	42.572.914	**60.150.376**

(a) O saldo de 2016 está representado principalmente pelo registro de receitas decorrentes de apuração de créditos de PIS e COFINS sobre insumos na prestação de serviços, no montante de R$ 22.466 mil, os quais foram integralmente compensados com tributos Federais no exercício de 2016.

22. Resultado Financeiro Líquido		
	2016	**2015**
Receitas financeiras:		
Descontos Obtidos	238.636	2.353.720
Rendimentos de Aplicações financeiras	3.326.589	2.964.589
Juros Ativos **(a)**	12.927.742	2.204.451
	16.492.967	7.522.760
Despesas financeiras:		
Correção Monetária	-	(73.372)
Descontos Concedidos	(88.188)	(880.334)
Juros Passivos	(11.008.054)	(8.408.888)
Tarifas Bancárias	(533.129)	(404.227)
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras	(1.005.441)	(399.061)
Variações Monetárias Ativas	(1.718)	-
Multas por atraso de pagamento	(128.714)	(3.741.445)
Comissões Financeiras s/ empréstimos	(1.090.675)	-
Fiança Bancária	(391.647)	(388.017)
	(14.247.566)	(14.295.344)
Resultado financeiro líquido	**2.245.401**	**(6.772.584)**

(a) O saldo está representado principalmente pelo montante de R$ 7.795 mil, decorrente de atualização de crédito de PIS e COFINS conforme mencionado na nota explicativa nº 21.

23. Instrumentos financeiros: 23.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. **23.2. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar:** Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. **23.3. Investimentos:** Consistem, principalmente, em investimentos em coligadas de capital fechado, registrados pelo método de equivalência patrimonial, nas quais a Companhia tem interesse estratégico. Considerações de valor de mercado das ações possuídas não são aplicáveis. **23.4. Financiamentos:** O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em Reais tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado. Para os demais empréstimos e financiamentos, inclusive os denominados em moeda estrangeira, a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, apurada pelo método do fluxo de caixa descontado, pode ser assim sumariada:

	2016 Valor patrimonial	**2015** Valor patrimonial
Financiamentos (Finame e FCO)	10.084.721	13.396.721
Contratos de Leasing	3.904.979	10.461.097
Capital de Giro	44.751.856	11.621.071

23.5. Política de gestão de riscos financeiros: A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito e a qualidade do 'hedge' das contrapartes. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um comitê de gerenciamento de risco. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. O comitê de gerenciamento de risco auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos através da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto. **23.6. Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. **23.7. Risco de liquidez:** É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. **23.8. Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia tem pactuado contratos de derivativos para fazer 'hedge' contra esse risco em algumas operações e, além disso, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

24. Seguros (não auditado): A Companhia busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro de 2011, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	**Importâncias seguradas**
Bens do imobilizado	950.000
Responsabilidade civil	12.000.000
Garantia Judicial	24.361.279
D&O	10.000.000
Compreensivo Empresarial	11.434.030

25. Eventos subsequentes: De acordo com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 24, não houve eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.

Gilnei Machado - Presidente
Alexandre Abdala Miranda - Diretor Administrativo Financeiro
Célio Gontijo Fernandes - Diretor Adjunto Financeiro

José Cardoso Pinto Junior - Contador – CRC/MG – 054.105/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

RELATORIO MG - 2017/088

Aos Acionistas e Administradores da Telemont Engenharia de Telecomunicações S/A

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva: 1. Conforme descrito na nota explicativa número 2.2.11, a Companhia somente reconhece receita de serviços após autorização de seus clientes, procedimento este em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, mais especificamente a NBC TG 30, que determina o reconhecimento da receita quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados. Sendo assim, o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 contempla receita de serviços do exercício de 2015, no montante de R$ 54.716 mil e o resultado de janeiro e fevereiro de 2017, contempla receita de serviços do exercício de 2016, no montante de R$ 61.108. Adicionalmente, o efeito inclusive de impostos em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 4.219 mil. 2. A Companhia optou por não divulgar os valores relativos à remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da Administração, estando em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente no que diz respeito às exigências de divulgação previstas na NBC TG 05. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a nota explicativa número 1, na qual a Companhia informa o fato de o seu principal cliente ter entrado em recuperação judicial em junho de 2016, processo este que não afetou o cumprimento de seus compromissos contratuais junto a Telemont. A administração, considerando que os serviços prestados são essenciais para a manutenção e a operação da rede, por meio do atendimento direto aos usuários finais, cujos direitos são garantidos por lei, entende que o processo de recuperação judicial não causará qualquer impacto operacional sobre os negócios da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Controladora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Controladora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 10 de abril de 2017.

Gilberto Galinkin - Contador CRC/MG 035718/O-8
Baker Tilly Brasil Auditores Independentes
CRC MG 005455/O-1

Nestor Ferreira Campos Filho - Contador CRC/DF 013421/O-9
Baker Tilly Brasil Auditores Independentes
CRC MG 005455/O-1

MUNICÍPIO DE MALACACHETA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO – O MUNICÍPIO DE MALACACHETA/MG, ATRAVÉS DO PREFEITO MUNICIPAL, TORNA PUBLICO ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO 036/17, PREGÃO PRESENCIAL - Nº 029/17, TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSULTORIA E ASSESSORIA NA GESTÃO DO SUAS E CONVÊNIOS COM A UNIÃO OU ESTADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS , DESTE MUNICIPIO. A ABERTURA DO PROCESSO SERÁ DIA 12/05/17 ÀS 08:00MIN, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, PRAÇA MONS. JORGE LOPES DE OLIVEIRA, Nº 130 - CEP: 39.690-000. O EDITAL PODERÁ SER LIDO NA ÍNTEGRA E ADQUIRIDO ATRAVÉS DO EMAIL: licitar8666@hotmail.com ou, FONE: (33) 3514 - 1629.MALAC. 28/04/2017.

MUNICÍPIO DE MALACACHETA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO – O MUNICÍPIO DE MALACACHETA/MG, ATRAVÉS DO PREFEITO MUNICIPAL, TORNA PUBLICO ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO 037/17, PREGÃO PRESENCIAL - Nº 030/17, TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS EM TREINAMENTO PARA CAPACITAÇÃO EM GESTÃO DE PESSOAS DO SETOR PUBLICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS , DESTE MUNICIPIO. A ABERTURA DO PROCESSO SERÁ DIA 12/05/17 ÀS 10:00MIN, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, PRAÇA MONS. JORGE LOPES DE OLIVEIRA, Nº 130 - CEP: 39.690-000. O EDITAL PODERÁ SER LIDO NA ÍNTEGRA E ADQUIRIDO ATRAVÉS DO EMAIL: licitar8666@hotmail.com ou, FONE: (33) 3514 - 1629.MALAC. 28/04/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE - MG

Pref. Mun. de S. J. da Ponte/MG torna público o Proc. Lic. nº 039/2017 - P. P. nº 024/2017 a **realizar-se no dia 15/05/2017 às 08h30min**. Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de caminhão 3/4 tipo baú, ano 2017 para atender as necessidades da Secretaria de Educação. Edital disponível no Departamento de Licitações situado na Praça Olimpio Campos - 128 - Centro. Disponível no site: www.saojoaodaponte.mg.gov.br, ou no email: psaojoaodaponte licitacao@gmail.com. 27 de abril de 2017.

Daniela Mendes Soares - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA-MG

Aviso de Licitação: Prc. 080/17 (Reg.Preços) - Pregão Presencial – nº 045/17 Tipo: Menor Preço por Lote - Objeto: Eventual e futura Aquisição de Combustível com Comodato de Bomba e Tanque. Abertura dia **17/05/2017 ás 09h00**. Obs.: Informações e **Retirada da integra do Edital na Prefeitura**; horário comercial no setor de Licitações ou e-mail:licitacao3@camanducaia.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO/MG

Torna público adiamento da licitação Tomada de Preço nº 02/2017, tipo menor preço. Objeto: "Contratação de empresa para elaboração e aprovação de projeto executivo junto CEMIG e fornecimento de material e mão de obra para instalação de braços e luminárias na rede pública de energia em diversos logradouros do Município". Nova data de abertura: 17/05/2017. Motivo: Adequação do BDI. Edital e anexos disponíveis pelo website: www.sarzedo.mg.gov.br. Sarzedo, 28 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESSAQUINHA

Aviso de Licitação: Proc. 031/2017. Tomada de Preços. 001/2017.

Tipo: Técnica e Preço. Obj: Contratação de Empresa para a prestação de Serviços técnicos especializados de Auditoria Pública externa preventiva e emissão de Pareceres Consultivos e Assessoria ampla. O Cadastro Prévio deverá ser realizado até o dia 02/06/2017. Entrega dos Envelopes deverá ocorrer até dia 05/06/2017. Info. das 12 às 17h pelo email: compras@ressaquinha.mg.gov.br, e pelo telefone (32) 3341-1259.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL/MG

Proc. Licitatório nº. 076/2017, Tomada de Preços nº. 022/2017, Objeto: contratação de empresa especializada em construção civil, para pavimentação de vias públicas em diversos logradouros públicos neste município, conforme especificações constantes no edital. Credenciamento: 18/05/2017 a partir das 14:00hs, E-mail: licitagraomogol@hotmail.com.

Eleazaro Pereira – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

A Pregoeira e Equipe de Apoio informam que realizará **Processo Licitatório 68/2017 - Pregão Presencial N.º 032/2017– Aquisição de material médico hospitalar, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG**. Recebimento/ Abertura das Propostas será realizada, a partir das 09:00 horas no dia 12/05/2017 e a ETAPA DE LANCES será realizada, a partir das 08:30 horas, no dia 19/05/2017, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal – R. Henriqueta Rubin, nº 27 – Centro – S.G.R.A. O edital completo poderá ser obtido no mesmo endereço ou através do site oficial do órgão: www.saogoncalo.mg.gov.br. S. G. R. Abaixo, 28 de abril de 2017. – Antônio Carlos Noronha Bicalho – Prefeito Municipal.